



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XX — Nº 122

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 2 DE SETEMBRO DE 1965

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDENCIA

SESSÃO CONJUNTA

Em 2 de setembro de 1965, às 21 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

Vetos presidenciais (parciais) aos Projetos de Lei:

- 1º — Nº 2.753-B/65 na Câmara e 108/65 no Senado, que transforma a Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro em Fundação e dá outras providências (veto parcial).
- 2º — Nº 2.136/65 na Câmara e nº 103/65 no Senado, que exclui do regime de prévio licenciamento e do visto consular importações realizadas pelos Ministérios Militares (veto parcial).
- 3º — Nº 2.793-B/65 na Câmara e nº 117/65 no Senado, que dispõe sobre a inspeção e fiscalização de ingredientes, alimentos e produtos destinados à alimentação animal e dá outras providências (veto parcial).

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula nº	Veto	Matéria a que se refere
		Primeiro veto
1	1º	Parágrafo único do art. 9º (totalidade).
		Segundo veto
2	2º	Do parágrafo único do art. 2º as palavras: "... tendo sido previamente autorizado pelo Presidente da República".
		Tercerito veto
3	3º	Do art. 6º as palavras: "... e os seus sucessores".

SESSÃO CONJUNTA

Em 8 de setembro de 1965, às 21 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

Veto presidencial (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.732-B/65 na Câmara e nº 104/65 no Senado, que disciplina o mercado de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento.

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula nº	Matéria a que se refere
1	Do § 6º do art. 45, as palavras: "sem direito a voto, nem as".
2	Do § 4º do art. 50, as palavras: "ou ao portador".
3	§§ 5º, 6º e 7º do art. 50 (totalidade).
4	§ 2º do art. 56 (totalidade).
5	Do art. 60 as palavras: "mantém ou".
6	Do § 1º do art. 64 a parte final.

... o disposto que sobre ela incidir será compensável com o imposto da pessoa jurídica devido pela sociedade sobre o seu lucro real".

SESSÃO CONJUNTA

Em 9 de setembro de 1965, às 9 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

Veto presidencial (parcial) ao Projeto de Lei nº 1.857-C/60 na Câmara e nº 153/64 no Senado, que dispõe sobre o custeio, pela União, no exercício de 1960, dos serviços públicos transferidos para o Estado da Guanabara pela Lei nº 3.752, de 14 de abril de 1960.

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula nº	Matéria a que se refere
1	Art. 1º (totalidade).
2	Art. 3º (totalidade).
3	Parágrafo único do art. 5º (totalidade).
4	Arts. 6º e 7º (totalidade).

SESSÃO CONJUNTA

Em 9 de setembro de 1965, às 21 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

Vetos presidenciais:

- 1º — Ao Projeto de Lei nº 926-E/56 na Câmara e nº 139/62 no Senado que regula a profissão de corretor de seguros (veto parcial);
- 2º — Ao Projeto de Lei nº 617-B/63, na Câmara e nº 109/63 no Senado, que concede isenção do imposto de renda à Companhia Siderúrgica Nacional e dá outras providências (veto total);
- 3º — Ao Projeto de Lei nº 2.362-E/64 na Câmara e nº 279/64 no Senado que dispõe sobre a fixação de coeficientes de correção monetária para os efeitos legais (veto parcial).

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula nº	Veto	Matéria a que se refere
		Primeiro veto
1	1º	Da alínea "b" do art. 4º as palavras: "em escola".
2	1º	Da alínea "b" do art. 4º as palavras: "ou reconhecida".
3	1º	Do art. 19 as palavras: "destinadas à formação técnica de securitários e corretores de seguros".
		Segundo veto
4	2º	Totalidade do projeto.
		Tercerito veto
5	3º	Art. 2º (totalidade).

Convocação de sessão conjunta para apreciação de veto presidencial

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º da Constituição e do art. 1º, n.º IV, do Regimento Comum, designa a sessão conjunta a realizar-se no dia 15 de setembro do ano em curso às 21 horas e 30 minutos no Plenário da Câmara dos Deputados para sem prejuízo da matéria para ela já programada a apreciação dos seguintes vetos presidenciais:

— ao Projeto de Lei nº 288-B-61 na Câmara e nº 233-64 no Senado, que equipara os atletas profissionais aos trabalhadores autônomos, para efeito das contribuições da Previdência Social;

— ao Projeto de Lei nº 2.839-B-65 na Câmara e nº 125-65 no Senado, que dispõe sobre o pagamento da gratificação prevista na Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962.

Senado Federal, 17 de agosto de 1965

AURO MOURA ANDRADE
Presidente

Convocação de sessões conjuntas para apreciação de vetos presidenciais

O Presidente do Senado Federal nos termos do art. 70, § 3º da Constituição Federal e do art. 1º, n.º IV, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessões conjuntas, a realizarem-se no Plenário da Câmara dos Deputados nos dias 10, 11, 12, 17, 18, 19, 24, 25, 26 e 31 do mês em curso, 1, 2, 8, 9, 14, 15 e 22 de setembro próximo, conhecerem dos vetos presidenciais constantes da relação anexa.

Senado Federal, em 4 de agosto de 1965,

AURO MOURA ANDRADE
Presidente

VETOS PRESIDENCIAIS A SEREM APRECIADOS A PARTIR DE 10 DE AGOSTO DE 1965**Dia 2 de setembro, às 21.30:**

- ao Projeto de Lei nº 2.753-D-65 na Câmara e nº 108-65 no Senado, que transforma a Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro em Fundação e dá outras providências (veto parcial);
- ao Projeto de Lei nº 2.736-B-65 na Câmara e nº 103-65 no Senado, que exclui do regime de prévio licenciamento e de visto consular importações realizadas pelos Ministérios Militares (veto parcial);
- ao Projeto de Lei nº 2.793-B-65 na Câmara e nº 177-65 no Senado, que dispõe sobre a inspeção e fiscalização de ingredientes, alimentos e produtos destinados à alimentação animal e dá outras providências (veto parcial);

Dia 8 de setembro, às 21.30:

- ao Projeto de Lei nº 2.732-65 na Câmara e nº 104-65 no Senado, que disciplina o mercado financeiro e de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento (veto parcial);

Dia 9 de setembro, às 9.30:

- ao Projeto de Lei nº 1.857-C-60 na Câmara e nº 153-64 no Senado, que dispõe sobre o custeio, pela União, no exercício de 1960, dos serviços públicos transferidos para o Estado da Guanabara pela Lei nº 3.753, de 14-4-1960 (veto parcial);

Dia 9 de setembro, às 21.30:

- ao Projeto de Lei nº 926-56 na Câmara e nº 139-62 no Senado, que regula a profissão de Corretor de Seguros (veto parcial);
- ao Projeto de Lei nº 617-B-63 na Câmara e nº 109-63 no Senado, que concede isenção do imposto de renda à Companhia Siderúrgica Nacional e dá outras providências (veto total);
- ao Projeto de Lei nº 362-B-64 na Câmara e nº 279-64 no Senado, que dispõe sobre a fixação de coeficientes da correção monetária para os efeitos legais (veto parcial);

Dia 14 de setembro, às 21.30:

- ao Projeto de Lei nº 2.287-B-60 na Câmara e nº 7-64 no Senado, que cria uma Escola de Educação Agrícola no Município de João Pinheiro, Estado de Minas Gerais (veto total);
- ao Projeto de Lei nº 2.594-D-65 na Câmara e nº 35-65 no Senado, que complementa a Lei nº 2.917 de 14 de julho de 1961, que reorganizou o Ministério das Relações Exteriores (veto parcial);....
- ao Projeto de Lei nº 2.707-B-65 na Câmara e nº 73-65 no Senado, que dá nova redação ao § 3º e acrescenta mais um parágrafo ao art. 16 da Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964 (Código de Vencimentos dos Militares) — veto parcial;

Dia 15 de setembro, às 9.30:

- ao Projeto de Lei nº 7-65 (C.N.) que estabelece normas para o processo dos dissídios coletivos e dá outras providências (veto parcial);

Dia 15 de setembro, às 21.30:

- ao Projeto de Lei nº 2.740-E-65 na Câmara e nº 82-65 no Senado, que dispõe sobre a série de classes de Pesquisador e dá outras providências (veto parcial);
- ao Projeto de Lei nº 2.661-A-65 na Câmara e nº 96-65 no Senado, que dispõe sobre os serviços do Registro do Comércio e atividades afins e dá outras providências (veto parcial);

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 50,
Ano	Cr\$ 96
Exterior	
Ano	Cr\$ 138,

FUNCIONARIOS

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 89,
Ano	Cr\$ 76,
Exterior	
Ano	Cr\$ 108,

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— ao Projeto de Lei nº 2.660-B-65 na Câmara e nº 46-65 no Senado, que isenta de impostos de importação e outras contribuições fiscais os bens adquiridos, mediante doação, pelas instituições que se dedicam, sem finalidade lucrativa, à prestação de assistência médico-hospitalar (veto parcial);

— ao Projeto de Lei nº 2.640-E-65 na Câmara e nº 35-65 no Senado, que dispõe sobre o seguro de crédito à exportação e dá outras providências (veto parcial);

Dia 22 de setembro, às 21.30:

— ao Projeto de Lei nº 2.291-C-61 na Câmara e nº 261-64 no Senado, que dispõe sobre o exercício da profissão de publicitário e do agenciador de propaganda e dá outras providências (veto parcial);

Designação de sessão conjunta para apreciação de veto presidencial

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º, n.º IV, do Regimento Comum, designa a sessão conjunta das duas Casas do Congresso Nacional a realizar-se no dia 14 de setembro do ano em curso, às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, para apreciação do veto presidencial ao Projeto de Lei da Câmara nº 2.704-61 (nº 38-63, no Senado), que regula as atividades de representante comercial autônomo, sem prejuízo da matéria para ela já programada.

Senado Federal, em 26 de agosto de 1965,

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, nos termos do art. 65, nº I, da Constituição Federal, e eu, AURO MOURA ANDRADE, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 83 DE 1965

Aprova o Convênio de Cooperação Social assinado, no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, a 11 de agosto de 1964, pelos Governos dos Estados Unidos do Brasil e da Espanha.

Art. 1º É aprovado o Convênio de Cooperação Social assinado, no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, a 11 de agosto de 1964, pelos Governos dos Estados Unidos do Brasil e da Espanha.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 31 de agosto de 1965

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

COMISSÃO MISTA

Incumbida de apreciar o Veto Parcial do Senhor Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 1965 (PLC nº 2.740-B, de 1965, na Câmara), que "dispõe sobre a série de classes de Pesquisador e dá outras providências".

1ª REUNIAO, DE INSTALACAO, REALIZADA EM 30 DE AGOSTO DE 1965.

As vinte uma horas do dia trinta de agosto de mil novecentos e sessenta e cinco, na Sala das Comissões do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Lobão da Silveira, Argemiro de Figueiredo e Mem de Sá e os Senhores Deputados Osni Régis, Ezechias Costa e Jairo Brum, reúne-se a Comissão Mista incumbida de apreciar o Veto Parcial do Senhor Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 1965 (PLC nº 2.740-B, de 1965, na Câmara), que "dispõe sobre a série de classes de Pesquisador e dá outras providências".

Em obediência ao preceito Regimental, assume a Presidência o Senhor Senador Lobão da Silveira que, declarando instalada a Comissão Mista, determinada seja procedida a eleição para os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, através escrutínio secreto, por cédulas uninominais, previsto no artigo 81 do Regimento Interno, para tanto designando Escrutinador o Senhor Deputado Ezechias Costa.

Concluída a votação, apura-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Senador Mem de Sá 5 votos
Deputado Jairo Brum 1 voto

Para Vice-Presidente:

Deputado Jairo Brum 5 votos
Deputado Osni Régis 1 voto

O Senhor Presidente, após agradecer a seus pares a sua eleição, designa o Senhor Deputado Osni Régis Relator da matéria precípua da Comissão Mista.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião, lavrando eu, Mário Nelson Duarte, Secretário, a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

2ª REUNIAO, REALIZADA EM 31 DE AGOSTO DE 1965.

As vinte e uma horas do dia trinta e um de agosto de mil novecentos e sessenta e cinco, na Sala das Comissões, sob a Presidência do Senhor Senador Mem de Sá, Presidente, presentes os Senhores Senadores Argemiro de Figueiredo e Lobão da Silveira e os Senhores Deputados Osni Régis, Ezechias Costa e Jairo Brum, reúne-se a Comissão Mista incumbida de apreciar o Veto Parcial do Senhor Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 1965 (PLC nº 2.740-B, de 1965, na Câmara), que "dispõe sobre a série de classes de Pesquisador e dá outras providências".

Iniciando os trabalhos, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Deputado Osni Régis que, na qualidade de Relator, tece considerações consubstanciadas em Relatório circunstanciando a origem e tramitação da matéria nas duas Casas do Congresso Nacional, bem como as razões nas quais se fundamentou o Senhor Presidente da República para, no uso de suas atribuições Constitucionais, apor seu Veto ao processado em tela.

Em discussão, não havendo quem mais deseje fazer uso da palavra, o Senhor Presidente determina seja assinado o Relatório.

E, nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião, lavrando eu, Mário Nelson Duarte, Secretário, a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

RELATÓRIO

Nº 71, de 1965

Da Comissão Mista incumbida de apreciar o veto do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 2.740-B-65 (nº 82 de 1965, no Senado Federal) que dispõe sobre a série de classes de Pesquisador e dá outras providências.

Relator: Deputado Osni Régis.

O Presidente da República, no uso de suas atribuições constitucionais — artigo 70, parágrafo 1º e 87, II — houve por bem vetar, parcialmente, o Projeto de Lei da Câmara nº 2.740-B de 1965, por considerá-lo naquela parte contrário aos interesses nacionais.

O PROJETO E SUA ORIGEM

O projeto vetado parcialmente dispõe sobre a série de classes de Pesquisador e dá outras providências. Decorreu a proposição de Mensagem do Poder Executivo.

ORIGENS E JUSTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO VETADO

A parte vetada do projeto originou-se de emenda da Comissão de Finanças da Câmara que nós permitimos transcrever:

"Inclua-se no artigo 2º após a palavra "Pesquisador" e antes de "observada", a expressão seguinte:

"desde que detentores de diplomas de Curso Superior.

Sala das Sessões da Comissão de Finanças, em 6º de maio de 1965 — Peracchi Barcellos, Presidente — Jairo Brum, Relator".

Ao justificar a emenda acima o relator na referida Comissão assim se expressou:

"Achamos, porém, que resguardamos a situação dos professores e catedráticos que são inseridos nos níveis propostos se oferecermos emenda do teor seguinte: "inclua-se no artigo 2º após a palavra "Pesquisador" e antes de observada" a expressão seguinte":

TRAMITAÇÃO

O projeto teve tramitação regular nas duas Casas do Congresso, merecendo registro apenas a apresentação de duas emendas uma da Câmara ao artigo 2º do Projeto, condicionando o enquadramento ali vindicado apenas aos portadores de diplomas de Curso Superior, e outra do Senado erradicando do Projeto aquela alteração, ambas foram aprovadas nas Casas de origem, tendo a Câmara no entanto ao rejeitar a emenda do Senado, dado prevalência à sua emenda.

DISPOSITIVO VETADO

Incidiu o veto sobre a expressão: "desde que detentores de diplomas do curso superior" do artigo 2º.

RAZÕES DO VETO

O veto foi tempestivamente aposto e foram as seguintes as razões apresentadas pelo Sr. Presidente da República:

"A expressão em referência contém norma contrária aos interesses nacionais, pois sua manutenção, como será demonstrado, viria tumultuar as atividades de pesquisas, no serviço público, ensejando que pesquisadores, com menor experiência e tempo de serviço no campo profissional específico, passassem a receber maiores vencimentos do que os

atribuídos a funcionários mais antigos, muitos dos quais à frente das respectivas equipes, em funções de Pesquisador Chefe ou de Pesquisador Adjunto.

Vários titulares de cargos relacionados com a pesquisa científica não possuem o diploma de nível superior correspondente à respectiva atividade, isso porque não havia, quando do seu ingresso nos cargos, cursos universitários correspondentes, como sucede, entre outros, com os Paleontólogos, Zólogos, Naturalistas e Botânicos.

Dessa forma, se prevalecesse a expressão, vários funcionários, com grande experiência em atividades de pesquisa científica, seriam prejudicados, com real transtorno para o serviço público, pois permaneceriam com os atuais vencimentos correspondentes aos níveis 19 e 20, enquanto os mais novos, por serem portadores de diploma de curso superior, teriam os respectivos cargos reclassificados nos níveis 20, 21 e 22 da atual escala de vencimentos dos cargos efetivos do Poder Executivo.

Por outro lado, a orientação do legislador brasileiro, em casos semelhantes, tem sido a de não fazer distinções dessa natureza, seja nos casos de enquadramento de funcionários, seja na oportunidade de regulamentação das profissões liberais, prevalecendo a exigência de diploma de nível superior somente para os ingressos nos cargos a partir da vigência do diploma legal disciplinador".

CONCLUSAO

A Comissão ante o exposto, dá por terminado o seu relatório sobre o veto parcial ao Projeto de Lei da Câmara número 2.740-B-65 (número 82, de 1965, no Senado) na expectativa de haver propiciado aos Senhores Congressistas condições para bem apreciar a matéria.

Sala das Comissões, em 31 de agosto de 1965. — Mem de Sá, Presidente. — Osni Régis, Relator. — Lobão da Silveira. — Argemiro de Figueiredo. — Jairo Brum. — Ezechias Costa.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de apreciar o Veto Total do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 233, de 1964 (PLC nº 288-B, de 1963, na Câmara), que "equipara os atletas profissionais aos trabalhadores autônomos para efeito das contribuições da Previdência Social".

1ª REUNIAO, DE INSTALACAO, REALIZADA EM 31 DE AGOSTO DE 1965

As quinze horas do dia trinta e um de agosto de mil novecentos e sessenta e cinco, na Sala das Comissões do Senado Federal, presentes os Senhores Deputados Anísio Rocha, João Alves e Rondon Pacheco, reúne-se a Comissão Mista incumbida de apreciar o Veto Total do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 233, de 1964 (PLC nº 288-B, de 1963, na Câmara), que "equipara os atletas profissionais aos trabalhadores autônomos para efeito das contribuições da Previdência Social".

Em obediência ao Preceito Regimental, assume a Presidência o Senhor Senador Hermann Torres que, declarando instalada a Comissão Mista, determina seja procedida a eleição para os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente através escrutínio secreto, por cédulas uninominais, prevista no art. 81 do Regimento Interno, para tanto designando Escrutinador o Senhor Deputado Anísio Rocha.

Concluída a votação, apura-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Deputado Rondon Pacheco... 5 votos
Deputado João Alves... 1 voto

Para Vice-Presidente:

Deputado João Alves 5 votos
Senador Manoel Dias 1 voto

O Sr. Presidente, após agradecer a seus pares a sua eleição, designa o Senhor Senador Manoel Dias, Relator da matéria precípua da Comissão Mista.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião, lavrando eu, Mário Nelson Duarte, Secretário, a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

2ª REUNIAO, REALIZADA EM 1º DE SETEMBRO DE 1965

As quinze horas do dia primeiro de setembro de mil novecentos e sessenta e cinco, na Sala das Comissões do Senado Federal, sob a Presidência do Senhor Deputado Rondon Pacheco, Presidente, presentes os Senhores Senadores Manoel Dias, Martins Torres e Hermann Torres e os Senhores Deputados Anísio Rocha e João Alves, reúne-se a Comissão Mista incumbida de apreciar o Veto Total do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 233, de 1964 (PLC nº 288-B, de 1963, na Câmara), que "equipara os atletas profissionais aos trabalhadores autônomos para efeito das contribuições da Previdência Social".

Iniciando os trabalhos, o Sr. Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Martins Junior que, na qualidade de Relator, tece considerações consubstanciadas em Relatório circunstanciando a origem e tramitação da matéria nas duas Casas do Congresso Nacional, bem como as razões nas quais se fundamentou o Sr. Presidente da República para, no uso de suas atribuições Constitucionais, apor seu Veto ao processado em tela.

Em discussão, não havendo quem mais deseje fazer uso da palavra, o Sr. Presidente determina seja assinado o Relatório.

E, nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião, lavrando eu, Mário Nelson Duarte, Secretário, a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

RELATÓRIO

Nº 81, de 1965

Da Comissão Mista incumbida de apreciar o veto presidencial ao Projeto de Lei da Câmara nº 233-B-63 (nº 23-64 no Senado), que equipara os atletas profissionais aos trabalhadores autônomos para efeito das contribuições da Previdência Social.

Relator: Sr. Martins Junior.

O Sr. Presidente da República, de acordo com o estabelecido no artigo 70, § 1º, e 87, inciso II, da Constituição, houve por bem vetar, totalmente, o Projeto de Lei da Câmara nº 233-B, de 1963 (nº 233-64 no Senado), que equipara os atletas profissionais aos trabalhadores autônomos para efeito das contribuições da previdência Social.

TEMPESTIVIDADE

Foi obedecido, para a apresentação do veto presidencial, o decêndio instituído pelo artigo 70, § 2º, da Constituição.

ORIGEM E RAZAO DO PROJETO

O projeto é originário da Câmara dos Deputados, onde foi apresentado pelo Deputado Peracchi Barcellos.

O Autor, em sua justificação, afirma que:

"Os contratos dos atletas profissionais com as entidades esportivas, pelas peculiaridades de que se revestem, fugindo às normas usuais dos contratos de trabalho, estão e merecer tratamento legal específico, acen-tuadamente no que diz respeito às normas de previdência social."

Atentando-se para certas peculiaridades de tais contratos, força é apartá-los dos contratos de trabalho em geral. Nestes, a prestação de serviços é facilmente aferível, podendo mesmo ser medida pelo resultado obtido. Já assim não ocorre com os primeiros, pois que aí o empregador, se tal se pudesse denominar uma entidade esportiva, não tem meio seguro para averiguar se a baixa produção se deve a deficiência de ordem física ou se à má vontade na prestação do serviço".

Invoca, ainda, o Autor do projeto, em defesa de sua tese, que "os vários tipos desses contratos não encontrariam boa moldura, quer no terreno obrigacional, quer nas normas de direito social. Alguns atletas se denominam "vinculados", outros dispõem de "passe livre" e, ainda outros têm passe "estipulado", com isso variando as relações que se estabelecem entre os jogadores e as associações no momento da rescisão". Entende, as-

sim, tendo em vista, ainda, a curta duração da vida profissional dos referidos atletas, que seria de todo conveniente equipará-los, para fins previdenciários, aos "trabalhadores autônomos".

TRAMITAÇÃO DO PROJETO

Na Câmara dos Deputados, a proposição foi objeto de estudos por parte das Comissões de Constituição e Justiça, Legislação Social e de Finanças, tendo esta última apresentado uma emenda substitutiva, que foi aprovada pelo Plenário.

No Senado a matéria obteve parecer favorável das Comissões de Legislação Social e de Finanças, que apresentou uma emenda. Finalmente, foi aprovada pelo Plenário, com a redação original da Câmara, e encaminhada à sanção presidencial.

O VETO E SUAS RAZÕES

O Sr. Presidente da República, no entanto, resolveu vetar, totalmente, a proposição, por considerá-la contrária aos interesses nacionais, pelas razões constantes da Mensagem Presidencial nº 324, de 1965, a saber:

"O Projeto visa a equiparar os "atletas profissionais" a "trabalhadores autônomos", para efeito de contribuição para a Previdência Social".

Em que pesem os objetivos sociais pretendidos pelo autor do projeto, ra-

zões de ordem jurídica, técnica e prática desaconselham sua transformação em lei.

O conceito de "trabalhador autônomo" não pode ser aplicado aos atletas profissionais, vinculados por contrato a associações esportivas, das quais percebem salários. O trabalhador autônomo caracteriza-se pela ausência de vinculação empregatícia e relação de emprego, que é o objeto formal do contrato de trabalho, existente no caso dos atletas profissionais.

A associação esportiva reveste-se, no caso, de todas as características de empresa, isto é, de empregador, determinando assim a natureza de suas relações com o atleta profissional, a ela vinculada por contrato.

Esta é a jurisprudência pacífica dos Tribunais do Trabalho e do próprio Supremo Tribunal Federal. A aceleração do princípio de "trabalhador autônomo" consignado no projeto, além de contrariar essa jurisprudência, poderia desnaturar o contrato de trabalho dos atletas profissionais, trazendo-lhes graves prejuízos de ordem trabalhista.

Se transformado em lei o projeto, ver-se-ia a Previdência Social outrossim, por imperativos de equidade e isonomia, obrigada a enquadrar no regime de "trabalhadores autônomos" outras classes, de características idênticas, com implicações onerosas para

o sistema previdenciário, devido ao sistema de contribuição hoje vigente para o trabalhador autônomo.

Por outro lado, a iminência da reformulação geral da Previdência Social desaconselha, no momento, qualquer modificação em sua estrutura, a não ser que ditada por motivos de inadiável urgência, de interesse para toda a coletividade.

Finalmente, cumpre ressaltar que a liquidação dos débitos para com a Previdência Social nos termos pretendidos pelo art. 4º do Projeto, contraria leis especiais e normas cujos princípios têm íntima conexão com as medidas gerais financeiras estabelecidas no plano econômico do governo, principalmente no que diz respeito ao prazo para a liquidação de correção monetária para o débito. Isso constituiria uma exceção injustificável face aos demais contribuintes da Previdência Social".

CONCLUSÃO

Diante do exposto, julgamos em-contrar-se o Congresso Nacional habilitado a apreciar o veto presidencial ao Projeto de Lei da Câmara nº 288-I. (nº 233-64, no Senado).

Sala das Comissões, em 1º de setembro de 1965. — *Rondon Pacheco*, Presidente — *Martins Junior*, Relator — *Manoel Dias* — *Hermann Torres* — *Antônio Rocha* — *João Alves*.

ATA DA 131ª SESSÃO, EM 1º DE SETEMBRO DE 1965

3ª Sessão Legislativa, da 5ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SRS.: GILBERTO MARINHO E GUIDO MONDIN

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Senhores Senadores:

Goldewasser Santos
José Guilomard
Oscar Passos
Vivaldo Lima
Pedro Carneiro
Moura Palha
Sigefredo Pacheco
Menezes Pimentel
Wilson Gonçalves
Manoel Vilça
Pessoa de Queiroz
Eduardo de Moraes
Silvestre Péricles
Heribaldo Vieira
Júlio Leite
Aloysio de Carvalho
Josaphat Marinho
Paulo Barros
Raul Giuberti
Aurélio Vianna
Gilberto Marinho
Gastão Müller
Adolpho Franco
Mello Braga
Atílio Fontana
Guido Mondin
Daniel Krieger
Mem de Sá — 28 —

O SR. PRESIDENTE:

(*Gilberto Marinho*) — A lista de presença acusa o comparecimento de 28 Senhores Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte:

EXPEDIENTE

RESTITUIÇÃO D E AUTOGRÁFOS DE PROJETOS SANCIONADOS

Mensagens do Senhor Presidente da República de 30 de agosto):

Nº 350-65 (número de origem 653) — Projeto de Lei da Câmara número

SENADO FEDERAL

1-65, que inclui no Polígono das Escas o Município de Vitória da Conquista no Estado da Bahia e dá outras providências (Lei número 4.763, de 30 de agosto de 1965);

Nº 351-65 (número de origem 654) — Projeto de Lei da Câmara número 254-64, que concede a inclusão da Escola do Serviço Social, anexa à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, entre os estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal (Lei número 4.764, de 30 de agosto de 1965);

Nº 352-65 (número de origem 655) — Projeto de Lei da Câmara número 147-65, que aplica disposições das Leis números 2.370, de 9 de dezembro de 1954 e 3.765, de 4 de maio de 1960, aos Oficiais Engenheiros da Reserva de 3ª Classe da Aeronáutica convocados para o serviço ativo;

Nº 353-65 (número de origem 656) — Projeto de Lei da Câmara número 53-61, que dispõe sobre a elaboração de um Plano Diretor Regional, ao qual ficará subordinada a utilização das áreas que constituem o Distrito Federal e dá outras providências (Lei número 4.766, de 30 de agosto de 1965).

RESPOSTAS A PEDIDOS DE INFORMAÇÕES

I — *Requerimentos do Sr. Senador Vasconcellos Torres*

A — *Avisos do Sr. Ministro da Indústria e Comércio*

n. 133, de 20 de agosto — *Requerimento n. 420-65;*

n. 137, de 30 de agosto — *Requerimento n. 417-65;*

B — *Aviso do Sr. Ministro da Saúde* n. 61, de 30 de agosto — *Requerimento nº ... 232-65;*

C — *Avisos do Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas, de 31 de agosto:*

n. B-278 — *Requerimento n. 330-65;*

n. B-279 — *Requerimento n. 287-65;*

n. B-280 — *Requerimento n. 332-65;*

n. B-281 — *Requerimento n. 312-65;*

n. B-282 — *Requerimento n. 359-65;*

n. B-283 — *Requerimento n. 295-65;*

n. B-284 — *Requerimento n. 319-65;*

n. B-285 — *Requerimento n. 168-65;*

n. B-286 — *Requerimento n. 328-65;*
n. B-288 — *Requerimento n. 418-65;*
n. B-289 — *Requerimento n. 425-65;*

II — *Requerimento do Sr. Senador Adalberto Sena:*

Aviso n. B-287, de 31 de agosto, do Senhor Ministro da Viação e Obras Públicas.

PARECERES

PARECER

Nº 1.053, de 1965

Da Comissão de Minas e Energia, ao Projeto de lei da Câmara número 23, de 1954, (número 4.295-B-62 — Câmara), que dispõe sobre a organização do Ministério das Minas e Energia.

Relator: Sr. Josaphat Marinho

1. Originário de mensagem do Poder Executivo, ao tempo do regime parlamentar, e aprovado, em forma substitutiva, pela Câmara dos Deputados, é presente à Comissão de Minas e Energia o projeto que dispõe sobre a organização do Ministério das Minas e Energia.

2. Já examinado, no Senado, pela Comissão de Serviço Público Civil, que lhe ofereceu três emendas sobre o regime do pessoal, e pela Comissão de Finanças, que o aceitou sem restrições ou modificações quanto ao ângulo financeiro, é de boa norma que a Comissão de Minas e Energia se abstenha de analisar esses aspectos estudados (artigos 2º, 30, 42 e 47 e 31 a 37).

Emendas, talvez necessárias, a respeito desses aspectos, poderão ser apresentadas, mais adequadamente, no Plenário.

3. O projeto estabelece a organização do Ministério. Dá-lhe estrutura e delimita a competência dos órgãos que o integram, ou estão sob sua jurisdição. Em realidade, complementa a lei número 3.782, de 22 de julho de 1960, que criou a Secretaria de Estado, mas apenas traçou as linhas gerais definidoras de sua competência e de sua composição (artigos 5º a 9º).

Até o momento, o Ministério tem funcionado à base de organização incompleta e experimental. A proposição ora discutida é que lhe val dar a organicidade correspondente a seus objetivos e atribuições.

4. É certo que o Ministério, tendo a seu cargo, segundo a lei que o criou, "o estudo e despacho de todos os assuntos relativos à produção mineral e energia", envolve problemas cujo desenvolvimento e importância não se conciliam com regras rígidas nem com enquadramentos imutáveis. E de admitir-se, antes, que modificações se imponham, no interesse do país e de seu desenvolvimento econômico.

A posição dos órgãos dirigentes e executivos, por exemplo, da política do petróleo — Conselho Nacional de Petróleo e Petrobrás — poderá sofrer variações. A amplitude e a especialização de suas atribuições, uma e outra crescentes com o vulto dos empreendimentos e a multiplicação das áreas de atividade industrial e comercial, talvez aconselhem alterações incompatíveis com a subordinação hierárquica e burocrática de nível ministerial. É possível que a solução conveniente, geradora de maior autonomia e responsabilidade na direção e na execução do monopólio estatal do petróleo, seja a transformação dos organismos atuais em entidades apenas vinculadas à Presidência da República.

Essas e outras soluções, porém, não devem ser tentadas, normalmente, sem a iniciativa ou a concordância da própria administração, que detém os dados experimentais necessários a decisões legislativas seguras.

5. Há modificações, entretanto, que se impõem desde logo, e que passam a ser propostas, umas para melhor sistematização e clareza do projeto, outras para supressão de órgãos prescindíveis ou inconvenientes, sendo que algumas delas por sugestão do atual titular do Ministério.

6. Assim, o projeto deve começar pela definição do Ministério, e não da posição do Ministro, que sem o órgão não existe. E na caracterização do Ministério o mais certo é seguir o texto da lei que o criou.

Transformar-se-á, em consequência, o artigo 2º em artigo 1º, sob nova re-

ação, pautada nas finalidades do Ministério previstas no artigo 5º da lei número 3.782, de 22 de julho de 1960, que o instituiu.

7. O artigo 1º, que define a responsabilidade do Ministro, converter-se-á em artigo 2º, substituída, em parte, a forma adotada, para uso de expressões mais apropriadas.

8. No artigo 3º, que fixa a constituição do Ministério, parece conveniente a supressão de dois órgãos: o Centro de Planejamento (inc. VII) e as Delegações Regionais (inc. XI).

Essas entidades são contrárias — e portanto prejudiciais — ao princípio de autonomia de cada qual dos demais órgãos que integram o Ministério. O planejamento dos trabalhos e atividades do Ministério deve ser feito pela ação coordenada de todos os seus organismos, sob a orientação do Ministro, e não por um Centro, como entidade distinta. E para ajustar o programa geral do Ministério ao plano de ação do governo a tarefa compete ao Ministério do Planejamento. De outro lado, se os órgãos de atividades específicas, pelo menos os essenciais, se distribuem, ou podem desdobrar-se, em serviços próprios situados nos Estados, as Delegações Regionais do Ministério são desnecessárias e suscetíveis de transformar-se em fontes de encargos desaconselháveis e de conflitos de atribuições.

9. No artigo 4º, inciso V, recomenda-se a eliminação da palavra *Empresa*, pois a designação legal, e bastante, da Eletrobrás, se reduz a "Centrais Elétricas Brasileiras S.A."

10. O artigo 6º prescreve que as entidades sob a jurisdição do Ministério deverão obedecer às suas normas administrativas e lhe prestar a colaboração que for solicitada. Ora, se as entidades enumeradas no artigo 4º ficam sob a jurisdição do Ministério, claro que estão sujeitas a seu controle e regime de trabalho coordenado. De mais, o dispositivo é dispensável. Mas é também inconveniente, porque o regime administrativo do Ministério não se aplica, internamente, a esses organismos, como a Eletrobrás, a Petrobrás, a Companhia Vale do Rio Doce, que, por serem empresas, têm e precisam ter flexibilidade que não se harmoniza com o rigor das normas comuns do serviço público.

E de suprimir-se, pois, o artigo 5º.

11. O artigo 6º deve ser mantido, alterada a redação de sua parte final, quer para maior concisão, quer para eliminar a referência a Centro de Planejamento, órgão cuja supressão é sugerida.

O conjunto do preceito é útil, pois vincula a aplicação de todas as verbas orçamentárias sobre problemas de minas e energia, destinadas a quaisquer órgãos da administração, à ação coordenada do Ministério das Minas e Energia.

12. O artigo 11 declara que o Conselho Nacional de Minas e Energia Elétrica "será regido pela legislação vigente aplicável". A fórmula usada — legislação vigente — relaciona o funcionamento do Conselho, em demasia, à legislação atual, o que não convém a diploma de caráter permanente e a respeito de órgão que compõem, sem limitação de prazo, a estrutura do Ministério.

É mais próprio dizer-se apenas *legislação aplicável*, expressão que indica ajustamento ao tempo.

13. O artigo 12 define a competência do Conselho Nacional de Minas e Energia, entre outras atribuições, confere-lhe o poder de "promover a atualização e a consolidação dos dispositivos legais sobre minas" (inc. VI), o que é, evidentemente, irregular, pois envolve até função legislativa. Ao Conselho cabe, no particular, apenas propor a atualização ou a consolidação, com as sugestões que se lhe afigurarem oportuna.

E nesse sentido é que deve dispor o projeto.

14. Sugerida, como foi, no exame da constituição do Ministério, a supressão do Centro de Planejamento, a eliminação dos artigos 16 e 17, que fixam a competência e a composição desse órgão, é uma resultante da ideia principal.

15. No artigo 19, na estrutura do Departamento de Administração, foi incluída uma Divisão de Aplicação e Fiscalização de Investimentos (inc. IV). Ora, cada órgão do Ministério tem função específica. Cabe-lhe a prerrogativa de aplicar os recursos próprios e o dever de receber a correção dos investimentos. Isto decorre da responsabilidade de cada Serviço. Ao Ministro é que compete a supervisão das aplicações pelos diversos órgãos, segundo o planejamento estabelecido.

A Divisão de Aplicação e Fiscalização de Investimentos é excessiva.

16. Para fixar melhor a competência do Departamento Nacional de Produção Mineral, convém modificar a redação do artigo 20: — suprimindo a expressão — "tem finalidade", por ser desnecessária, e substituindo o vocábulo "fiscalizar" por "assegurar", porque este verbo é que indica o papel do órgão em relação à execução do Código de Minas e de leis subsequentes.

17. Ao artigo 21 são propostas duas alterações, por sugestão, que parece procedente, do titular do Ministério. Uma para transformar a Divisão de Pesquisas e Produção Mineral (inc. II) em Divisão de Fomento da Produção Mineral, por ser a designação mais ampla e porque a parte de pesquisas também se estende a outros órgãos. A outra modificação é para incluir o Serviço de Estatística, pois o projeto mesmo, no artigo 49, transfere para o Ministério das Minas e Energia a estatística da produção mineral, que era executada pelo Ministério da Agricultura. E a proposta, já feita neste parecer, de supressão do Centro de Planejamento, a que o artigo 49 refere o levantamento da estatística da produção mineral, corrobora a conveniência de criação do serviço específico.

18. No artigo 22 impõe-se substituir o verbo "fiscalizar" por "assegurar", pelo mesmo razão que determinou alteração idêntica no texto do artigo 20. O Departamento Nacional de Águas e Energia não se limita a fiscalizar a execução do Código de Águas, como o Departamento de Produção Mineral não se reduz a fiscalizar a execução do Código de Minas: esses órgãos asseguram, nos limites de sua competência, a execução de tais Códigos.

19. O artigo 23 é relativo à estrutura do Departamento Nacional de Águas e Energia. O titular do Ministério sugere, a respeito, duas alterações, que parecem procedentes. A primeira, para suprimir, no inciso II, referência a Concessões, por ser matéria, da Divisão de Energia Elétrica e não da de Tarifas. A segunda, para introduzir o Serviço de Estatística.

Mas, se o setor de Concessões se compreende na Divisão de Energia Elétrica, nesta deve ser expressamente incluído, por sua importância. Daí propomos uma terceira alteração no texto.

20. Tratando das Delegações Regionais de Minas e Energia, os artigos 24, 25 e 26 devem ser eliminados, desde que prevaleça a sugestão, já oferecida, de suprimir tais órgãos.

21. Os artigos 27 a 30, 42 e 47 e 31 a 37 referem-se respectivamente, ao pessoal e ao regime financeiro, já tendo sido objeto de apreciação das Comissões competentes.

22. Segundo o artigo 38, o Ministério das Minas e Energia "terá representante no Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito, na Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S.A., no Conselho de Política Aduaneira, no Conselho Nacional de Geografia, no Conselho Nacional de Pesquisas, na Comissão de Enquadramento Sindical e no Conselho Nacional de Estatística".

Ainda que se demonstre a necessidade dessa participação, na amplitude programada, o que não resulta naturalmente, parece-nos que o assunto é para ser previsto e regulado na legislação específica de cada um dos órgãos a que alude o artigo. Pela supressão, pois, do dispositivo.

23. O artigo 39 atribui ao Ministro o poder de indicar o representante do Governo às assembleias gerais das entidades de economia mista sob a jurisdição do Ministério. O titular da Pasta sugere fórmula de maior amplitude, porque lhe parece ser o representante. E nesse sentido é oferecida emenda.

24. No artigo 40 prescreve-se a forma de indicação dos representantes de uns em outros órgãos do mesmo Ministério, de caráter deliberativo, consultivo ou fiscal. Altera-se o dispositivo para lhe dar maior clareza e concisão.

25. Nos termos do artigo 41, "o M.M.E. poderá tarefa ou empreitar os serviços especializados necessários ao desempenho de atividades técnicas e científicas para cuja execução não dispuser de servidores habilitados, ou sempre que verificar ser esse sistema de execução mais eficiente e econômico para o governo, calculando os valores pelo mercado de trabalho".

A norma, a princípio, é certa. Mas, o regime previsto é extensivo a todos os Ministérios, e mais aconselhável se torna deixar sempre à legislação de caráter geral que disponha a respeito. Assim criar-se-á critério uniforme na administração, sem prejuízo das diferenciações recomendáveis. Pela supressão do artigo.

26. O artigo 44, que assegura os órgãos existentes continuarem com suas atribuições, até a publicação dos Regimentos previstos no artigo 43, deve ser transformado em parágrafo desse preceito, dada a identidade de matéria.

27. É dispensável o artigo 45, pois o artigo 4º já estabelece que a Comissão Nacional de Energia Nuclear e a Comissão do Plano do Carvão Nacional "têm sob a jurisdição do Ministério das Minas e Energia". Além disso, a lei número 4.374, de 4 de agosto de 1964, regulou expressamente a vinculação da Comissão do Plano do Carvão Nacional ao Ministério das Minas e Energia (artigo 1º). O artigo 4º basta para definir a nova situação.

28. O artigo 48 é desnecessário. Estipula que "as atribuições da Seção da Divisão de Águas do Departamento Nacional de Produção Mineral passarão a ser exercidas pelo Ministério da Agricultura". Mas a lei número 4.705, de 28 de junho de 1965 dispõe, exatamente, sobre a transferência dessa Seção para o Serviço de Promoção Agropecuária do Ministério da Agricultura, com os pormenores devidos (artigos 1 a 4).

29. A alteração do artigo 49 se impõe, não só porque nele se alude ao Centro de Planejamento, — órgão cuja supressão este parecer sugere — como para reduzi-lo a melhor forma. Texto constante, de estudo do Ministério é aceitável para consubstanciar a modificação.

30. Nestas condições, e ressaltando as sugestões do Plenário, opinamos

pela aprovação do projeto, com as emendas das propostas, a saber:

Emenda nº 1 (C.M.E.)

Transforme-se o artigo 2º em artigo 1º, com esta redação:

Artigo 1º. O Ministério das Minas e Energia, criado pelo artigo 5º da Lei número 3.782, de 22 de julho de 1960, tem a seu cargo o estudo e as soluções de todos os problemas relativos à produção mineral e de energia.

Emenda nº 2 (C.M.E.)

Transforme-se o artigo 1º em artigo 2º, com esta redação:

Artigo 2º. O Ministro de Estado das Minas e Energia é responsável pela formulação, direção e execução da política nacional nos assuntos referentes a minas e energia.

Emenda nº 3 (C.M.E.)

Suprimam-se, no artigo 3º: — Conselho de Planejamento (inc. VII) e Delegações Regionais de Minas e Energia (inc. XI), alterando-se, em decorrência, a numeração dos incisos.

Emenda nº 4 (C.M.E.)

No artigo 4º, inciso V, suprima-se a palavra *Empresa*.

Emenda nº 5 (C.M.E.)

Suprima-se o artigo 5º.

Emenda nº 6 (C.M.E.)

Ao artigo 6º, depois das iniciais MME, diga-se: deverão coordenar com este seus planos de obras e de aplicação dos recursos.

Emenda nº 7 (C.M.E.)

No artigo 11, depois da expressão *energia elétrica*, diga-se: regendo-se pela legislação aplicável.

Emenda nº 8 (C.M.E.)

No artigo 12, inciso VI, onde se diz *promover*, diga-se: *propor*.

Emenda nº 9 (C.M.E.)

Suprimam-se os artigos 16 e 17.

Emenda nº 10 (C.M.E.)

No artigo 19, suprima-se a Divisão de Aplicação e Fiscalização de Investimentos (inc. IV), alterando-se a numeração dos incisos.

Emenda nº 11 (C.M.E.)

No artigo 20, suprima-se a expressão — *tem por finalidade* — e substitua-se o verbo *fiscalizar* por: *assegurar*.

Emenda nº 12 (C.M.E.)

Ao artigo 21: substituam-se, no inciso II, as palavras "Pesquisas e", por: *Fomento da* — e acrescente-se IV — *Serviço de Estatística*.

Emenda nº 13 (C.M.E.)

Ao artigo 22: substitua-se o verbo *fiscalizar* por: *assegurar*.

Emenda nº 14 (C.M.E.)

Ao artigo 23:

a) no inciso II, diga-se: *Divisão de Energia Elétrica e Concessões (DEC)*; b) no inciso III, suprimam-se as palavras: *e Concessões*; c) acrescente-se: IV — *Serviço de Estatística*.

Emenda nº 15 (C.M.E.)

Suprimam-se os artigos 24, 25 e 26. Suprima-se o art. 38.

Emenda nº 17 (C.M.E.)

Dê-se a seguinte redação ao art. 39: Art. 39. O Ministro de Estado ou seu delegado representará a União nas Assembleias Gerais das Entidades de economia mista sob a jurisdição do Ministério das Minas e Energia.

Emenda nº 18 (C.M.E.)

Redija-se assim o

Art. 40. Cabe ao Ministro de Estado a designação de representantes de uns em outros órgãos integrantes do Ministério, ou submetidos à sua jurisdição.

Emenda nº 19 (C.M.E.)

Suprima-se o art. 41.

Emenda nº 20 (C.M.E.)

Suprima-se o art. 45.

Emenda nº 21 (C.M.E.)

Suprima-se o art. 48.

Emenda nº 22 (C.M.E.)

Redija-se o art. 49:

Art. 49. A elaboração da estatística da produção mineral, ora a cargo do Ministério da Agricultura, fica transferida para o Departamento Nacional da Produção Mineral.

Sala das Comissões, em 31 de agosto de 1965. — *Jose Ermirio, Presidente.* — *Josaphat Marinho, Relator.* — *Pedro Ludovico.* — *Filinto Muller,* com restrições em relação a emenda nº 3 (três) — *Heribaldo Vieira.*

PARECER

Nº 1.054, de 1965

Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 1964 (nº 1.652-B de 1960, na Casa de origem).

Relator: Sr. Menezes Pimentel.

A Comissão apresenta a redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 1964 (nº 1.652-B de 1960, na Casa de origem), que modifica os artigos 1º e 13 do Decreto-lei nº 7.729, de 12 de julho de 1945, que dispõe sobre aperfeiçoamento, especialização, viagens de estudo e missões de trabalho de servidores públicos civis e autárquicos federais no estrangeiro e dá outras providências.

Sala das Comissões, em 31 de agosto de 1965. — *Josaphat Marinho, Presidente eventual.* — *Menezes Pimentel, Relator.* — *Edmundo Levi.*

ANEXO AO PARECER Nº 1.054, DE 1965

Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 1964 (nº 1.652-B de 1960, na Casa de origem), que modifica os artigos 1º e 13 do Decreto-lei nº 7.729, de 12 de julho de 1945, que dispõe sobre aperfeiçoamento, especialização, viagens de estudo e missões de trabalho de servidores públicos civis e autárquicos federais no estrangeiro e dá outras providências.

Emenda nº 1

(de redação)

A emenda.

Dê-se à emenda a seguinte redação:

"Modifica e complementa o Decreto-lei nº 7.729, de 12 de julho de 1945, que dispõe sobre aperfeiçoamento, especialização, viagens de estudo e missões de trabalho de servidores públicos civis federais no estrangeiro".

Emenda nº 2

(de redação)

Ao art. 1º.

Onde se lê:

"... servidores civis e autárquicos da União...";

Lê-se:

"... servidores civis federais, da administração centralizada e autárquica...".

Emenda nº 3

(de redação)

Ao art. 2º.

Onde se lê:

"... ou o da respectiva autarquia...";

Lê-se:

"... ou a respectiva autarquia...".

Emenda nº 4

(corresponde a Subemenda CSPC à emenda nº 1 de Plenário)

Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo:

"Art. A autoridade administrativa terá o prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de protocolo do pedido na repartição competente, para despachar requerimento relativo ao objeto deste Decreto-lei.

Parágrafo único. A infração ao disposto neste artigo, quando decorrente de dolo ou má fé, constituirá falta grave, sujeitando o seu autor às penas previstas para esse delito pela Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952."

PARECER

Nº 1.055, de 1965

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 5, de 1965 (nº 206-A de 1964, na Casa de origem).

Relator: Sr. Menezes Pimentel.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 5, de 1965 (nº 206-A de 1964, na Casa de origem), que aprova a "Convenção Complementar da Convenção de Varsóvia para a unificação de certas regras relativas ao transporte aéreo internacional efetuado por quem não seja transportador contratual", assinada em Guadalajara, México, a 18 de setembro de 1961.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1965. — *Josaphat Marinho, Presidente eventual.* — *Menezes Pimentel, Relator.* — *Edmundo Levi.*

ANEXO AO PARECER Nº 1.055, DE 1965

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 5, de 1965 (nº 206-A de 1964, na Casa de origem).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 65, nº I, da Constituição Federal, e eu, —

Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº DE 1965

Aprova a "Convenção Complementar da Convenção de Varsóvia para unificação de certas regras relativas ao transporte aéreo internacional efetuado por quem não seja transportador contratual", assinada em Guadalajara, México, a 18 de setembro de 1961.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. É aprovada a "Convenção Complementar da Convenção de Varsóvia para a unificação de certas regras relativas ao transporte aéreo internacional efetuado por quem não seja transportador contratual", assinada em Guadalajara, México, a 18 de setembro de 1961.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PARECER

Nº 1.056, de 1965

Projeto de Resolução nº 12, de 1965
Relator: Sr. Menezes Pimentel.

Remetido a esta Comissão, para redação final, o Projeto de Resolução nº 12, de 1965, que suspende a execução da Lei nº 4.073, de 31 de agosto de 1959, do Estado do Paraná, verificou-se que:

a) a Resolução nº 20, de 1964 (Projeto de Resolução nº 11, de 1964), tem por objeto a mesma lei (artigos 4º, 5º, 6º, 7º e 8º);

b) a Resolução nº 1, de 1965 (Projeto de Resolução nº 88, de 1964), tem, igualmente, por objeto aquela lei na parte em que determina a cobrança do imposto do selo de 3% "ad valorem";

c) pelo que consta da cópia autenticada extraída do Mandado de Segurança nº 13.142, do Estado do Paraná, enviada pelo Supremo Tribunal Federal e esta Casa, o presente projeto teve origem na inconstitucionalidade da Lei nº 4.073, de 1959, do Estado do Paraná, na parte em que determina o pagamento do imposto estadual de 3% "ad valorem" para expedição das guias de transferência de mercadorias.

Como o projeto suspende a execução da totalidade da lei em apreço, resolveu a Comissão, para melhor esclarecimento, solicitar do Governador daquele Estado o inteiro teor da Lei nº 4.073, de 1959.

Atendida a solicitação, apurou-se que:

a) a lei se compõe de seis artigos; b) os dispositivos que tratam do imposto que recai sobre guias de despacho de mercadorias remetidas ou transferidas para dentro do Estado ou para praças nacionais são os artigos 4º e 5º;

c) os arts. 1º, 2º, 3º e 6º versam sobre matéria diversa da questionada;

d) a Resolução nº 20, de 1964, suspendeu a execução de dispositivos não constantes da lei (arts. 7º e 8º);

e) a Resolução nº 11, de 1965, quando suspendeu a execução das leis do Estado do Paraná de ns. 4.073, de 1959, na parte que determina a cobrança do imposto de 3% "ad valorem", e 613, de 19 de junho de 1947, atingiu o objetivo do projeto ora em curso.

Pelo exposto, somos de parecer que deve o presente processo ser remetido à douta Comissão de Constituição e Justiça para reexame da matéria.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1965. — *Josaphat Marinho, Presidente eventual.* — *Menezes Pimentel, Relator.* — *Edmundo Levi.*

PARECER

Nº 1.057, de 1965

Redação do vencido, para segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 31, de 1964.

Relator: Sr. Edmundo Levi.

A Comissão apresenta a redação do vencido, para segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 31, de 1964, que assimila ao crime de contrabando ou descaminho o deslocamento do café, no território nacional, desacompanhado da documentação exigida pelo Instituto Brasileiro do Café, e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1965. — *Josaphat Marinho, Presidente.* — *Edmundo Levi, Relator.* — *Menezes Pimentel.*

ANEXO AO PARECER Nº 1.057, DE 1965

Redação do vencido, para segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 31, de 1964, que assimila ao crime de contrabando ou descaminho o deslocamento do café, no território nacional, desacompanhado da documentação exigida pelo Instituto Brasileiro do Café, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A exportação do café de produção nacional só poderá ser feita, pelos portos e pontos do território nacional fixados pelo Instituto Brasileiro do Café, na forma da Lei número 1.779, de 22 de dezembro de 1952.

Art. 2º É assimilado ao crime de contrabando ou descaminho o deslocamento de café, no território nacional, desacompanhado da documentação exigida pelo Instituto Brasileiro do Café, na forma da Lei nº 1.779, de 22 de dezembro de 1952, seja qual for o meio de transporte utilizado.

Parágrafo único. Incidem no crime previsto neste artigo o transportador do café e todo aquele que estiver ligado à sua transação.

Art. 3º No caso da infração a que se refere o artigo anterior, aplica-se, além da pena estabelecida no art. 334 e seu parágrafo 3º do Código Penal, a multa equivalente ao valor do café apreendido, fixada na base do preço oficial em vigor à data da apreensão.

Parágrafo único. Sem prejuízo das sanções previstas neste artigo, o infrator não terá direito à restituição do café apreendido, revertendo sua propriedade ao Instituto Brasileiro do Café.

Art. 4º Aplicam-se, no que couber, as disposições desta lei quando se tratar de café desacompanhado da documentação a que se refere o artigo 2º e que se encontre em abandono ou em qualquer depósito.

Art. 5º É, também, assimilado ao crime de contrabando ou descaminho o desvio do café, no território nacional, para destino diferente do autorizado pelo Instituto Brasileiro do Café.

Art. 6º As infrações e apreensões serão processadas mediante auto laudo do Café, e, na sua falta ou omissão, por qualquer agente do poder público, empenhado na repressão ao contrabando.

Parágrafo único. Do auto constará:

a) dia, hora e local da diligência;

b) nome do remetente, do consignatário da mercadoria ou de seu proprietário e do transportador, pessoas físicas ou jurídicas;

c) descrição do café e do veículo transportador de forma a identificá-los.

Art. 7º Lavrado o auto e recusando-se o infrator ou seu representante legal a se declarar ciente, a autoridade autuante certificará a recusa.

§ 1º — Ocorrendo o previsto neste artigo, far-se-á a intimação por edital, com prazo de 20 (vinte) dias, publicado no Diário Oficial da União e, simultaneamente, no órgão oficial do Estado, do Território ou do Município onde tenha ocorrido a infração.

§ 2º — Terá o autuado, para apresentar sua defesa, o prazo de 20 (vinte) dias contados da ciência ou da publicação do edital de intimação.

§ 3º — Apurada a responsabilidade do autuado o Presidente do Instituto Brasileiro do Café enviará, cópia do processo administrativo ao Juiz competente para o procedimento criminal cabível.

Art. 3º O Instituto Brasileiro do Café, para efeito de incorporação ao seu patrimônio do café apreendido e da multa depositada ou sua cobrança, quando não for previamente depositada, registrará, em livro próprio, as decisões condenatórias que passarão em julgado.

Art. 9º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Está finda a leitura do expediente. (Pausa).

Sobre a mesa requerimento que será lido pelo Sr. Primeiro Secretário.

E' lido o seguinte:

REQUERIMENTO

Nº 595, de 1965

Senhor Presidente,

Conforme o Regulamento Interno requerido a V. Exª se digna solicitar ao Sr. Ministro da Saúde e ao Sr. Diretor do Serviço Nacional da Malária as seguintes informações:

a) Se existe algum plano em execução a executar de combate a erradicação da malária no norte do Espírito Santo, particularmente nos municípios de São Mateus, Conceição da Barra e Linhares;

b) Em caso positivo, quais as providências que vão ou estão sendo tomadas;

c) Quando e como serão iniciadas a execução das providências no sentido de combater e erradicar a malária.

Sala das Sessões, em 1º de setembro de 1965. — Raul Giuberti

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — O requerimento de informações que acaba de ser lido não depende de apoio, nem de deliberação. Será publicado e despachado pela Presidência. (Pausa).

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) A Presidência deferiu, hoje, os seguintes requerimentos de informações, apresentados ontem:

I — do Sr. Vasconcellos Torres

Nº 584, ao Sr. Ministro da Justiça;
Nº 585, ao Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas (Comissão de Marinha Mercante);

Nº 586, ao Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas (DNER);
Nº 587, ao Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas (DNER);

Nº 588, ao Sr. Ministro da Fazenda;

Nº 589, ao Sr. Ministro da Viação (Administração do Porto do Rio de Janeiro);

II — do Sr. Senador Gilberto Marinho

Nº 591, ao Sr. Ministro da Fazenda.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Há oradores inscritos.

Tem a palavra o Sr. Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, o Senhor Presidente da República acaba de nomear um grupo de trabalho, com a finalidade de estudar a estruturação da política do Banco de Créditos da Amazônia.

Foi nomeado para presidir esse grupo de trabalho o ilustre Coronel Moraes Rego, que eu não sei se é especializado no assunto, se tem sobre o

problema os mesmos conhecimentos que possui na profissão que abraçou e a que se dedica.

O objetivo desse estudo seria transformar o Banco de Crédito da Amazônia em estabelecimento comercial ou estabelecimento creditício de desenvolvimento, com uma finalidade precípua, que seria a extinção do monopólio da borracha.

Ora, Sr. Presidente, toda a região amazônica, a esta altura, estará indagando se esta orientação é adequada; toda a região amazônica, entre apreensão e dúvida, acompanha o desenvolvimento da atividade governamental, para saber, ao certo, o que o Governo pretende, para saber, sobretudo, como o Governo e as perspectivas de desenvolvimento daquela região.

Valem, Sr. Presidente, algumas considerações sobre o consumo mundial e nacional de borracha, que de ano para ano cresce devido a demanda proveniente do desenvolvimento industrial no tanto que utiliza a *hevea brasiliensis*. Estatísticas do ano de 1964 apresentam um consumo mundial de borracha da ordem de 2.220 mil toneladas de borracha natural e de 2.680 mil toneladas de borracha sintética, num total de 4.900 mil toneladas. Revenham ainda estas estatísticas que o aumento, que o crescimento do consumo mundial enfrentou o equilíbrio da produção de borracha natural e uma extraordinária produção de borracha sintética.

Em 1960, a produção de borracha sintética era apenas de 5.000 toneladas e subiu, como se vê nas estatísticas de 1964, para 2.220.000 toneladas. O Brasil produz cerca de 48.000 toneladas de borracha sintética e a COPERBO anuncia, para este ano, a produção de mais 13.000 toneladas, das 21.000 de sua capacidade de produção e 25.000 toneladas, em média, por ano, de borracha natural.

O consumo nacional é da ordem de 92.000 toneladas, havendo um déficit mais ou menos de 3.200 toneladas, que poderá ser coberto a curto prazo, dentro de dois a três anos, quando a COPERBO alcançar o nível de sua capacidade de produção e os seringueiros da Bahia, que hoje produzem cerca de 1.000 toneladas, elevarem também o nível de sua produção.

Tem nosso País, pois, Sr. Presidente, um campo amplo de atuação no mercado da borracha. Poderia readquirir hegemonia da produção e do mercado mundial se a imprevidência, o desinteresse, a falta de visão do problema não o tivesse reduzido, daquela condição excepcional. A posição de importador do produto. Nada se fez no sentido de enfrentar o problema que a produção de *hevea* no Oriente trouxe ao nosso País.

Embora as indicações técnicas de abalizados estudiosos do problema, os estudos de órgãos oficiais, os debates de representantes da região, ao longo das legislaturas que nos separam de 1943 não obstante tudo isso, Sr. Presidente, não foram adotadas as medidas certas, adequadas para que a Nação enfrentasse a crescente fome de borracha que surgiu com o desenvolvimento da indústria nacional.

E quando não se fez isso e quando não se foi providente, e quando o que dominou foi a apatia, o desinteresse, ainda se pensa agora em quebrar o monopólio estatal, desviando o Banco de Crédito da Amazônia para outras atividades.

Sr. Presidente, a solução que se estuda seria a ruína econômica dos Estados que produzem borracha. Sabem disso todos os representantes da região que ainda tem sua base de sustentação financeira no trabalho hercúleo que seringueiros e seringueiros desenvolvem na floresta, para retirar o precioso látex.

O Sr. José Guimard — Permite V. Exª um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Com muito prazer.

O Sr. José Guimard — V. Exª tem toda a razão. Pela primeira vez todos os representantes da Amazônia concordam unanimemente com respeito ao que V. Exª está falando. E é bom que V. Exª fale porque acabo de ler hoje num jornal de São Paulo, a informação de que o problema da queda do monopólio estatal da borracha não passa de barulho eleitoral, feito por parlamentares da Amazônia.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Muito obrigado ao aparte de V. Exª, que é homem da região e que conhece, tanto ou melhor que eu, o que representa, ainda, para a economia do meu, do seu Estado, para Mato Grosso e alguns Territórios, a produção de borracha.

A essa ruína econômica, Sr. Presidente, reúnem-se ainda outros aspectos que merecem a atenção do Senado e do País, como o abandono de uma área imensa, já perigosamente desabitada, cuja rareficação demográfica vem despertando a atenção de organismos internacionais. Além do mais, considero até intolerável a existência de uma região inaproveitada, enquanto muitos países carecem de espaço vital.

Em verdade, em muitas regiões da Amazônia, a única afirmação da soberania nacional, pela ocupação da terra, é o seringueiro isolado, esquecido na floresta, escravo com falsa noção de liberdade, pária de vida primaríssima, mas ali representando o Brasil e a posse do território brasileiro.

O Sr. Martins Júnior — Dá V. Exª licença para um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Tenho grande prazer em ouvir V. Exª.

O Sr. Martins Júnior — Muito me alegro que V. Exª esteja tratando de assunto do qual, durante minha pequena permanência nesta Casa, nunca ouvi falar. V. Exª sempre trata de assuntos de alta política, mas, neste momento, analisa a situação da Amazônia, matéria que gostaria eu de ver, não diariamente para não me tornar enfadonho, mas que é sempre oportuno ventilar. Borracha! É um assunto que representa para nós a vida daquela grande região. E muito me alegro também porque V. Exª, neste momento, traz a debate os assuntos da Amazônia, desse rincão brasileiro esquecido e pelo qual, até agora, nada mais temos feito do que malhar em ferro frio. Mas há de haver uma oportunidade de sermos ouvidos. Queira Deus que, com a palavra de V. Exª ainda venhamos a ser ouvidos. Portanto, eu o felicito, esperando que V. Exª continue a olhar pela Amazônia, a olhar para aquele rincão que ainda muitos acham ser o *bêrço esplêndido* brasileiro, para que, de futuro, seja encarado de outro modo, ainda que já não mais vivamos nessa época.

O Sr. Vasconcelos Torres — Permite V. Exª um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Pois não.

O Sr. Vasconcelos Torres — O nobre Senador que acaba de apartar V. Exª se regozija pelo fato de, pela primeira vez, tratar o nobre orador de assunto relativo à região que representa. Para mim, entretanto, não é a primeira, nem a segunda ou terceira vez que V. Exª focaliza assuntos relacionados com a Amazônia. Inúmeras vezes tenho ouvido V. Exª, nesta Casa, defender com elan, com entusiasmo, com patriotismo — permita-me V. Exª não sei se é neologismo — com um "amazonismo" imenso, os interesses daquela região. É fato que V. Exª, como líder político incontestado, de posição de liderança inegável, neste País tem focalizado muitas vezes assuntos políticos. Foi seu colega na

Câmara, e agora, no Senado, e posso testemunhar o seu grande trabalho em prol da região Amazônica. Esta não poderá negar nunca o esforço, a dedicação e o idealismo de V. Exª na defesa daquele rincão esquecido e abandonado mas de imensas possibilidades econômicas. Como colega, velho amigo e admirador, quero, assim dar o testemunho de que V. Exª, sendo eminentemente político, como o é, sai às vezes, da área da atividade política para se consagrar aos problemas da Amazônia, que tão bem V. Exª representou na Câmara, e agora aqui no Senado.

O Sr. Martins Júnior — Neste caso dá o nobre orador licença para outro aparte, se possível?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Pois não.

O Sr. Martins Júnior — Sabe V. Exª, profundamente, que, como suplenente, enlei em caráter transitório nesta Casa, se fala da maneira por que o fiz é porque durante o pouco tempo em que aqui tenho estado nunca ouvi V. Exª defender os interesses da Amazônia. Sei que V. Exª é um líder e eu não; mas, nas poucas vezes que por aqui tenho passado, sempre defendi os interesses da Amazônia. Assim, meu pedido a V. Exª é no sentido de que continue a defender os interesses da Amazônia.

Não pretendo mencioner a atuação de V. Exª, pois reconheço em V. Exª um elemento de real valor na defesa dos interesses do Brasil.

O Sr. Vasconcelos Torres — Se me permitirem, num debate paralelo, em contraponto, quero dizer ao nobre Senador Martins Júnior que, embora V. Exª tenha estado na nossa Casa poucas vezes durante a nossa administração por V. Exª como defensor das coisas da Amazônia. Prestei depoimento com relação ao Senador Arthur Virgílio porque era minha obrigação. Quero dizer, agora, que também tenho de V. Exª impressão extraordinária. Reconheço em V. Exª um defensor incansável daquela região.

O Sr. Martins Júnior — Quero, então, agradecer a V. Exª em meu nome e no da minha terra, que muito nos merece. É uma terra brasileira, mas muita gente não a quer considerar como tal.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Agradeço os apartes dos meus dois nobres colegas. Entretanto, farei um reparo ao aparte do meu vizinho paraense, uma vez que minha presença, nesta tribuna, não é uma volta ou reencontro com minha região. Nos Ministérios e órgãos incumbidos de tratar dos problemas que nos interessam, tenho sempre a minha presença assinalada.

Quanto a assuntos de tal ordem, transcendentes como este, me trazem sempre à tribuna para o debate, para o esclarecimento, ou para a crítica e, se mais não fôr, a narração tendo uma perspectiva do problema brasileiro, tentando que não haverá solução para qualquer Estado enquanto não houver solução para o País. Enquanto não modificarmos a estrutura do Brasil, enquanto não lhe dermos outra feição econômica e social no sentido global, enquanto a Nação não sair do estado subdesenvolvido em que se encontra, terá sempre Estados pobres, Estados necessitados. Estados cheios de problemas como o meu. E, na medida em que luto pela solução dos problemas nacionais, dos maiores e fundamentais problemas de estrutura econômica social e política, luto pelo meu Estado, pelo Pará, e por todas as Unidades da Federação. De modo geral, esta a condição do Amazonas, do Pará, dos Territórios do Nordeste, e da grande parte dos Estados.

O Sr. Martins Júnior — Estamos ouvindo V. Exª; devemos usar a expressão no plural.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Estou dando a explicação no tocante à minha posição, acentuada para o problema nacional. Entretanto, embora me interessem os problemas de minha região, de meu Estado, não os debato com maior freqüência, a fim de não dar exploração de fundo político, pois adversários meus costumam precisamente, dizer que me dedico mais aos problemas nacionais do que aos problemas regionais da Amazônia. Mas, ainda assim, apesar de ter conhecido disto, prefiro manter-me nesta posição.

O Sr. José Ermírio — Permite V. Ex. um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Pois não.

O Sr. José Ermírio — Há grande preocupação, da parte de vários membros do atual Governo, em fechar ou desorganizar empresas que poderiam ser recuperadas. Isso, aliás, está acontecendo com as estradas de ferro e muitas empresas do País. Na realidade seria muito mais simples proceder-se a um estudo mais apurado a fim de se enfrentar o problema. Mas, tal exige coragem, e sem coragem nada se faz em lugar algum. O caso da borracha para mim é muito simples. O Sudeste da Ásia está hoje em condições de produzir borracha a 18 centavos a libra. Por que não estudar esse problema *in loco* e adotar o mesmo procedimento na Amazônia? Assim, o Brasil teria condições de obter grande renda, não fazer importação desnecessária, e ajudar uma região que precisa crescer, desenvolver-se em benefício do País.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Obrigado a V. Ex.

Mas, Sr. Presidente, falava eu das implicações que a quebra do monopólio determinará e, entre elas, posso citar ainda uma outra, que será o abandono a uma miséria ainda maior, de milhares de patrícios nossos que se dedicam ao duro afã de retirar borracha das nossas florestas.

A exploração dos seringais silvestres, antieconômica atualmente, sustentada, não há como negar, pelo monopólio, desapareceria no momento em que cessasse a proteção oficial.

Seringalistas e seringueiros que permanecem nas florestas, Sr. Presidente, o fazem por teimosia, o fazem por obstinação, o fazem talvez por amor a um trabalho desenvolvido ao longo de anos e que não querem, apesar dos percalços e das vicissitudes, abandonar. Mas não tiram desse esforço gigantesco nenhum resultado financeiro, porque hoje em dia, se o seringueiro é um miserável, sem perspectivas diante de si, confinado na floresta, bronco e doente, o seringalista é um endividado preso aos órgãos, aos institutos de crédito e também com um futuro indecifrável à sua frente.

O Sr. Vasconcelos Tôrres — Permite-me V. Ex. um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Com prazer.

O Sr. Vasconcelos Tôrres — O mais estranho é que a borracha, comprada *in natura*, aquela que não é sintética, não tem mercado ou não é encontrada no mercado. Queria dizer a V. Ex. que uma das maiores fábricas de pneu do Brasil, a General, situada no município fluminense de Nova Iguaçu, fechou suas portas e com isso acarretou grande desemprego porque não obtém a matéria-prima. Enquanto isso, paradoxalmente, o seringueiro e o seringalista enfrentam problemas cruciais. Há qualquer coisa errada que a economia brasileira precisa corrigir com urgência, porque o Amazonas, ou melhor, a Amazônia, generalizando, poderia muito bem atender à demanda da borracha. Entretanto, parece que há

não só uma conspiração, contra a assistência médica, com a assistência social nos seringais de cultivo.

O Sr. Martins Júnior — Permite o nobre orador um aparte? (Assentimento do orador) Desculpe-me o nobre orador. Creio que já me estou tornando enfadonho. Que a Amazônia se acabe, não! Que continue a dormir em berço esplêndido até o dia em que for necessário despertá-la este momento. Parece que até a Amazônia não se faz necessária ao Brasil.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Muito obrigado também a V. Ex. Sr. Presidente, evidentemente a solução adequada não seria a extinção do monopólio, pelo menos no momento, pelo menos de imediato. Entendo que o Governo deveria partir da reformulação administrativa do Banco de Crédito da Amazônia, de reformulação da atividade do Banco que, de fato vive em permanente crise e não poderia deixar de viver em decorrência da fabulosa imobilização de capitais que realiza. O Banco de Crédito da Amazônia financia a produção, financia o beneficiamento, financia a borracha sobre água, financia ainda a estocagem. Em todos esses financiamentos, a longo prazo, o Banco de Crédito da Amazônia tem imobilizados, se não me falha a memória — e o meu eminente colega me corrigia se eu não der a cifra exata — tem imobilizado cerca de 30 bilhões de cruzados!

O Sr. Martins Júnior — É isso mesmo, Sr. Senador.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Isso vem causando dificuldades que, muitas vezes, até emergem em desprestígio da sua atuação na região.

O Sr. Gastão Müller — Nobre Senador, Mato Grosso está de pleno acordo com V. Ex. Se se tirar o monopólio estatal da borracha, a falência será total, absoluta. Tenho testemunho de um seringueiro do Mato Grosso, que me declarou que há, naquela região, que será futuramente a rodovia para Santarém — sonho do Marechal Rondon — grandes seringais completamente abandonados, porque o transporte dessa borracha dos seringais até o seu barracão ficaria mais caro do que o que o produto daria no mercado, pago pelo Banco da Amazônia. V. Ex. tem toda a razão quando fala que é preciso uma reformulação total do Banco. Ele faz todos os financiamentos, menos o mais difícil: o plantio. As dificuldades burocráticas são imensas para o plantio da borracha. A burocracia começa com o plantio da seringueira, que precisa, se não me engano, 8 anos para produzir.

Realmente, o que deve ser feito é a reformulação do Banco e não se tirar o monopólio estatal. Seria a falência da Amazônia, produtora de borracha. Estou de acordo com V. Ex., como representante de Mato Grosso.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Partindo da reformulação da política desse estabelecimento de crédito regional o Governo, então, poderia iniciar o plantio intensivo de seringueiras para alcançar dois objetivos que considero primordiais. O primeiro, a racionalização da produção, mediante um melhor aproveitamento da mão de obra e do produto e o segundo a transformação das condições sociais da vida dos seringueiros, que deixariam de ser esses párias isolados da floresta para se transformarem, outra vez em animais gregários, vivendo reunidos com assistência escolar, com

assistência médica, com a assistência social nos seringais de cultivo.

O Sr. Gastão Müller — Abusando da benevolência de V. Ex., queria ainda dizer que em Mato Grosso, pelo menos, os seringueiros são escravos. É difícil o seringueiro que possui saldo no fim do ano. São citados como homens diferentes aqueles que o conseguem, porque a maioria deles é escravo, não diria dos seringalistas, mas escravos da profissão. Através das condições de trabalho, atualmente já não há mais, de fato, a escravização pelo seringalista. Mas é escravo do trabalho.

O Sr. Vasconcelos Tôrres — Permite o nobre orador outro aparte? (Assentimento do orador) — Como brasileiro que não se regionalizou — e acho que é um dever nosso o sentimento patriótico estudar a Amazônia — diria mais: escravo do regatão, figura de comerciante que vive de pórtio em pórtio e que também tem as suas qualidades, mas que, pelos remédios, pelos tecidos, pelo fumo, cobra um preço extorsivo. Aquêle que praticamente trabalha, às vezes, não para comer, mas para vegetar e, em abono da tese de V. Ex. acho que devem o quanto antes, ser redimidos, porque homens que trabalham pela grandeza nacional, são tão miseravelmente escravizados.

O Sr. Martins Júnior — Permite o nobre orador outro aparte? (Assentimento) — Não estou de acordo com o significado que nobre Senador Vasconcelos Tôrres deu ao regatão. Ai de nós, da Amazônia, se não fosse o regatão, aqueles que, diariamente, estão nos seringais oferecendo mercadorias. Ai de nós se ficássemos sem os chamados regatões. Que seria da Amazônia sem eles! O nobre Senador Vasconcelos Tôrres — permita-me que o diga — não conhece o que é regatão. Se o conhecesse, louvária a atitude do regatão da Amazônia. Não defendo o regatão. Não me incluo entre os assim classificados, mas sei perfeitamente o que eles representam na Amazônia. Esta é a verdade. Permite-me V. Ex. que me oponha ao modo de pensar de V. Ex., no que se refere ao regatão, pelo menos o da Amazônia.

O Sr. Vasconcelos Tôrres — Não desconheço o papel pioneiro do regatão. Por isso que falei a V. Ex. e acho que o nobre representante deveria me agradecer, como fluminense, como papa-golaba, por saber que existe a figura do regatão. O regatão é um mal necessário. Acho que seu trabalho é pioneiro. Entendo que os sacrificados são o seringalista e o seringueiro, que não tendo as condições de comercialização, obrigatoriamente têm que se servir desse tipo sociológico que está requerendo um estudo, na vida brasileira. Não ataquei o regatão. O regatão é como aquele farmacêutico que é obrigado a vender os produtos farmacêuticos por preço maior do que normalmente se procura vender. Parece-me que não fui suficientemente claro, pois o nobre representante julgou que eu estivesse criticando. E o que poderia parecer crítica para V. Ex. é um elogio, pois nesse ponto de divergência aparente, no fim o que se presta é uma homenagem a esse comerciante flutuante da Amazônia.

O Sr. Martins Júnior — Então V. Ex. vai me perdoar por não tê-lo compreendido convenientemente.

O Sr. Vasconcelos Tôrres — Eu é que não fui claro, devido à ignorância que tenho dos assuntos. E apenas como homenagem ao homem que estudou um pouco do problema brasileiro e sabe que seringueiro, seringalista, regatão, amazonense e paraense, numa equação, significa miséria feita de desenvolvimento e necessidade de apoio para que a Amazônia seja colocada no lugar que merece.

O Sr. Martins Júnior — São brasileiros como quaisquer outros.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Inevitavelmente, com virtudes e defeitos, o regatão auxilia a Amazônia, pois é irrecusável que, se não fosse essa atividade, que é tipicamente regional, não teríamos comunicações e transportes em muitas regiões do interior. Têm eles, portanto, mérito na sua atividade, embora, por outro lado, tenham também defeitos porque, em verdade, vendem os produtos aos seus fregueses por um preço que talvez seja dez vezes superior àquele cobrado em Manaus.

Dizia eu, Sr. Presidente, que a extinção do monopólio além de levar a ruína econômica para a região, além de causar o despovoamento de uma área imensa do território brasileiro, ainda atrairá a maior miséria alguns milhares de cidadãos que se dedicam a essa atividade.

A solução seria, como disse, a reestruturação do Banco do Crédito da Amazônia, a reformulação de sua filosofia administrativa, enquadrando-o em condições de, matendo-se o monopólio, livrar-se do ônus que praticamente ou constantemente o tem colocado em posição financeira crítica.

A verdade é esta: a situação econômica do Banco de Crédito da Amazônia nunca foi difícil, embora ele viva constantemente em penosa situação financeira. E a par dessa reformulação, a atividade voltar-se-ia para os seringais do cultivo. Não se poderá pensar, entretanto, que essa iniciativa seja viável para o particular. O plantio de seringueiras exige grande imobilização de capitais, um longo período de espera, para que esses capitais se tornem reprodutivos. E não haverá particular que tenha capacidade financeira para cobrir as despesas com uma plantação em larga escala e esperar oito ou dez anos pelos resultados do investimento. — A iniciativa, portanto, terá que ser governamental, cuidadosa, metódicamente planejada, tecnicamente estudada e cientificamente executada. Se isso for feito, além de recuperarmos a nossa capacidade de produção para o consumo interno, poderemos ainda alcançar, outra vez, a hegemonia do mercado internacional, tornando-nos os maiores fornecedores de borracha para o mundo.

O Sr. Martins Júnior — Permite-me V. Ex. outro aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Pois não.

O Sr. Martins Júnior — Falou V. Ex. a respeito do Banco de Crédito da Amazônia, mas não falou na Superintendência da Valorização Econômica da Amazônia, que devia operar paralelamente com aquele Banco, pois que, também, recebe vultosas verbas governamentais.

O Sr. Vasconcelos Tôrres — E a SUNAB do Amazonas — só dá gastos.

O Sr. Martins Júnior — Acredita-se que esses órgãos nos estão ajudando. Nada houve, até agora, de positivo nas operações daqueles organismos. Estou certo de que V. Ex. conhece de perto a questão da SPVEA cujos problemas devem ser relacionados com os da Amazônia.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — V. Ex. já o fez por mim, e com oportunidade, uma vez que não se poderá pensar, de fato, em um plano de incentivo aos seringais plantados sem a inclusão da S.P.V.F.A., que, em verdade, em termos de planejamento global — diga-se de passagem — em termos de atuação verdadeiramente com sentido econômico, é uma ficção. Não existiu, até hoje, a S.P.V.F.A. perde-se diluindo os seus recursos, os poucos recursos que recebe, por entidades assistenciais, por planos isolados de Estados e de Mu-

inícios, mas sem a previsão do conjunto, do todo, que deveria caracterizar a sua missão na Amazônia.

O Sr. Vasconcelos Torres — Altamente burocratizada.

O Sr. ARTHUR VIRGÍLIO — Sr. Presidente, com essas considerações, deixo a minha contribuição ao debate em torno do problema.

Fico o Governo Federal maduramente o assunto; examine todos os aspectos do magro problema, para senti-lo em toda a extensão e profundidade, a fim de que as repercussões da decisão governamental não tenham efeitos desastrosos para a região, que merece as atenções e cuidados da Pátria brasileira.

O Sr. Gastão Müller — Permite V. Ex. um aparte? (Com assentimento do orador) — Queria complementar que V. Ex. disse, dando um exemplo: Mato Grosso. Lá na região do Rio Arinos, no novo Município que se criou, chamado Porto das Gaúchas, fruto do pioneirismo gaúcho em Mato Grosso, estou informado de que há um grupo de Volkswagen e Mercedes Benz com três milhões de pés de seringueiras plantados e que, se não me engano, no ano que vem, começará a produzir. Há outro problema paralelo. Assisti a um representante desse grupo sair do gabinete do atual Governador e soube, depois, pelo próprio Governador, que ele estava a pleitear uma estrada. O grupo está a 600 quilômetros de Cuiabá e se as seringueiras começarem realmente a produzir, no ano que vem, há o problema: como transportar essa borracha para Cuiabá, onde está a primeira etapa da sua industrialização, a usina de borracha do Banco da Amazônia? Assim, ao lado da produção há um problema sério — o escoamento do produto, e da circulação dessa riqueza. Se o Banco não resolver esse problema, que adianta cultivar milhões de pés de borracha, sem transporte ou com um transporte antieconômico?

O Sr. Vasconcelos Torres — Se me permitem, é uma lei econômica: não pode haver produção sem estradas. Se há a possibilidade da produção de uma matéria-prima que escasseia e de que há tanta procura, o aparte do nobre Senador deve servir de alerta ao DNER, para que faça a ligação para Cuiabá e as estradas necessárias para que essa matéria-prima chegue aos centros onde há usinas. Porque não adianta ter o latex sem estradas: ele se perde e vamos ficar cada vez mais na dependência da importação de borracha sintética.

O Sr. ARTHUR VIRGÍLIO — Obrigado a V. Ex. O seu aparte confirma a necessidade de se planejar, de se estudar tecnicamente o assunto para que não aconteça, amanhã, em outras regiões, o que agora ocorre em Mato Grosso.

Sr. Presidente, concluo pedindo que o Governo medite demoradamente sobre o problema, sinta todas essas considerações feitas por homens que vivem na região, que conhecem de perto os seus problemas e que estão na expectativa de um futuro sombrio se se concretizar a quebra do monopólio da borracha.

Já são tantas as nossas dificuldades, já são tão imensos os nossos problemas, já é tão difícil a nossa sobrevivência que, se fizerem isso, Sr. Presidente, é porque não desejam sequer que nós continuemos a trabalhar pela grandeza do Brasil.

O Sr. Martins Júnior — Nobre Senador, à sua conclusão, permite-me V. Ex. que fale felicitando-o pelo excelente discurso que acaba de proferir. Que V. Ex. continue a defender a Amazônia, que V. Ex. se dedique a pouco mais aos assuntos da Amazônia, porque, anexando seus estudos

aos daqueles que aqui defendem aquele torrão, provavelmente irão nos ajudar com mais facilidade. (mas).

O Sr. ARTHUR VIRGÍLIO — Obrigado a V. Ex. (Muito bem. Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

(Gliberto Maranhão) — Tem a palavra o segundo orador inscrito, Senador José Guionard.

O SR. JOSÉ GUIONARD:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, neste País, ultimamente, dizia melhor, antes da revolução, ou depois dela, só se fala, só se discute, só se trata de reformas: reforma agrária, reforma de base, reforma tributária, reforma das Partidos, reforma bancária, reforma eleitoral, reforma dos Três Poderes, reforma do regime...

Consente o que havia dito na semana passada, vou prosseguir, entrando também nesse assunto das reformas, isto é, da reforma do nosso Poder Legislativo.

(Lendo) A campanha pró-reforma do Congresso foi iniciada com uma abundante distribuição, à imprensa, de trechos traduzidos de autores estrangeiros, em que se retratam defeitos de outros Parliamentos e se preconizam fórmulas que, aconselháveis para eles, talvez não sejam adequadas para o nosso Congresso.

Alguns desses escritos trazidos a lume dizem respeito a países em que está em vigor o parlamentarismo. É bem de ver que o funcionamento das Casas Legislativas, ali, não pode ser idêntico ao do sistema presidencial de governo.

Um aspecto, porém, que não se pode perder de vista é o que diz respeito às condições do Brasil, país — continente, com imensas áreas despopuladas, com imensas outras escassamente povoadas, com populações em que a percentagem de analfabetismo e os índices de subdesenvolvimento, de desnutrição e de más condições sanitárias são elevados, lutando com a falta de comunicações fáceis e, em muitas zonas, com a adversidade das condições climáticas locais. Paralelamente, tendo zonas altamente desenvolvidas, com ótimas comunicações, elevada densidade populacional, fatores climáticos favoráveis, trabalho abundante, altos índices de alfabetização, de riqueza e de saúde individual.

Essa diversidade de condições necessariamente tem que influir na elaboração das leis de interesse geral, exigindo dos legisladores maior prudência e muito equilíbrio, a fim de que as leis possam ser executadas em todo o país e não apenas nas partes mais adiantadas; a fim de que os seus suportados numa região não venham a asfixiar a atividade privada, as indústrias e o comércio em outras menos desenvolvidas; a fim de que os textos legais não se tornem letra morta em alguns lugares nem inoperantes em outros.

Essas dificuldades fazem subir de ponto a tarefa do legislador e desde logo estão a indicar que se há de ter prudência com os perigos da tendência do mundo moderno para a tecnocracia. Uma lei primorosa do ponto de vista técnico pode ser inexecutável em certas regiões.

Dai a relevância dos corpos legislativos em que atuam representantes de todas as regiões, através dos quais, das suas iniciativas, das suas emendas, das suas observações, as leis podem tornar-se, embora, mais exequíveis e mais úteis.

E' sem dúvida, perigoso transferir das Casas Legislativas, em que o debate é amplo, em que as deliberações

se passam à vista de toda gente, com ampla divulgação, podendo os legisladores receber advertências, conselhos, observações, de toda a parte, dos que têm de aplicar a lei como dos que têm que submeter-se a ela — para os Gabinetes, em que os estudos se fazem predominantemente sob o influxo de doutrinas acadêmicas, sem a colaboração da crítica, em sigilo para, de repente, cair a lei sobre o país como um raio, destruindo um vez de construir.

Esses os perigos da delegação de poderes que se convencionou chamar de externa, isto é do Legislativo para o Executivo.

Lembrem-se as Leis Delegadas do período de parlamentarismo entre nós. Algumas delas introduziram reformas profundas em órgãos do Executivo que, posteriormente, o próprio Executivo considerou inconvenientes, tanto que propôs ao Legislativo a sua alteração.

Preconiza-se, também, nos meios em que se discutem academicamente os males do Legislativo e os meios de corrigi-los, a necessidade de "delegação interna", isto é, dentro da própria Casa Legislativa, do Plenário para as Comissões. E' figurino adotado na Itália, que se quer transplantar para cá...

Com a "delegação interna" o Plenário deixa de votar algumas leis, saídas das Comissões já como definitivamente aprovadas pela Casa. Saria, dizem, um meio de evitar a demora na tramitação das leis e de desafogar o Plenário.

O remédio, porém, é inadequado, porque o mal que se destina a corrigir não é dos Plenários.

Quem conhece, na intimidade, o funcionamento das Casas do Congresso brasileiro não poderá afirmar que a grande demora dos projetos corra por conta dos Plenários. Basta examinar as pautas.

Raramente um projeto demora no Plenário do Senado. A grande demora se passa nas Comissões, principalmente por falta de comparecimento dos seus membros, o que é grave, ou de assessoramento o que é triste! E' evidente que o Congressista não pode fazer tudo. Recebendo, para estudo um projeto de lei, não se compreende que ele tenha que realizar pesquisas para, primeiro, verificar se há outras proposições sobre o mesmo assunto em curso, ou já ultimadas; quais as leis existentes que lhe permitam elaborar o seu parecer; finalmente, para reduzir a escrito esse parecer.

O Sr. Vasconcelos Torres — Permite V. Ex. um aparte?

O Sr. JOSÉ GUIONARD — Com muito prazer.

O Sr. Vasconcelos Torres — Vossa Excelência vai me permitir uma pequena ressalva. Em termos gerais, V. Ex. está irrepreensivelmente certo mas, particularizando o tema, peço permissão ao eminente colega para ressaltar que, pelo menos no Senado, não nos podemos acusar mutuamente, porque existe aqui uma Assessoria fabulosa, um corpo de auxiliares que ingressaram no quadro de funcionários por concurso e que, dentro da sua especialidade, têm feito o máximo para que as falhas, oportunamente apontadas por V. Ex., sejam corrigidas. Acho que V. Ex. estará de acordo comigo nesta homenagem que quero prestar à Assessoria Parlamentar do Senado, creio que uma das melhores de toda a América Latina, dentro da sua especialidade. Esses funcionários dedicados têm trabalhado no setor do Direito Constitucional, da Economia, da Educação, das Finanças. Se às vezes não podem agir a contento, pelo menos cabe uma palavra de elogio e de reconhecimento a essa — V. Ex. há de permitir

o adjetivo — fabulosa Assessoria Parlamentar.

O Sr. JOSÉ GUIONARD — Agradeço o aparte, mas adianto a Vossa Excelência que depois me referirei a esta Assessoria.

No caso do problema do assessoramento, gostaria de chamar a atenção de V. Ex. para o seguinte: não desconfio a competência e a experiência dos nossos assessores aqui do Senado. Contudo o problema, a meu ver, deverá ser encarado como um serviço, não a ser solicitado, que faça parte apenas de um desejo ou não do Congressista; no caso, o que penso e adianto a V. Ex. é o seguinte: o trabalho da Assessoria seria empre apresentado, embora a parte pessoal, a parte, digamos, do conhecimento mais direto do Congressista ficasse para ele mesmo resolver.

V. Ex., pelo que sei, frequentou o âmbito do Estado-Maior. Deve recordar-se que no Estado-Maior esse assessoramento é permanente e até impessoal. Alguns trabalhos não levam sequer a assinatura. Esse aspecto é que talvez pudesse ser aproveitado em outras atividades.

(Retomando a leitura):

Cumpra, pois, dar ao Congressista, auxílio na parte da sua tarefa que não exija a sua elaboração pessoal. São os órgãos de documentação e assessoria que devem entrar em campo.

A nosso ver, o projeto antes de ir ao Relator, devia ir ao órgão de assessoria, que realizasse e promovesse essa tarefa preliminar, dela lhe dando conta através de relatório, que ficasse incorporado ao processo. Nos Estados-Maiors, documentos assim, nem sempre levam assinatura, para que sejam evitadas certas vaidades e personalismos...

O Sr. Aurélio Viana — Permite V. Ex. um aparte? (Assentimento do orador) — Tenho abordado, não com a profundidade de V. Ex., este assunto, mas gostaria de chamar a atenção do Senado para o seguinte: temos ótimos assessores, porém os que se encontram assessorando são poucos. Alguns deles foram cedidos a outros órgãos e então toda a carga, todo o trabalho, que é importante, está nos ombros de um grupo pequeno. Está acontecendo no Congresso Nacional alguma coisa importante: criamos cargos ou nomeamos funcionários e quase sempre é um número pequeno que recebe toda a incumbência do trabalho. V. Ex. encontra o gabinete de um Senador, por exemplo, com três elementos de grande valor — três oficiais-legislativos. Muitas vezes, o Senador passa dias e dias, senão meses, fora — mais um contínuo, mais um motorista, enquanto naquele outro gabinete V. Ex. não encontra nenhum oficial-legislativo para assessorar um Senador que comparece, religiosamente, aos trabalhos da Casa. V. Ex. encontra no Rio de Janeiro sessenta funcionários. Procura informações lá e elas, muitas vezes, não são dadas aos Senadores e os funcionários dizem que não têm culpa porque não recebem informações de Brasília. Não têm a documentação daqui. V. Ex. encontra um diretor que deseja trabalhar, que é competente, que está à altura do seu cargo, mas que não tem...

O Sr. Aloysio de Carvalho — Autonomia!

O Sr. Aurélio Viana — Exatamente — não tem autonomia nem os meios necessários para manipular o funcionamento do Senado. As vezes, falta-lhe até funcionário no seu gabinete. As requisições são tantas, que deixam a gente abismado. Enquanto isso, há um elemento da Mesa que possui tal autoridade, que aquele organismo que está sob a direção dele funciona como se fosse um órgão à parte, funciona bem porque ele tem autoridade.

uma autoridade diria, quase que diccionária. Mas não chegou a esse ponto. Em todos os sentidos, lá o ônibus para lá; há um tratamento todo especial para aqueles funcionários. Ele tem autoridade para isto e então aquilo funciona e ninguém toca naquilo setor. Não vai qualquer crítica nisso. Estou dizendo que a autoridade deveria caber ao Diretor da Casa. Este é ponto para debatermos em outro momento, mas é bom que V. Exa. o ventile.

O SR. JOSE GUIOMARD — Realmente, é assunto importante o que diz respeito à administração própria da dita. Acho que V. Exa. tem um campo muito vasto de observações, e ninguém, mais do que V. Exa., tem vivência para fazê-las. Agradeço muito o aparte de V. Exa.

Sinto que o fio do meu discurso não seja esse — a questão da reforma administrativa do Poder Legislativo — mas reconheço que o assunto merece a atenção de V. Exa., como de todos nós, porque é, realmente, importantíssimo, sobretudo quanto ao aspecto de que V. Exa. falou. Na verdade, alguns Gabinetes estão cheios de funcionários enquanto outros estão vazios, e, quando alguns Senadores se ausentam, os seus funcionários não sabem o que fazer.

O Sr. Oscar Passos — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. JOSE GUIOMARD — Com prazer.

O Sr. Oscar Passos — Não sei se V. Exa. estudou o aspecto do problema a que me refiro, mas é possível que nos possa dar uma informação a respeito. Tive notícia, através de um colega nosso da Câmara dos Deputados, que acabara de chegar de uma visita aos Estados Unidos, de que, lá, cada Deputado dispõe, no seu gabinete, de um número de assessores que pode ir até onze.

O SR. JOSE GUIOMARD — Escolhidos por ele mesmo.

O Sr. Oscar Passos — E que cada Senador poderá dispor de trinta assessores. Não sei se isto corresponde, realmente, à verdade. V. Exa., que já esteve lá e que agora está estudando o problema com profundidade, talvez não pudesse dizer alguma coisa a respeito. Se isto é verdade, a diferença que existe entre a possibilidade de atuação do parlamentar norte-americano e do parlamentar brasileiro, é infinitamente disparatada.

O SR. JOSE GUIOMARD — Nobre Senador Oscar Passos, realmente as informações que possui dão conta de que na América existe esse assessoramento aos Congressistas. O número não me recordo se é exatamente o que V. Exa. está citando porém, pelo menos, há liberdade de escolha desse assessoramento permanente.

Recordo — e V. Exa. é testemunha porque na ocasião batilhava contra projeto meu, da estadualização do Acre — que no Brasil não se encontra, sobre esse assunto, material quase de espécie alguma. O que existe são compilações, coleções de leis, decretos e portarias. No entanto, não existe, sobre a matéria, muita coisa baseada na experiência de outros países. Na América, foi relativamente fácil encontrar, em poucos dias, uma coleção de trabalhos sobre esse problema. V. Exa. há de se recordar, quando pelejamos, no Acre, não dispúnhamos de referências nem a favor nem contra. A Biblioteca do Congresso Americano forneceu-nos, imediatamente, dados completos não apenas quanto aos Territórios de lá como também de outros países no mundo! De qualquer forma, agradeço a colaboração de V. Exa.

O Sr. Oscar Passos — Apenas para finalizar, gostaria de dizer ainda a

V. Exa. que, no Brasil, quando queremos estudar tais assuntos, temos que partir da estaca zero.

O JOSE GUIOMARD — V. Exa. poderia usar de linguagem popular, dizendo que temos que caçar...

O Sr. Oscar Passos — Exato, caçar, fazer uma busca do que existe desde os primórdios do assunto. Nos Estados Unidos, tudo é estudado meticolosamente, haja ou não interessados, haja ou não procura. Mas, para finalizar, gostaria de salientar fato que ainda hoje foi focalizado aqui. Um jornalista, nosso conhecido, que frequenta o Senado, visitando os Estados Unidos, teve oportunidade de entrevistar um Senador americano da maior projeção que, solicitado a conceder-lhe entrevista, disse não poder fazê-lo naquele momento, mas que o faria quarenta minutos após. Quarenta minutos depois, recebendo o jornalista brasileiro, apresentou-se inteiramente a par da atualidade brasileira. Esse jornalista admirou-se de que o Senador tivesse conhecimento dos fatos que mais recentemente vinham acontecendo no Brasil, e mais ainda, que soubesse de cabeça dados sobre todos os assuntos nossos. Pensou: como pode este homem conhecer todos esses assuntos referentes ao Brasil dos quais só ontem tomamos conhecimento? Pouco depois ele tinha a explicação. Um dos assessores do Senador, mexicano, contou a respeito do que havia ocorrido: — "Não, ele não tinha ocupação alguma, nos quarenta minutos que havia solicitado aos jornalistas; entretanto, ele foi ao seu gabinete e solicitou daquele assessor tudo o que havia de mais recente quanto aos acontecimentos brasileiros". Findos os quarenta minutos, o Senador estava de volta, discorrendo, seguramente, a respeito dos assuntos mais importantes da política brasileira. Veja V. Exa. como o assessoramento lá é bem feito: meticoloso, cuidadoso, os assuntos devidamente catalogados, colecionados de maneira a que sejam utilizados ou não por qualquer parlamentar. Verificamos, assim, estar V. Exa. focalizando o assunto com muita autoridade. Felicitto-me por ver que meu nobre adversário do Estado do Acre está tratando desta matéria, trazendo-a ao Senado, com meu inteiro apoio.

O SR. JOSE GUIOMARD — Muito obrigado a V. Exa.

Desejo ressaltar que não estamos dando a esta tertúlia fisionomia jurídica, digamos assim. O aparte elucidou muito bem o problema, pelo que agradeço a V. Exa.

O Sr. Vasconcelos Torres — Permite-me V. Exa. um aparte?

O SR. JOSE GUIOMARD — Honra-me muito o aparte de V. Exa.

O Sr. Vasconcelos Torres — Fazendo justiça ao Senado Brasileiro devo acrescentar que o Congresso Americano dispõe de recursos que não podem ser comparados aos nossos. Lá, a Assessoria — e o aprendi quando visitei o Senado americano, várias vezes, em missão oficial — é um sentimento. Há o congressista como dista que recebe um projeto e o entrega à Assessoria. Esta o mistiga, o deghute e o devolve ao Senador ou Deputado.

O SR. JOSE GUIOMARD — Penso não seja só comodista. É a maneira de o Congressista dispor de preta de mais conhecimentos, mais informações...

O Sr. Vasconcelos Torres — Estou falando a frio, da capacidade de gelo. O assessor é o elemento informativo. O Senador ou Deputado diz o que quer, e o assessor, então, elabora de acordo com a idéia do parlamentar. Falo a V. Exa. em termos gerais. Não é ataque, pelo contrário, é elogio. Nossa vida parlamentar é incipiente, tem algo mesmo de primário, mas a

Assessoria — e neste passo quero elogiar V. Exa., pelo que depreendi de suas palavras — é um sentimento. Elogiei, há pouco, a Assessoria do Senado, e V. Exa. há de me permitir que também mencione uma espécie de assessoria paralela: temos, aqui no Senado — V. Exa. sabe, não sou do elogio fácil — um dos homens que, talvez no setor Assessoria, tem realizado um trabalho pioneiro.

O SR. JOSE GUIOMARD — Perfeito, estou de pleno acordo.

O Sr. Vasconcelos Torres — Esse cidadão, com mais de quarenta e seis anos de serviços a quem todos admiramos, a quem todos nós, a qualquer momento, podemos procurar — quero dizer, alto e bom som — a qualquer hora, porque o comprovarei. Sábados, domingos, feriados, períodos de recesso se se telefonar para esta casa às sete horas da manhã ou às dez da noite aqui se encontra esse homem para uma orientação quer a Senadores, quer a Deputados. Permite V. Exa. que eu resalte: Deputados — mesmo quando se trata de problema de administração da Câmara — tem-se valido dos serviços de Isaac Brown, que tem sido uma espécie de meu auxiliar da Câmara. E quando se fala em assessoria, é bom que se diga que cri todas as nações em que há Congressos funcionando, poucas têm um serviço gráfico como o do Senado. Assim quando V. Exa. trata do problema de Assessoria, quero, neste instante, fazer o elogio desse funcionário padrão, desse homem que não archiva o Senado, mas a Câmara dos Deputados admira. Dr. Isaac Brown. Não se trata de elogio fácil, mas apenas de uma homenagem que presto, tenho a certeza, em nome do Senado e, porque não dizer, do Congresso Nacional.

O SR. JOSE GUIOMARD — V. Exa. tem toda razão. Sou também testemunha do seu valor. Conheço-o de longa data desde o tempo em que ele era funcionário do Ministério da Justiça. Faço dele o mesmo conceito de V. Exa. e para reforçar o que V. Exa. afirma, quero dizer que há poucos dias chegando ao Senado, em verdade em hora que não era de expediente normal, a única porta que encontrava aberta foi a do seu gabinete e fiz questão de dizer isso a ele: ao entrar no gabinete do alto funcionário do grande Diretor Isaac Brown. Mas se o nobre colega permite dizê-lo, V. Exa. está me desviando para outro lado...

O Sr. Vasconcelos Torres — Desviando bem.

O SR. JOSE GUIOMARD — ...mas esse grande funcionário, esse emérito brasileiro, sob todos os pontos de vista em grande cidadão, eu o considero da mesma maneira que V. Exa. Apenas, no caso, o Dr. Isaac Brown não tem tanto a ver com a parte administrativa desta Casa. Ele é porta mais do que tudo isso, é um assessor parlamentar da Mesa.

O Sr. Vasconcelos Torres — Faz "cínica" geral.

O SR. JOSE GUIOMARD — Exato, mas administração propriamente dita, segundo me parece, não é bem com o Dr. Isaac Brown. V. Exa. não de estar certo de que faço minhas as maiores homenagens a esse emérito funcionário.

O Sr. Atílio Fontana — Concede V. Exa. um aparte?

O SR. JOSE GUIOMARD — Pois não.

O Sr. Atílio Fontana — O grupo de parlamentares recentemente pôde fazer observações no Congresso Americano, onde foi recepcionado. Participante desse grupo, observei que os parlamentares do Congresso americano disputam ótimas condições para

desempenhar suas funções de legisladores, dado que cada um deles tem à sua disposição grande número de assessores. Tivemos oportunidade de travar relações com um Deputado que fala muito bem a nossa língua, porque é filho de um cidadão que é Diretor de uma empresa aqui no Brasil, que vive há muito tempo entre nós. Relatou-nos o Deputado americano que possui onze assessores, funcionários, que trabalham com ele, três dos quais estavam destacados no Distrito eleitoral por onde ele havia sido eleito e, oito, estavam no Congresso Americano. Tinha assim todas as facilidades, não somente para os trabalhos legislativos, mas também para assistir o eleitorado do distrito por onde fora eleito.

O SR. JOSE GUIOMARD — Permite-me V. Exa. interromper por um momento o seu aparte. Ele tem material humano, e material propriamente dito. Na Califórnia, e creio que nos outros Estados, se faz da mesma forma — o congressista recebe uma notificação sobre determinados locais postos à sua disposição para receber os seus eleitores, os seus correligionários, seus amigos.

Nós, não podemos nem pensar numa coisa destas ou por sermos um País pobre, ou porque os costumes são outros. Mas, diz V. Exa. muito bem, as condições materiais e humanas para um congressista norte-americano desempenhar seu mandato não podem ser cotejadas com as nossas.

O Sr. Atílio Fontana — O Senado americano tem maior número de assessores e funcionários do que nós no Brasil. Não há termo de comparação entre as condições de trabalho dos parlamentares americanos e as nossas, reconhecemos essa verdade. Aqui, os Senadores que não presidem Comissão ou não são líderes de Partido, não têm sequer um funcionário para atendê-lo nos serviços mais imediatos. Eu mesmo já estive nesta Casa por dois anos sem um funcionário para atender-me, para assessorar-me...

O SR. JOSE GUIOMARD — V. Exa. não precisa ficar triste porque sou um dos Senadores da mesma categoria de V. Exa.

O Sr. Atílio Fontana — Entendemos que se a Nação tem que manter o Congresso, e este, a sua organização com as despesas que dela decorrem, deveria aumentar um pouco mais essas despesas para que seus congressistas dispusessem de assessores, para com maior eficiência, estudar as matérias que tramitam na Casa.

Muitas vezes ocorre, assinarmos em cruz pareceres que são discutidos nas Comissões, porque não há tempo para examiná-los, não há tempo sequer de se tomar conhecimento. V. Exa. está focalizando um problema que deve ser examinado e equacionado, para que o Senado da República execute suas atividades com maior eficiência e dê maior contribuição para solução dos problemas nacionais.

O SR. JOSE GUIOMARD — V. Exa. o diz muito bem, está tocando — o que eu poderia dizer — o dedo na ferida. É aspecto grave, nobre Senador, e como não tinha tempo de tratá-lo quando estas linhas foram rascunhadas, aconselho V. Exa. a fazer das suas considerações um discurso, porque repito, o aspecto que o nobre Colega focalizou é dos mais importantes.

La dizendo, Sr. Presidente, que os Estados maiores documentos assim nem levam a assinatura — refiro-me aos documentos dos assessores — para que seja evitada certas vaidades, ou personalismos.

O relator recebendo esse trabalho aí encontraria os subsídios de que ficaria dispensado de procurar ele

O SR. CUIDO MONDIN -- Muito obrigado, meu Senhor Adolpho Franco. Hoje, creio que Barnagat está recebendo os despojos de Leoncio Correia, com grandes solenidades. Sempre tive por Leoncio Correia, particularmente nestes últimos dias em que, acidentalmente, ocorreu-me o transcurso do centenário do seu nascimento, profunda admiração, em razão de um soneto que d'ele li.

(L. 723)

Dividindo sua ternura pelo Estado natal e pelo Rio onde viveu, Amal, sofreu e morreu. Leônicio Correia escreveu muito sobre as duas grandes unidades federativas. E autor, com Ernesto da Nazare, da Canção cívica Cidade do Rio de Janeiro. Sem jamais ter deixado a terra de sua infância, amou o Rio com os enlêves de eterno enamorado das duas belezas e seduções. Se o glorioso e reconhecido Paraná está vibrante nas páginas de um seu livro de amor e saudade, o Rio, jovial e brilhante, espiritual e fascinante é a matéria prima de vasta produção sua e principalmente do volume "A Boêmia do Meu Tempo", um clássico da vida carioca do começo do século.

Aos 81 anos Leônicio Correia perdeu a vista. Cego, não deixou de escrever e poetar. Conseguiu sobrepor-se à desventura, sem queixas e imprecisões.

Não lhe esmoreceu a fé nem lhe fugiu a alegria. Não tomou conhecimento da terrível contingência física que foi dominada pelo seu inextinguível potencial de espiritualidade. Sentindo aproximar-se o fim ditou os versos cantantes do seu belo soneto "Canto do Cisne".

Faleceu na noite fria de 19 de junho do Ano Santo de 1950 aos 84 anos de vida útil, fecunda e luminosa. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Tem a palavra, nos termos do Art. 163 do Regimento Interno, o Sr. Senador Vasconcelos Torres.

O SR. VASCONCELOS TORRES:

(Lê o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, trabalho dos mais valiosos e que bem exprime o clima de atividade construtiva no qual se movimenta o atual Governo Fluminense, acaba de ser encaminhado ao Governador Paulo Torres, pelo Sr. Jacy Montenegro Magalhães, dirigente técnico, em nível de Secretário de Estado, da Comissão de Planejamento Social, Econômico e da Produtividade do Estado do Rio de Janeiro.

Segundo o título que rotula o texto, trata-se de uma "Análise da Patologia Social, Econômica e Política Fluminense, seu diagnóstico e terapêutica e os caminhos induzidos e não deduzidos, na coordenação e planejamento do bem estar social, do desenvolvimento econômico e da produtividade do Estado do Rio de Janeiro".

O roteiro seguido na elaboração do estudo, Senhor Presidente, inclui, também, além de uma introdução e de uma conclusão, capítulos em que são feitas, tendo em vista a problemática fluminense, explanações sobre: a Configuração Sócio-Econômica; a Patologia Sócio-Econômica; o Diagnóstico; e a Indicação Terapêutica.

No capítulo em que trata da Configuração Sócio-Econômica, diz o trabalho em referência, que o Estado do Rio é, por assim dizer, uma síntese da sócio-economia brasileira...

Dentro de sua área — são as palavras do texto que estou repetindo — encontramos quase reproduzidas as quatro regiões sócio-econômicas em que se acha dividido o Brasil. Ou sejam:

- a Amazônica
- a Região em Desenvolvimento
- a Nordeste
- a Região em Regressão ou Subdesenvolvimento.

O trabalho faz, então, de uma forma bastante clara, a identificação de cada uma dessas diferentes áreas no painel territorial fluminense.

Ao abordar os problemas situados na faixa da Patologia Sócio-Econômica,

em, diz o estudo que o Estado do Rio de Janeiro, pela sua situação geográfica, tornou-se passagem obrigatória de grande número de sistemas rodoviários e de telecomunicações nacionais e internacionais, dispondo de um mercado interno de consumo de mais de quatro milhões de pessoas e, por sua situação geográfica, de um mercado cativo constituído pelos Estados da Guanabara, Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo.

Prossegue, ainda tratando de Patologia Sócio-Econômica, observando que a população da área caracterizada como a "Zona Nordeste Fluminense", constituindo mais de 35% da população total do Estado, tem grande parte de suas classes média e trabalhadora, prestando os seus serviços à Guanabara, quer produzindo, quer consumindo, servindo-se simplesmente de sua sede fluminense para o repouso cotidiano. Essa área é também usada para o descanso do fim de semana por algumas centenas de moradores do Estado da Guanabara, fator que, entre outras consequências, determinou um surto intensivo de loteamentos na região constituída por glebas minúsculas, sem possibilidade de utilização econômica e fonte de abusiva especulação latifundiária.

Ao entrar na parte do Diagnóstico, o trabalho encontra explicação para a patologia sócio-econômica fluminense, "na atitude psico-social da sua classe dirigente, agindo esta, ainda, como se estivesse na época do baronato rural, esperando sempre a palavra cabalística da Corte para entrar em ação.

Nesta parte, Senhor Presidente, sem discordar de todo da afirmação feita, venho a observar que as realidades de um quadro sociológico não são definitivas. Se o fossem, obviamente, não haveria tarefa para o planejador...

Todas as peculiaridades de um determinado grupo social são efeitos condicionados por determinados fatores históricos, geográficos, econômicos. Haverá mudança, os condicionamentos serão outros, desde o momento em que os fatores básicos são alterados — seja pela dinâmica espontânea da evolução, ou pela ação consciente da técnica humana.

Se as elites fluminenses têm vícios de comportamento, esses vícios encontram sua explicação lógica, melhor direi: científica, no próprio quadro conjuntural da Velha Província.

O remédio para o problema consiste, em última análise, em cuidar do homem. E isso é plenamente aceito pelo estudo em foco, quando observa: "... devemos firmar o conceito de que, ao lado das metas de Desenvolvimento Econômico deverão sempre ser fixadas metas de valorização da Pessoa Humana... a evolução e o desenvolvimento só têm sentido quando visam a beneficiar o homem. Em última análise, o homem, pela sua dignificação e alta carência do seu Bem-Estar Social, é a razão que deve nortear todos os programas de desenvolvimento".

Senhor Presidente, não me entendi nestas considerações, comentando os demais capítulos do trabalho, como gostaria de fazer. Não me parece isso necessário para dar a esta Casa a exata idéia da importância desse estudo — um dos melhores no gênero, que conheço — realizado pelo competente técnico Jacy Montenegro Magalhães — para o Governo e para o Povo de meu Estado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — O Sr. Senador Vasconcelos Torres enviou à Mesa discurso a fim de ser publicado, na forma do disposto no art. 201, § 2º, do Regimento Interno.

S. Exª será atendido.

DISCURSO DO SENADOR VASCONCELOS TORRES

Sr. Presidente

Srs. Senadores

Trabalho dos mais valiosos e que bem exprime o clima de atividade construtiva no qual se movimenta o atual Governo Fluminense, acaba de ser encaminhado ao Governador Paulo Torres, pelo Sr. Jacy Montenegro Magalhães, dirigente técnico, em nível de Secretário de Estado, da Comissão de Planejamento e Coordenação do Desenvolvimento Social, Econômico e da Produtividade do Estado do Rio de Janeiro.

Segundo o título que rotula o texto, trata-se de uma "Análise da Patologia Social, Econômica e Política Fluminense, seu diagnóstico e terapêutica e os caminhos induzidos e não deduzidos, na coordenação e planejamento do bem-estar social, do desenvolvimento econômico e da produtividade do Estado do Rio de Janeiro".

O roteiro seguido na elaboração do estudo, Senhor Presidente, inclui, além de uma introdução e de uma conclusão, capítulos em que são feitas, tendo em vista a problemática fluminense, explanações sobre: a Configuração Sócio-Econômica; a Patologia Sócio-Econômica; o Diagnóstico; e a Indicação Terapêutica.

No capítulo em que trata da Configuração Sócio-Econômica, diz o trabalho em referência, que o Estado do Rio é, por assim dizer, uma síntese da sócio-economia brasileira...

Dentro de sua área — são as palavras do texto que estou repetindo — encontramos quase reproduzidas as quatro regiões sócio-econômicas em que se acha dividido o Brasil. Ou sejam:

- a Amazônica
- a Região em Desenvolvimento
- a Nordeste
- a Região em Regressão ou Subdesenvolvimento.

O trabalho faz, então, de uma forma na faixa da Patologia Sócio-Econômica, diz o estudo que o Estado do Rio de Janeiro, pela sua situação geográfica, tornou-se passagem obrigatória de grande número de sistemas rodoviários e de telecomunicações nacionais e internacionais, dispondo de um mercado interno de consumo de mais de quatro milhões de pessoas e, por sua situação geográfica, de um mercado cativo constituído pelos Estados da Guanabara, Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo.

Prossegue, ainda tratando de Patologia Sócio-Econômica, observando que a população da área caracterizada como a "Zona Nordeste Fluminense", constituindo mais de 35% da população total do Estado, tem grande parte de suas classes média e trabalhadora, prestando os seus serviços à Guanabara, quer produzindo, quer consumindo, servindo-se simplesmente de sua sede fluminense para o repouso cotidiano. Essa área é também usada para o descanso do fim de semana por algumas centenas de moradores do Estado da Guanabara, fator que, entre outras consequências, determinou um surto intensivo de loteamentos na região constituída por glebas minúsculas, sem possibilidade de utilização econômica e fonte de abusiva especulação latifundiária.

Ao entrar na parte do Diagnóstico, o trabalho encontra explicação para a patologia sócio-econômica fluminense, "na atitude psico-social da sua classe dirigente, agindo esta, ainda, como se estivesse na época do baronato rural, esperando sempre a palavra cabalística da Corte para entrar em ação.

Nesta parte, Senhor Presidente, sem discordar de todo da afirmação feita, tenho a observar que as realidades de um quadro sociológico não são definitivas. Se o fossem, obviamente, não haveria tarefa para o planejador...

Todas as peculiaridades de um determinado grupo social são efeitos condicionados por determinados fatores históricos, geográficos, econômicos. Haverá mudança, os condicionamentos serão outros, desde o momento em que os fatores básicos são alterados — seja pela dinâmica espontânea da evolução, ou pela ação consciente da técnica humana.

Se as elites fluminenses têm vícios de comportamento, esses vícios encontram sua explicação lógica, melhor direi: científica, no próprio quadro conjuntural da Velha Província.

O remédio para o problema consiste, em última análise, em cuidar do homem. E isso é plenamente aceito pelo estudo em foco, quando observa: "... devemos firmar o conceito de que, ao lado das metas de Desenvolvimento Econômico deverão sempre ser fixadas metas de valorização da Pessoa Humana... a evolução e o desenvolvimento só têm sentido quando visam a beneficiar o homem. Em última análise, o homem, pela sua dignificação e alta carência do seu bem-estar social, é a razão que deve nortear todos os programas de desenvolvimento".

Senhor Presidente, não me entendi nestas considerações, comentando os demais capítulos do trabalho, como gostaria de fazer. Não me parece isso necessário para dar a esta Casa a exata idéia da importância desse estudo — um dos melhores no gênero, que conheço — realizado pelo competente técnico Jacy Montenegro Magalhães — para o Governo e para o Povo de meu Estado.

Senhor Presidente, não me entendi nestas considerações, comentando os demais capítulos do trabalho, como gostaria de fazer. Não me parece isso necessário para dar a esta Casa a exata idéia da importância desse estudo — um dos melhores no gênero, que conheço — realizado pelo competente técnico Jacy Montenegro Magalhães — para o Governo e para o Povo de meu Estado.

Senhor Presidente, não me entendi nestas considerações, comentando os demais capítulos do trabalho, como gostaria de fazer. Não me parece isso necessário para dar a esta Casa a exata idéia da importância desse estudo — um dos melhores no gênero, que conheço — realizado pelo competente técnico Jacy Montenegro Magalhães — para o Governo e para o Povo de meu Estado.

Senhor Presidente, não me entendi nestas considerações, comentando os demais capítulos do trabalho, como gostaria de fazer. Não me parece isso necessário para dar a esta Casa a exata idéia da importância desse estudo — um dos melhores no gênero, que conheço — realizado pelo competente técnico Jacy Montenegro Magalhães — para o Governo e para o Povo de meu Estado.

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES

Edmundo Levi.
Martins Júnior.
Engenio Barros.
Joaquim Parente.
José Bezerra.
José Leite.
Vasconcelos Torres.
Afonso Arinos.
Benedicto Valladares.
Lino de Mattos.
José Elias.
Filinto Müller.
Celso Branco.
Mem de Sá.

Acha-se presente o Sr. José Elias Issac suplente convocado para substituir o Sr. Senador Pedro Ludovico durante a licença concedida a esse nobre representante do Estado de Goiás.

Nos termos do art. 1º, § 2º, do Regimento Interno, S. Exª passará a participar dos trabalhos da casa, dispensado do compromisso regimental, visto já o haver prestado ao ensejo da sua primeira convocação. (Pausa)

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Sobre a mesa requerimentos de informações que vão ser lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 596, de 1965

Sr. Presidente:

De conformidade com a letra regimental, requiro informe o Poder

Executivo, através do Ministério da Viação e Obras Públicas — D.C.T. — por que motivos os funcionários públicos civis da Repartição dos Correios, da categoria Vendedores de Selos, não recebem Quebra de Caixa, apesar de lidarem com valor monetário, e, também, pagarem, anualmente, o Seguro Fidelidade?

Sala das Sessões, em ... de ... de 1965. — Senador Vasconcelos Torres.

REQUERIMENTO

Nº 597, de 1965

Sr. Presidente:

De conformidade com a letra regimental, requeiro informe o Poder Executivo, através do Ministério da Viação e Obras Públicas, se existem planos para a construção de uma ponte sobre o rio Paraíba, a fim de possibilitar a ligação dos 2º, 3º e 4º distritos à sede do Município de São João da Barra?

Sala das Sessões, em ... de ... de 1965. — Senador Vasconcelos Torres.

REQUERIMENTO

Nº 598, de 1965

Senhor Presidente:

De conformidade com a letra regimental, requeiro informe o Poder Executivo, através do Ministério da Viação e Obras Públicas — D.N.O.S. — se já foram ou estão sendo feitos os estudos para a dragagem do Rio Peri-Peri, no Estado do Rio de Janeiro?

Sala das Sessões, em ... de ... de 1965. — Senador Vasconcelos Torres.

REQUERIMENTO

Nº 599, de 1965

Senhor Presidente:

Na forma regimental, requeiro ao Poder Executivo, através do Ministério da Indústria e Comércio, as seguintes informações relacionadas com a Companhia Nacional de Alcalis:

1 — Se o estabelecimento industrial instalado em Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro, pela Cia. Nacional de Alcalis, corresponde à completa objetivação do projeto industrial inicialmente elaborado pela referida empresa.

2 — Custo histórico dos equipamentos existentes na Fábrica de Cabo Frio.

3 — Caso o projeto industrial esteja objetivado apenas parcialmente, esclarecer, aos preços de 1965, o montante em US\$ do que ainda precisaria ser investido para que venha a ser completado.

Justificação

Aceitamos a ideia de que cabe a ação pioneira do Estado no setor das indústrias básicas e não admitimos, por isso mesmo, qualquer derrotismo em torno de uma iniciativa da ordem da Cia. Nacional de Alcalis.

Compreendemos os obstáculos a serem enfrentados inicialmente por uma indústria como a de Alcalis, em tais condições do nosso, e jamais esperamos qualquer milagre de parte daqueles a quais foi confiada a missão de objetivar o empreendimento.

Sala das Sessões, em ... de ... de 1965. — Senador Vasconcelos Torres.

REQUERIMENTO

Nº 600, de 1965

Senhor Presidente:

De conformidade com a letra regimental, requeiro informe o Poder Executivo, através da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro — Faculdade de Direito de Niterói — o seguinte:

- informar os nomes dos Assistentes e Instrutores admitidos nos últimos cinco anos;
- se os mesmos ingressaram através de concurso público de provas?
- em caso negativo, por quê?
- se os mesmos, além do curso de bacharel em Direito, possuem outros títulos que recomendem para o cargo?
- se os referidos Assistentes e Instrutores têm dado aulas normalmente, nas faltas dos respectivos catedráticos?
- em caso afirmativo, quais as datas que os mesmos deram suas aulas?
- se os mesmos Assistentes e Instrutores comparecem à Faculdade, para auxiliar os Professores Catedráticos nas suas aulas?
- em caso negativo, explicar porque e informar quais os Assistentes e Instrutores que não vêm dando assistência aos respectivos Professores e aos alunos.

Sala das Sessões, em 1 de setembro de 1965. — Senador Vasconcelos Torres.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Os requerimentos lidos serão publicados e, em seguida, despachados pela Presidência. (Pausa)

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Sobre a mensagem comunicação que vai ser lida.

É lida a seguinte

COMUNICAÇÃO

Em 1º de setembro de 1965.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, à vista do disposto nos arts. 9º e 72, parágrafo único, do Regimento Interno, que, voltando ao exercício da representação do Estado de Goiás, em substituição ao Sr. Senador Pedro Ludovico, conservarei o nome parlamentar adotado ao ensino da minha primeira investidura, abaixo consignado e integrarei a bancada do Partido Social Democrático.

Atenciosas saudações. — José Elias Isaac — Assinatura por extenso.

Nome parlamentar: José Elias.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Está finda a hora do expediente.

Passa-se à

ORDEN DO DIA

Item 1:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 592, de 1965, pelo qual os Srs. Senadores Wilson Gonçalves (Lider do PSD, em exercício), Oscar Passos (Lider do PTB em exercício) e Daniel Rieger (Lider da UDN), solicitam urgência, nos termos do art. 326, nº 5-b, do Regimento Interno, para o Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 1965, que concede anistia por infração eleitoral.

Em votação o requerimento. Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Esta aprovada. O projeto será submetido à apreciação do Plenário ao fim da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho)

Item 2:

Discussão, em turno único, do Projeto nº 52, de 1965, que suspende a execução dos arts. 6º, § 2º, 21, letras i e m, 1ª parte, 67, letra d, 44, 45, 65, letras a, b, c, d, 66, 77, § 1º, 85, 87 e 19.6 da Constituição do Estado de São Paulo, de 9 de julho de 1947, e dos arts. 3º, nº 1 (quanto a prefeitos), 28 e 30, letra f do Ato das Disposições Transitórias, declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal. (Projeto apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça como conclusão de seu Parecer nº 567, de 1953).

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário:

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO

Nº 601, de 1965

Requeiro seja retirado da Ordem do Dia e novamente encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça o Projeto de Resolução nº 52-65, a fim de que se digne reexaminá-lo, tendo em conta as seguintes observações: O Projeto suspende, entre outros, os seguintes dispositivos da Constituição de São Paulo:

I — § 2º do art. 6º;

II — art. 44;

III — art. 45, e

IV — art. 146.

Quanto ao item I:

O art. 6º da Constituição de São Paulo não tem parágrafo. A inconstitucionalidade atingiu todo o artigo. Pode-se ver que houve equívoco no acórdão uma vez que na decisão de fls. 216, consta a inconstitucionalidade do art. 6º (totalidade).

Quanto ao item:

A inconstitucionalidade do art. 44 foi quanto ao seu parágrafo único, que dispõe:

“Também constitui crime de responsabilidade a falta de resposta aos pedidos de informações feitos pela Assembleia.”

Verdade é que tanto no acórdão quanto na decisão consta como inconstitucional o art. 44 (totalidade).

Quanto ao item III:

A inconstitucionalidade atinge apenas o § 1º do art. 45, que diz:

“O recebimento da denúncia pela maioria absoluta da Assembleia importará afastamento do Governador do exercício do cargo, até decisão final do processo.”

Também no acórdão e na decisão está “art. 45”. A inconstitucionalidade foi declarada devido ao afastamento do Governador por simples recebimento da denúncia, quando se pode vê-lo depois de julgado.

Quanto ao item IV:

Houve, parece, equívoco, pois em todo o processo só se menciona o parágrafo único desse artigo e não a sua totalidade.

Finalmente, há que registrar que foi julgado inconstitucional também o § 2º do art. 16, que não constou do projeto e nem do acórdão, mas está na decisão e nos julgados.

Sala das Sessões, 1º de setembro de 1965. — Lino de Mattos.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — O projeto sai da Ordem do Dia e vai à Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho)

Item 3º

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 82, de 1965, de autoria da Comissão Diretora, que aposenta Leilah de Góes Cardoso, Oficial Legislativo, PL-6, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Em discussão o Projeto.

O SR. AURELIO VIANA:

Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Tem a palavra o nobre Senador.

O SR. AURELIO VIANA:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, temos hoje, na Ordem do Dia, três projetos de resolução tratando, todos eles, de aposentadoria, por invalidez, de funcionários do Senado da República.

Aquele que está em discussão agora diz respeito a funcionária Leilah de Góes Cardoso, Oficial Legislativo, PL-6, cuja vida profissional, segundo todas as informações que obtive, atesta a sua fidelidade ao trabalho, a sua dedicação, do seu amor ao Senado da República.

D. Leilah está cega, ou quase cega. Perdeu a visão das coisas físicas, por certo conservou a das espirituais.

Creio que muitos funcionários tornam-se inválidos, incapazes para o trabalho em virtude da desorganização dos serviços nas instituições a que servem.

Ouvi dos grandes perigos que correm os Taquígrafos, ameaçados, muitas vezes, de perda da memória, senão da razão.

Muitas vezes pensa-se que é um trabalho rotineiro, que não traz perigo à saúde física, a saúde mental daqueles que o empreendem, que o exercem e, finalmente, se reconhece o trabalho destes servidores públicos.

Estamos habituados a louvar o homem, uma pessoa, um indivíduo que, muitas vezes, merece louvores, desconhecendo o trabalho anônimo, cotidiano, sacrificial de outros grupos profissionais.

O absurdo chegou a tal ponto quanto ao Senado que o nosso serviço de Taquígrafia, além de funcionar nas sessões plenárias, é convocado para funcionar em muitas comissões e até mesmo — se a memória não me falha — nas Comissões Mistas de Senadores e Deputados. Isto, muitas vezes sem retribuição que merecem.

Inválidos muitos funcionários, porque vítimas de organizações de serviços ultrapassados de injustiças econômicas, de discriminações que precisam ter termo. Em nenhuma organização, seja ela qual for, em que existam privilégios, em que o serviço de mil é feito por duzentos ou trezentos, pode haver prazer, pode haver alegria, pode haver satisfação. E o que existe sempre é isto: grupos que não gozam de uma aposentadoria ainda com saúde para gozá-la porque exauridos.

Eu um homem nesta Casa vítima desse sistema e talvez um dos seus maiores admiradores e amigos seja um dos que pouco o louvam. Reconheço o seu trabalho, a sua dedicação e honestidade profissional, mas certo de que se exaure e não vai gozar de uma aposentadoria, porque gozar é poder gozá-la, por que vítima do sistema criado, dele não se pode livrar até hoje.

De uma pertinácia formidável para o funcionamento perfeito do serviço que está sob sua direção, às vezes invadindo por força da desorganização, atribuições que não deveriam estar sob sua responsabilidade, sobre seus ombros talvez os seus maiores amigos sejam aqueles que desejam livrá-lo do que está para acontecer. Nomeiem-se onze funcionários para cada Senador e para cada Deputado e teremos então 4.466 funcionários

só para servirem aos quatrocentos e seis Deputados Federais e setecentos e vinte e seis funcionários para servir a secretaria e seis Senadores. O que fariam os funcionários a serviço daqueles Senadores e Deputados que não comparecem, pagos pela Nação — porque a média de comparecimento regular é alguma coisa que deprime, que fere e, às vezes revolta os próprios Senadores e aos próprios Deputados, porque Senadores e Deputados não devem de ser povo e têm o direito de observar e criticar. Cada um de nós é soberano, para ter onze funcionários, dois, três, quatro a sua disposição sem nada fazer. Mas, eu não o Senador ou o Deputado, fiscalização apenas os burros de carga carregando tudo.

Soube de assessores que pertencem ao Senado, membros da cultura brasileira, que nunca vieram aqui. Eu não sabia que eram funcionários do Senado. Pois me disseram: fugiu de tal, grande cultura do Senado, pertence ao Senado, é assessor. Não me diga! Mas nunca veio aqui! O prestígio da cultura os favorece...

O Sr. José Guimard — E o prestígio do Senado também.

O SR. AURELIO VIANA — ... De tal modo que são dispensáveis. Onde e que estão os assessores Antônio, Manoel e Pedro? Não, foram convocados para não trabalhar! A assessoria está? Está. Funcionando como? Com os poucos que servem aqui. Procurei a minha pasta de Senador com todos os meus projetos, requerimentos, discursos, e foi uma luta para, num dado momento, saber do destino de determinado projeto e de sua tramitação. E para a vergonha nossa, às vezes, procuramos informações na Câmara dos Deputados. Estou criticando os funcionários? Eles sabem que não. Critico a organização; o sistema é que funciona mal.

Não sou daqueles que tentam fazer cair aos funcionários que os elogios facéis são os elogios aceitáveis que não são inteligentes. Por isso, uso minha dialética — se é que se chama a isto de dialética — para comovê-los, os que frequentam, os que aqui vêm, crianças que não entendem os objetos que, constantemente, nos levam a elogiar, às vezes não digo todas — sem qualquer sentido positivo, construtivo. Eles sabem o que estou dizendo, particularmente os que trabalham os que frequentam, os que aqui vêm. Por isso declaro: não os culpo, quando encontro quatro ou cinco funcionários sem o que fazer durante duas, três e até quatro semanas, num gabinete de um Senador. Não os culpo, é o sistema. E ouvi dizer que já se está promovendo a nomeação de mais quatro funcionários.

Temos engenheiros competentes, capazes, no Senado. Creio que foi criado o cargo de engenheiro para fiscalizar as obras que se fazem aqui, e, por exemplo, quanto se gastou na construção da Gráfica; se foi honesta e construída; se houve fiscalização eficiente, por parte do Senado, através de um engenheiro, dos competentes que aqui existem; se a firma que construiu a Gráfica estava dentro daqueles princípios ou se a construiu sem explorar a Nação — não estou dizendo que explorou, estou perguntando — ou se foi um leigo qualquer, do Senado, quem fiscalizou a obra, sem autoridade técnica para tanto.

Eles têm culpa? Não. É o sistema. Pois bem. Dizem que esse cargo foi criado. E já se apontava um grande engenheiro, embora moço, de Brasília, funcionário do Senado, para ocupar aquele cargo, cargo tão necessário como o de assessor da direção do Senado, da Diretoria do Senado. Deram-se nomes, construíram-se paredes, constrói-se uma gráfica; já

existe um serviço de carpintaria, constrói-se não sei o que mais. Mas, é fiscalizado em nome do Senado, por alguém do Senado? A fiscalização está sendo feita? Não digo que não esteja. Mas está? Pois muito bem. Ouvi dizer — e não sou calca de segredos, não sou para guardar coisas velhas — ouvi dizer que esse engenheiro, que é um dos maiores calculistas de fundações de Brasília, convocado pelas Forças Armadas para o Colimar e construir suas obras, de uma hora para outra, de uma prova, já está aposentado porque que um filho do filho de um senador, ouvi dizer, não sou responsável, não sei, não estou dizendo, mas o filho do senador do Senado e o filho do filho do senador, por que esse filho do senador, talvez não me expresse bem; o entusiasmo me leve a não formular bem o meu pensamento, mas a minha revolta é contra a organização, como funciona e que está aniquilando esperanças. Vamos criar cargos — mas existem funcionários à altura! Dizem, até, que havia um contínuo — um contínuo, não — que foi nomeado como servente, mas que era um engenheiro! Não entendo bem dessas coisas porque nunca me meti nesse negócio de nomeações. Não entendo bem. Então, que haja uma readaptação. Ele não tem culpa de ter entrado. Ele trabalhou; arranjou um bonquinho e o bonquinho conseguiu a sua nomeação. Mas ele está deslocado um engenheiro fazendo limpeza um técnico de contabilidade fazendo limpeza? Ele não vai fazer limpeza coisa nenhuma. Vai para um Gabinete, mas recebe, como antigamente recebia como "pro labore". Organize-se a coisa para que funcione! Então, uma Assessoria Legislativa que terá um número de funcionários, que ali se encontrem para elaborar os projetos dos Senadores, de todos eles; pare, sob a orientação do Senador relator de matérias, fazer pesquisas, quando o Senador, assessorado de serviço, precise da sua ajuda — procure a Assessoria e a Assessoria não tem funcionários! Mas eles existem; ali não se encontram. Onde é que estão? Evoluíram-se... (riso), desapareceram...

Sr. Presidente, vou falar neste projeto pelos três: Dona Leilah de Góes Cardoso, Oficial Legislativo; Francisco Louzada, Inspetor de Segurança; e Geraldo Teodoro Ferreira, Auxiliar de Portaria. Um Inspetor de Segurança, um Auxiliar de Portaria e uma Oficial Legislativo. Todos os pareceres: 1º) Comunica o Serviço de Biometria Médica, do Ministério da Saúde, que após exame feito na citada funcionária, a Junta Médica concluiu pela sua invalidez. Achava-se a referida servidora no Rio, em tratamento, visto se encontrar praticamente cega.

"Submetido a exame pela Junta Médica do Senado concluiu a mesma pela invalidez do aludido funcionário".

E o segundo funcionário.

O terceiro funcionário:

"Tendo a Junta Médica do Senado concluído pela incapacidade do funcionário acima citado, portador de "cardiopatia grave", a Comissão Diretora apresenta à consideração da Casa o presente projeto de resolução".

Que foram estes funcionários o nosso assunto. Aos estranhos relataremos com a sua saúde principalmente porque vão sair aposentados para não gozarem essa aposentadoria com a alegria dos que têm saúde. Para aos seus que a Medicina os cure ou que Deus faça o milagre de curá-los para que os restos de seus dias sejam gozados satisfatoriamente. Tenho certeza de que todos eles, os mais categorizados como os mais humildes que estão sendo aposentados, vão levar dos Senadores da República que os conheceram e os conhecem um abraço e aquela palavra que sintetiza todo um sentimento e que só existe na língua portuguesa: a saudade.

Sr. Presidente e nobres Senadores, era o que tinha para dizer quando esses funcionários que tanto trabalharam pelo Senado vão deixar a Casa que eles honraram com a sua presença, a Casa do Povo, que, como do povo, sempre foi deles. (Muito bem! Muito bem! Palmas!)

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondini) — Continua em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo mais quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão. Antes de submeter o projeto a votação, em face dos argumentos do nobre Senador Aurélio Viana, na discussão da matéria e, articuladamente, quanto às referências que fez no que tange à construção do prédio da gráfica do Senado, bem como sobre os demais aspectos de sua oração. A Mesa prestará, oportunamente, os necessários esclarecimentos à Casa, podendo, entretanto, adiantar que toda a documentação, principalmente a referente à construção da gráfica, está ao dispor dos Senhores Senadores, para qualquer exame.

Em votação o Projeto de Resolução nº 82, DE 1965.

Os Srs. Senadores que o aprovem, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado. Volta à Comissão Diretora para a redação final.

E o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 82, DE 1965

Aposenta Leilah de Góes Cardoso, Oficial Legislativo, PL-6, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Artigo único. É aposentada, com os vencimentos integrais e a gratificação adicional a que faz jus, nos termos do art. 191, item I, da Constituição Federal, combinado com o art. 341, item III, da Resolução nº 6, de 1960, a Oficial Legislativo, PL-6, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Leilah de Góes Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho).

Item 4:

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 83, de 1965, de autoria da Comissão Diretora, que aposenta Francisco Louzada, Inspetor de Segurança, PL-8, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Em discussão o projeto. (Pausa.) Não havendo quem peça a palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovem, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado. Volta à Comissão Diretora para a redação final.

E o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 83, DE 1965

Aposenta Francisco Louzada, Inspetor de Segurança, PL-8, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Artigo único. É aposentado, com os vencimentos integrais e a gratificação adicional a que faz jus, nos termos do art. 191, item III, da Resolução nº 6, de 1960, o Inspetor de Segurança, PL-8, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Francisco Louzada.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho).

Item 5:

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 84, de 1965, de autoria da Comissão Diretora, que aposenta Geraldo Teodoro Ferreira, Auxiliar de Portaria, PL-8, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Em discussão. (Pausa.) Não havendo quem peça a palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovem, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado. Volta à Comissão Diretora para a redação final.

E o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 84, DE 1965

Aposenta Geraldo Teodoro Ferreira, Auxiliar de Portaria, PL-8, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Artigo único. É aposentado, com os vencimentos integrais e a gratificação adicional a que tiver direito, nos termos do art. 191, item I, da Constituição Federal, combinado com o art. 341, item III, da Resolução nº 6, de 1960, o Auxiliar de Portaria, PL-8, Geraldo Teodoro Ferreira.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho).

Item 6:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 129, de 1964, originário da Câmara dos Deputados (PL-63, na Casa de origem), que aprova o uso do Tribunal de Contas da União, denegatório de registro a termo de contrato celebrado entre a Santa República Militar e o Engenheiro Civil Cláudio Vieira Pessoa, para construção de casas para oficiais e sargentos, tendo Pareceres favoráveis, sob ns. 940 e 941, de 1955, das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Em discussão. (Pausa.) Não havendo quem peça a palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovem o projeto, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado. Vai à Comissão de Redação.

E o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO
LEGISLATIVO Nº 129, DE 1964**

(Nº 51-A, de 1963, na Casa de origem)

Aprova o ato do Tribunal de Contas da União, denegatório de registro a termo de contrato celebrado entre a Sexta Região Militar e o Engenheiro Civil Clodoaldo Vieira Passos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato do Tribunal de Contas da União que denegou registro a termo de contrato celebrado entre a Sexta Região Militar e o Engenheiro Civil Clodoaldo Vieira Passos a 28 de setembro de 1954.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Guido Mondim).

Item 7:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 1965, originário da Câmara dos Deputados (nº 208-B-65, na Casa de origem), que determina o registro, pelo Tribunal de Contas da União, do Convênio celebrado, em 30 de março de 1964, entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região da Fronteira do Sudoeste do País e a Sociedade Educadora Beneficente do Sul, do Rio Grande do Sul, tendo Parecer favorável, sob número 1.039, de 1965, da Comissão de Finanças.

Em discussão o projeto. (Pausa).

Nenhum dos Srs. Senadores desejando fazer uso da palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Senhores Senadores que aprovam o projeto, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Aprovado. O Projeto vai à Comissão de Redação.

E o seguinte o Projeto aprovado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 26, DE 1965

(Nº 208-B-65 na Casa de Origem)

Determina o registro, pelo Tribunal de Contas da União, do Convênio celebrado, em 30 de março de 1964, entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região da Fronteira Sudoeste do País e a Sociedade Educadora Beneficente do Sul, do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É determinando ao Tribunal de Contas da União registrar o Convênio nº 01-64-69, celebrado, em 30 de março de 1964, entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região da Fronteira Sudoeste do País e a Sociedade Educadora Beneficente do Sul, mantenedora da Escola São Carlos, de Santa Vitória do Palmar, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Guido Mondim).

Item 8:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 1963 (nº 1.317-B-59, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a ceder ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, para instalação de sua sede, o edifício onde funciona o Ministério da Viação e Obras Públicas, tendo Parecer favorável, sob número 381, de 1964, da Comissão de Finanças, com restrições do Sr. Senador Aurélio Vianna.

O Projeto foi retirado da Ordem do Dia, na Sessão de 18 de maio último, em virtude da aprovação do Requerimento nº 219-65, para audiência dos Ministérios da Viação e Obras Públicas e da Fazenda (diligência cumprida, com pronunciamentos contrários dos Ministérios).

Em discussão o Projeto.

O SR. AURÉLIO VIANA:

Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — Tem a palavra para discussão, o nobre Senador Aurélio Viana.

O SR. AURÉLIO VIANA:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, como intróito desejo dizer que talvez tenha sido mal entendido. Não desejo, ou não quero ver as contas da construção da Gráfica.

Não desconfio, não desconfio dos leigos que estiveram examinando aquela construção em nome do Senado. Declarei que, havendo engenheiro no Senado, não dávamos contrato um de fora, e sim, aproveitar os da Casa para uma fiscalização severa sobre tudo isso, e ressonando os responsáveis.

É bom que fique muito claro, porque hoje devo falar cada vez mais claro, pois a cada palavra pronunciada a interpretação é sempre negativa. Ao dia em que tiver a certeza de que um funcionário do Senado está dilapidando os dinheiros públicos, terei a coragem de denunciá-lo como tive ao denunciar à Mesa o funcionário que, falsificando, estava usando documentos de parlamentares. Não quero continuar nisso. Ao certo a Mesa um dia falará sobre o assunto.

É bom a gente ficar por aqui. Quero que fique bem claro: não atemos fogo e não coloquemos achas em fogueira que não fôrta acesa. Não desconfio, nunca desconfiei da honestidade do Sr. Isaac Brown, mas a Mesa precisa, o Diretor-Geral precisa de assessores técnicos, para que amanhã não se diga, lá fora, o que talvez não possam provar ou então provem, porque não existe uma Assessoria que tenha fortalecido aqueles que de boa fé, estavam sendo julgados.

E é só isto. Mais nada.

Agora vamos ao assunto, Sr. Presidente. Este projeto tramitou na Câmara dos Deputados quando era ainda Deputado Federal. Fil dos que se preocuparam com o projeto.

Este projeto dormiu nas gavetas da Câmara por muito tempo até que, chegando ao Senado e figurando na Ordem do Dia, o nobre Senador Aloysio de Carvalho alertou-nos para a matéria, talvez porque vira que o meu voto havia sido dado com restrições. Feito um pedido de audiência do Ministério da Viação e Obras Públicas, a nossa consciência tranquilizou-se, porque as informações foram todas contrárias ao projeto.

As vezes o Governo informa e informa erradamente, mas há argumentos que nos convenceram da impropriedade da matéria agora em discussão.

Sintetiza o Sr. Ministro da Viação todas as informações dos órgãos técnicos que se pronunciaram:

(Lendo):

"Atendendo ao solicitado por essa respeitável Casa do Congresso, a requerimento do ilustre Senador Aurélio Vianna, passarei a manifestar o ponto de vista deste Ministério a respeito."

Trata-se, Srs. Senadores, do projeto que autoriza o Poder Executivo a ceder ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para nele ser instalada sua sede o edifício onde funciona, no Rio

de Janeiro, o Ministério da Viação e Obras Públicas ou outro qualquer próprio federal que se vagar com a transferência do respectivo órgão para a nova Capital do País.

O terreno e benfeitorias ora ocupadas pelo Instituto, à Avenida Augusto Severo nº 8 (antigo número 4), no Rio de Janeiro, voltam à sua antiga doadora — a Província Carmelitana Fluminense — com a obrigação de ceder à mesma, gratuitamente, no terreno contíguo, a área necessária à execução do "Plano de Urbanismo" aprovado para o Estado da Guanabara, ficando desde já o Poder Executivo autorizado a praticar os atos necessários à devolução.

"É fora de dúvida que tanto o Ministério da Viação como as demais secretarias de Estado deverão mudar-se para a Capital Federal, tão logo disponha em Brasília de edifícios para a instalação dos Departamentos subordinados e de residências para o pessoal."

Nessa oportunidade, os órgãos do Ministério da Viação atualmente sediados no edifício do Rio de Janeiro desocuparão o prédio e se deslocarão para a Capital Federal.

Há, entretanto, serviços vinculados a este Ministério que, pela sua natureza e âmbito de atividades, terão que permanecer no Estado da Guanabara, tais como a Comissão de Marinha Mercante e a Rede Ferroviária Federal, as quais funcionam hoje em prédios alugados.

O que parece justo, portanto, é que o atual edifício-sede deste Ministério passe a ser ocupado por esses órgãos, que ficarão assim exonerados das despesas de aluguel a que estão sendo obrigados neste momento.

Creio, pois, que a cessão do prédio ao IBGE não oferece vantagens para a União e, ao contrário, priva o Tesouro da economia que resultará da passagem da CMM e da RFFSA para a atual sede do MVOP.

Aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, para renovar a V. Exa. os protestos de elevada estima e distinta consideração.

E assina o Ministro da Viação e Obras Públicas, Marechal Juarez Távora.

Estou mais do que convencido das razões que levaram o Ministério a opinar dessa maneira e espero que os nobres Srs. Senadores atentem para os argumentos expostos, cuja leitura fiz apenas sintetizando as opiniões dos órgãos técnicos do Ministério de Viação e Obras Públicas.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. AURÉLIO VIANNA — Quero dizer aos Srs. Senadores que as informações doutras épocas foram no mesmo sentido.

Com grande prazer, concedo o aparte ao nobre Senador Aloysio de Carvalho.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Quero chamar a atenção, sobretudo, para a informação do Serviço do Patrimônio da União. Nesta informação está dito, sem sombra de dúvida de quem quer que seja, que só a União é que perde: perde o edifício onde funcionam alguns serviços do Ministério da Viação e perde o edifício onde funciona o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com terreno, benfeitorias, etc., cedidos ao Convento dos Carmelitas.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Vossa Exa. tem razão. E este trecho é elucidativo:

3. Com respeito ao segundo, entendo, data venia, não convir aos

interesses da União a medida sugerida. É preciso não confundir a doação que a Província Carmelitana fez à União em 1929 com a cessão que esta outorgou ao Instituto Histórico e Geográfico recentemente. 4. Se a cessão, por motivos que não vêm à discussão no momento, não deve subsistir, tanto que outro imóvel está já sendo visado pelo Instituto, isso não significa que a União deva perder o seu imóvel devolvendo-o ao primitivo titular. Resolvida a cessão, volta o imóvel à União, que lhe dará então a aplicação que melhor lhe parecer. 5. A vingar o Projeto, tal como foi concebido (com o objetivo de evitar a sangria do Erário, segundo se lê em sua justificativa), viria a União, afinal, a perder não apenas um imóvel, o que seria cedido ao Instituto, como compensação pela reversão do sítio mas em realidade de dois, pois o sítio que normalmente reverteria voltaria, por sua vez, ao Patrimônio de seu anterior proprietário."

E vai aí por diante.

O Sr. Aloysio de Carvalho — V. Exa. vê, por aí, que a União perderia dois imóveis, sem nenhuma justificativa ou razão para se desfazer de uma doação feita em 1929, perfeita e acabada, através de projeto de lei.

O SR. AURÉLIO VIANA — E o que significa a União perder? Significa o povo brasileiro perder.

O Sr. Mem de Sá (Com assentimento do orador) — A presença de V. Exa. na tribuna, defendendo essa causa, poupa-me o trabalho de também expor o meu ponto de vista. Creio que V. Exa. defende a posição correta. Desejo acrescentar aos argumentos que V. Exa. está expondo mais um: o Instituto Histórico e Geográfico que, aparentemente, seria o beneficiário, favorecido, está contra essa proposição.

O SR. AURÉLIO VIANA — Isso é importante.

O Sr. Mem de Sá — Eu e o Senador Aloysio de Carvalho, pelo menos, recebemos telegramas do Embaixador Macedo Soares, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico, pedindo encarecidamente para rejeitarmos esse projeto, que é altamente lesivo ao Instituto. O que o Instituto precisa e pleiteia é verbas, auxílios da União, para poder edificar, no terreno do sítio, prédio hoje em ruínas, uma sede condigna, que abrigará não somente o Instituto Histórico e Geográfico, como outros Institutos culturais carecedores de sede própria. De modo que acompanharei a posição de V. Exa., votando contra esse projeto.

O SR. AURÉLIO VIANA — O aparte de V. Exa. coloca a questão num ponto tal que nos leva a concluir: não interessa à União, não interessa ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que ocupa o prédio. Consequentemente, iríamos votar contra os interesses da União — do povo brasileiro — e também contra os interesses do próprio Instituto que, como disse, ocupa o prédio.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Permite V. Exa. um aparte? (Assentimento do orador) — O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro ocupa um prédio onde está realizando reformas substanciais, através de dotações orçamentárias. De modo que o Instituto ficaria, desse modo, impedido de continuar a construção de departamentos através de modelos da engenharia moderna, para a conservação do seu preciosíssimo arquivo, que, além do mais, sofreria o risco de ser trasladado para o edifício do Ministério da Viação e Obras Públicas.

O SR. AURÉLIO VIANA — Nobres Senadores, este projeto chama-nos a

atenção para o seguinte ponto doutrinário: reforma do Congresso ou reorganização dos trabalhos do Congresso Nacional.

V. Exas. estão verificando o perigo de uma reforma que desse tal autonomia às comissões que elas pudessem aprovar projetos sem que estes fossem ao Plenário, sendo então enviados ao Executivo e transformados em lei.

Quantos e quantos projetos são votados, nos comitês, sem nem um sequer ir à Câmara dos Deputados; fui Deputado durante muitos anos — por contagem, para que os prazos não sejam esgotados, para que a matéria vá ao Plenário, como se tivesse sido analisada, quando muitas vezes já não o foi! É um perigo, principalmente nesta fase cultural brasileira, nesta fase de transição, nesta fase de semirresponsabilidade, de quase irresponsabilidade. Os projetos devem ter um prazo mais limitado. Se as Comissões não apresentarem, naquele prazo, seu parecer, que venham os projetos para a grande comissão, que o Plenário, que decidirá então, em última instância e em definitivo. Para certos projetos, um prazo maior; para outros, projetos, um prazo muito menor. Sei que o sistema italiano funciona assim. Uma boa parte dos projetos são votados nas Comissões; outros, não.

Mas Sr. Presidente, que este projeto sirva também como um grito de alerta para nós, porque vemos aqui que uma infinidade de projetos, com prazo certo, têm sido votados. Nunca se votou tanto. Não digo se bem, mas nunca se votou tanto. Mas se nós achamos que, sem fiscalização da maioria do Congresso, no plenário, que representa a maioria do povo brasileiro, os projetos devem ser votados, então acabamos com o Plenário. Para que Plenário?

Então, um grupo de 5 Senadores vai decidir por 66 Senadores. Se esses Senadores são de pequenos Estados, então, um grupo que representasse uns 300.000, 400.000 ou 500.000 votos — sozinhos argumentar — decidiria por 17 milhões de votantes, metade mais um, o que significa, mais da metade do povo fiscalizando.

Então numa Câmara de 400 e tantos Deputados, uns 10 ou 12 Deputados decidiriam soberanamente. O projeto aprovado, estaria aprovado em definitivo. Que reforma infernal! Defendo o quanto puder o direito de fiscalização em nome do povo que me elegu. Agora, sou favorável a prazos muito mais curtos para projetos sem grande significação. É claro, para projetos de alta relevância, um prazo maior; projeto que demanda mais estudo, um prazo maior.

Sr. Presidente, como membro da Comissão de Finanças, peço aos meus nobres pares que reexaminem essa questão. O projeto foi aprovado na Comissão de Finanças porque eu me tinha lembrado do que se passara na Câmara, mas sem muita segurança — não dispunha de tempo para fazer uma análise. A matéria é de 1959. Votei daquela maneira. No plenário, alertado, repito, pelo nobre Senador Aloysio de Carvalho, pedi a audiência do Ministério da Viação e Obras Públicas. Vieram, então, as informações, que aqui estão (exibe) e que todos ouviram.

Esperamos que as lideranças, que nas votações simbólicas revelam o nosso pensamento, atentem para as razões expostas pelo Ministério da Viação e Obras Públicas e decidam conforme a sua consciência, conforme as observações que fizeram, as deduções e à base das premissas estabelecidas. E, amanhã, não venha o colunista de "O Globo" declarar para o Brasil (risos) que eu sou governista e que por isso não mereço ser candidato de oposição da Guanabara, por ter defendido um parecer, que

acho justo, de órgão do Governo atual. Mesmo porque, eu já estava com esta opinião há muito tempo, quando não era Ministro da Viação e Obras Públicas o Sr. Juarez Távora, nem Presidente da República o Sr. Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Continua em discussão o projeto.

Se mais nenhum dos Srs. Senadores quiser fazer uso da palavra, declararei encerrada a discussão (Pausa).

Está encerrada.

A votação deste projeto se dará em escrutínio secreto, mas, antes, lembro que ele foi retirado da Ordem do Dia na sessão de 18 de maio último em virtude de requerimento do Sr. Senador Aurélio Viana, então aprovado, pedindo a audiência do Ministério da Viação e Obras Públicas. O pronunciamento desse Ministério foi contrário. (Pausa).

Os Srs. Senadores já podem votar (Pausa).

Vai-se proceder à contagem. (Pausa).

Votaram sim, 34 Srs. Senadores, votaram não, 2 Srs. Senadores. Houve 2 abstenções.

O projeto foi rejeitado e será arquivado.

É o seguinte o projeto rejeitado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 143, DE 1962

Autoriza o Poder Executivo a ceder ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, para instalação de sua sede, o edifício onde funciona o Ministério da Viação e Obras Públicas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a ceder ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, para onde ser instalada sua sede o edifício onde funciona, no Rio de Janeiro, o Ministério da Viação e Obras Públicas ou outro qualquer próprio federal que se vagar com a transferência do respectivo órgão para a nova Capital do País.

Art. 2º O terreno e benfeitorias ora ocupadas pelo Instituto à Avenida Augusto Severo nº 8 (antigo número 4), no Rio de Janeiro, sitas à sua antiga donadora — a Província Carmelitana Fluminense — com a obrigação de ceder à mesma, gratuitamente, no terreno contíguo, a área necessária à execução do "Plano de Urbanismo", aprovado para o Estado da Guanabara, ficando desde já o Poder Executivo autorizado a praticar os atos necessários à devolução.

Art. 3º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Passaremos aos demais itens da pauta, cuja votação deve ser feita, igualmente, em escrutínio secreto.

Item 10:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 140, de 1965 (nº 2.019-B-64, na Casa de origem), que prorroga por 2 (dois) anos o prazo fixado no art. 1º da Lei nº 3.640, de 10 de outubro de 1950, que dispõe sobre os exames de habilitação para os Auxiliares de Enfermagem e Parteiros Práticos, tendo Parecer favorável, sob nº 1.000, de 1965, da Comissão de Saúde.

O SR. VIVALDO LIMA:

Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Com a palavra, pela ordem, o nobre Senador Vivaldo Lima.

O SR. VIVALDO LIMA:

(Pela ordem — Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, solicitaria a V. Ex. a gentileza de me informar se o projeto ora enunciado só foi encaminhado à Comissão de Saúde, para apreciação, para exame do mérito, ou se o foi, também, à Comissão de Educação e Cultura.

No avulso, apenas, consta o parecer da Comissão de Saúde e, por ele, me certifico de que visa a dispor sobre os exames de habilitação para os auxiliares-de-enfermagem e parteiras-práticas.

Ora, Sr. Presidente, trata-se de cursos de auxiliares-de-enfermagem que já têm currículo, cursos hoje difundidos pelo Brasil e que vêm, naturalmente, correspondendo. No mesmo passo, fala-se em exame de habilitação para parteiras-práticas.

Pedi a palavra, pela ordem, para saber se outras Comissões foram ouvidas além da de Saúde. Não consta do avulso o parecer que me interessa, particularmente, o da Comissão de Educação e Cultura sobre matéria envolvendo cursos que se dão em escolas de enfermagem.

É a questão de ordem que levanto, objetivando uma informação para poder encaminhar o meu voto. (Muito bem.).

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) Respondo ao nobre Senador Vivaldo Lima que a competência regimental, no caso deste projeto, é, exclusivamente, da Comissão de Saúde.

O Art. 96 diz o seguinte:

A Comissão de Saúde cumpre manifestar-se sobre as proposições que digam respeito aos seguintes assuntos.

- 1 —
- 2 —

3 — exercício da medicina e atividades para-médicas suas organizações e preparo dos respectivos profissionais. Sem embargo, a Comissão de Educação poderia ter-se manifestado. Mas não houve requerimento para que esta fosse ouvida, por parte de nenhum dos Membros da Casa.

Portanto, regimentalmente, cabia, exclusivamente, à Comissão de Saúde dar o parecer.

O SR. VIVALDO LIMA:

(Pela ordem — Não foi revisto pelo orador) Sr. Presidente, diante da informação de V. Exa. consultaria quanto à possibilidade de requerer audiência da Comissão de Educação sobre o assunto, porque não se trata, apenas, do exercício de uma profissão, de uma prática, mas sim da dispensa de exame de habilitação. Portanto, vai além do exercício para se poder dispensar o exame de habilitação para o exercício da profissão. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) A Presidência aguarda que V. Exa. encaminhe o Requerimento à Mesa, solicitando a retirada do projeto para que seja ouvida a Comissão de Educação. (Pausa)

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 602, de 1965

Nos termos dos arts. 212, alínea "1" e 214, alínea "b" do Regimento Interno, requero o adiamento do Projeto de Lei da Câmara nº 140, de 1965, a

fim de ser ouvida sobre a matéria a Comissão de Educação e Cultura.

Sala das Sessões, 1 de setembro de 1965. — Vivaldo Lima.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) Aprovado o requerimento, o projeto sai da Ordem do Dia para audiência da Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Guido Mondin)

Item 12:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 160, de 1965 (nº 3.027-B-65, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dispõe sobre a transferência de cargos e dos respectivos servidores do Escritório Técnico da Cidade Universitária, da Universidade do Brasil, para o Quadro do Pessoal, Parte Permanente, do Departamento Administrativo do Serviço Público e vice-versa, e dá outras providências, tendo Parecer favorável, sob ns. 1.037 e 1.038, de 1965, das Comissões de Projetos do Executivo e de Finanças.

Em discussão. Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerro a discussão. A votação será por escrutínio secreto.

Os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa).

Vai-se proceder à contagem. (Pausa).

29 Srs. Senadores votaram "sim"; 6 Srs. Senadores votaram "não"; houve 4 abstenções.

O Projeto foi aprovado. Vai à sanção.

É o seguinte o Projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 160, DE 1965

(Nº 3.027-B-65 na Casa de origem) Dispõe sobre a transferência de cargos e dos respectivos servidores do Escritório Técnico da Cidade Universitária, da Universidade do Brasil, para o Quadro do Pessoal, Parte Permanente, do Departamento Administrativo do Serviço Público e vice-versa, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São transferidos para o Quadro do Pessoal, Parte Permanente, do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), os cargos dos servidores do Escritório Técnico da Cidade Universitária da Universidade do Brasil (ETUB), que, à data da Lei nº 4.402, de 10 de setembro de 1964, eram providos por funcionários que tinham exercício naquele Departamento.

Art. 2º São igualmente transferidos para o ETUB os cargos dos servidores do DASP que, à data da Lei nº 4.402, de 10 de setembro de 1964, estavam ocupados por funcionários com exercício naquele Escritório.

Art. 3º É assegurado aos servidores ocupantes dos cargos de que trata a presente Lei o direito de optar, perante o DASP, expressamente, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias a contar da data de sua publicação, pela situação em que desejarem permanecer.

Art. 4º Até 30 (trinta) dias após o recebimento das opções, o DASP deverá elaborar o decreto de transferência dos funcionários que o requererem.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Guido Mondin)

Item 14:

Discussão, em turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 161, de 1965 (nº 3.032-B-65, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que concede pensão especial a Paulo Soares, ex-servidor do Ministério da Guerra, tendo Pareceres favoráveis, sob números 1.034 e 1.035, de 1965, das Comissões de Projetos do Executivo e de Finanças.

Em discussão o Projeto. Se nenhum Sr. Senador desejar usar a palavra, declararei encerrada a discussão. (Pausa).

Está encerrada. Em votação o Projeto, em escrutínio secreto.

Os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa).

Vai-se proceder à contagem. (Pausa).

Votaram "sim" 27 Srs. Senadores; "não", 6 Srs. Senadores. Houve 5 abstenções.

O projeto foi aprovado. Vai à sanção.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CAMARA Nº 161, DE 1965

(Nº 3.032-B-1965 na Casa de origem) Concede pensão especial a Paulo Soares, ex-servidor do Ministério da Guerra.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É concedida a Paulo Soares, ex-servidor do Ministério da Guerra, a pensão especial de Cr\$ 66.000 (sessenta e seis mil cruzeiros) mensais.

Art. 2º A despesa com o pagamento da pensão concedida por esta Lei correrá à conta da dotação orçamentária do Ministério da Fazenda, destinada aos pensionistas da União.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Guido Mondin).

Item 9:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 295, de 1964 (nº 1.303-B-59, na Casa de Origem), que concede autonomia ao Instituto Nacional de Educação de Surdos, tendo Pareceres contrários, sob números 221 e 222, de 1965, das Comissões de Educação e Cultura e de Finanças.

Em discussão. Se nenhum Sr. Senador pedir a palavra, darei como encerrada a discussão. (Pausa).

Está encerrada. Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o Projeto queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está rejeitado. Será arquivado e feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

E' o seguinte o projeto rejeitado:

PROJETO DE LEI DA CAMARA Nº 295, DE 1964

(Nº 1.303-B, de 1959, na Casa de Origem)

Concede autonomia ao Instituto Nacional de Educação de Surdos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica concedida autonomia administrativa, financeira e técnica-financeira ao Instituto Nacional de Educação de Surdos (I.N.E.S.), do Ministério da Educação e Cultura.

Art. 2º O patrimônio do I.N.E.S. será formado:

a) pelos bens, móveis e imóveis, que constituem suas instalações, ora pertencentes ao domínio da União, e que lhe serão transferidos em consequência da lei;

b) pelos legados e doações, regularmente aceitos.

Art. 3º Dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da vigência desta lei, a direção do I.N.E.S. apresentará projeto do seu estatuto, o qual, depois de apreciado pelo órgão próprio do aludido Ministério, será aprovado por decreto do Presidente da República.

Art. 4º O I.N.E.S. manterá suas atividades administrativas e técnico-científicas, além de outras que venham a ser previstas em seus Estatutos.

Art. 5º O Poder Executivo providenciará, no prazo de 90 (noventa) dias, no sentido de que o quadro do pessoal docente e administrativo do I.N.E.S., integrado pelos cargos e funções nele lotados, seja reorganizado e passe a pertencer à unidade tornada autônoma por esta lei.

Art. 6º Nos exercícios vindouros, o Orçamento da União consignará sob a forma de auxílio, dotação necessária à manutenção do I.N.E.S. e ao desenvolvimento de suas atividades, dotação essa que será distribuída ao Tesouro Nacional, para depósito, no Banco do Brasil S.A., à disposição do Diretor do estabelecimento.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin).

Item 11:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 142, de 1965 (nº 2.513-B-65, na Casa de origem), que reorganiza o Quadro do Pessoal da Justiça do Trabalho da Segunda Região, e dá outras providências, tendo Parecer, sob nº 1.046, de 1965, da Comissão de Serviço Público Civil, sugerindo a tramitação em conjunto com o PLC-18-63, de acordo com o art. 225, letra "b", da Resolução nº 2-1959.

Em votação o parecer, nas suas conclusões, isto é, pela tramitação, em conjunto do Projeto de Lei nº 142, de 1965, com o de nº 18, de 1963.

Os Srs. Senadores que concordam com o parecer, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado. O Projeto sai da Ordem do Dia para tramitação em conjunto, de conformidade com a resolução.

E' o seguinte o parecer aprovado:

PARECER

Nº 1.046, DE 1965

Da Comissão de Serviço Público Civil, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 142, de 1965 (nº 2.513-B-65, na Casa de origem), que reorganiza o Quadro do Pessoal da Justiça do Trabalho da Segunda Região, e dá outras providências.

Relator: Sr. Sigefredo Pacheco

O presente projeto, que reorganiza o Quadro do Pessoal da Justiça do Trabalho da 2ª Região, foi encaminhado ao exame do Congresso Nacional com a Mensagem nº 11, de 1962, subscrita pelo Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

As medidas consubstanciadas na proposição têm por fim a criação de cargos, para atendimento de necessidades administrativas de várias Juntas de Conciliação e Julgamento, com sede no Estado de São Paulo.

Verificando-se, porém, a existência de proposição idêntica em estudo neste Órgão Técnico, ou seja, a de número 18, de 1963, parece deva ser acolhido o princípio regimental, inserido no art. 225, letra b, da Resolução número 2, de 1959, a fim de que a ma-

téria possa ser examinada em conjunto, embora com pareceres em separado, pela forma prevista no § 2º do citado artigo 225 do Regimento Interno.

Sala das Comissões, em 25 de agosto de 1965. — *Padre Calazans* — Presidente. — *Sigefredo Pacheco* — Relator. — *Mello Braga*. — *Mem de Sá*.

O SR. PRESIDENTE (Guido Mondin).

Item 12:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 158, de 1965, (nº 1.637-B-64, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a abrir, através do Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000.000 (cinco bilhões de cruzeiros), destinado a atender às despesas decorrentes da participação da União na constituição do capital da Empresa Brasileira de Telecomunicações, tendo Parecer favorável, sob nº 1.045, de 1965, da Comissão de Finanças.

Em discussão o projeto. (Pausa.) Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado. O projeto irá à sanção.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CAMARA Nº 158, DE 1965

(Nº 1.637-B-64, na Casa de origem)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, através do Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000.000 (cinco bilhões de cruzeiros), destinado a atender às despesas decorrentes da participação da União na constituição do capital da Empresa Brasileira de Telecomunicações.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, um crédito especial de Cr\$ 5.000.000.000 (cinco bilhões de cruzeiros), destinado a atender às despesas com a subscrição de parte do capital da União na Empresa Brasileira de Telecomunicações, a ser constituída nos termos do art. 42 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962.

Art. 2º O crédito a que se refere esta Lei, depois de registrado no Tribunal de Contas da União, será automaticamente distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Guido Mondin) — No início da Ordem do Dia foi concedida urgência para o Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 1965. Nestas condições, vai-se passar a

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 33-65, que concede anistia por infração eleitoral.

O projeto depende de pronunciamento da Comissão de Constituição e Justiça.

Tem a palavra o nobre Senador Melo Braga, relator designado.

O SR. MELO BRAGA:

(Para emitir parecer — Não foi revisado pelo orador) — Senhor Presidente, ontem foi votado no plenário requerimento de urgência para o presente projeto. Naquela oportunidade, diversos membros da Comissão de Justiça já haviam solicitado fosse seu relator, no plenário. Como a sua aprovação,

não houve número, tive oportunidade de procurar, na Câmara dos Deputados, os elementos ligados a este projeto, porque para nós, do Senado, viera somente a redação final. Com certeza, no processo que se encontra na mesa, haverá os demais elementos.

Da consulta feita à Câmara, pude saber que o Projeto de Decreto Legislativo em exame é de autoria do Deputado Celestino Filho. Foi apresentado a 6 de julho de 1965, e com a seguinte redação:

"O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São anistiados os eleitores incurso nas sanções dos números 4 e 5 do art. 175 da Lei número 1.164, de 24 de julho de 1950.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário."

Na justificativa, o seu autor informava que transitava pela Casa o novo projeto do Código Eleitoral mas, pela demora, as emendas apresentadas e que dariam, por certo, anistia para aqueles crimes eleitorais, não seriam aprovadas porque o Sr. Presidente da República, segundo informações que tinha, sancionaria o projeto que havia encaminhado a esta Casa.

Na Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados, esse projeto sofreu emendas que visavam a tornar a anistia mais ampla. Ficando assim redigido:

"Art. 1º São anistiados os eleitores responsáveis por infrações previstas nos ns. 4 e 5 do artigo 175 da Lei nº 1.164, de 24 de julho de 1950, praticadas no Distrito Federal e em Goiás, até a data da publicação deste Decreto Legislativo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário."

Esse parecer foi aprovado pela Comissão de Justiça e veio com essa redação para o Senado.

Acontece, Sr. Presidente, que a Constituição, no seu artigo 176, Inciso V, dá como atribuição do Poder Legislativo, "conceder anistia".

Sendo assim, Sr. Presidente, o projeto é constitucional. Entretanto, os incisos nº 4 e 5 do art. 175 da Lei Eleitoral nº 1.164, de 24 de julho de 1950, versam sobre o seguinte:

(Lendo):

"Art. 175.

4 — Inscrever-se fraudulentamente eleitor;

Pena — Detenção de três meses a um ano."

E' o que se pretende anistiar.

O inciso 5 diz:

(Lendo):

"5 — Fazer falsa declaração para fins de alistamento eleitoral.

Pena — Detenção de um a seis meses ou multa de Cr\$ 500 a Cr\$ 2.000.

Sr. Presidente, o projeto que relatei tem esta redação:

"Art. 1º São anistiados os eleitores incurso nas sanções dos números 4 e 5 do art. 175 da Lei nº 1.164, de 24 de julho de 1950.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário."

Assim sendo, o nosso parecer é no sentido de que o projeto é constitucional, mas somos pela inconveniência da sua aprovação.

Com o devido respeito ao Ilustre autor da proposição, consideramos, até certo ponto, uma imoralidade o que se pretende. Dando a isenção, passaremos recibo de uma imoralidade praticada pela qualificação de ato fraudulentamente contrário à Lei Eleitoral, numa época em que tanto se luta pela moralidade.

E' o nosso parecer. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Conhecido o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, está em discussão o projeto.

O SR. DANIEL KRIEGER:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, fui um dos subscritores do pedido de urgência. Devo, pois, uma explicação ao Senado da República. Subscrivi-o porque, pelo nosso Regimento, se qualquer um dos líderes dos grandes partidos negar a sua assinatura, o requerimento não pode ter andamento e, muitas vezes, como Líder do Governo, tenho solicitado urgência.

Aqui me cabe fazer uma referência elogiosa ao espírito público do PTB do Senado da República. Não raro, mesmo discordando, concedem a urgência para depois discutir o mérito da matéria, evitando a obstrução. Eu também não quis obstruir, Sr. Presidente e Srs. Senadores, razão por que subscrevi o requerimento de urgência. Entretanto, não posso aprovar o projeto quanto ao mérito. O parecer do nobre Senador Melo Braga é claro e profundamente liberal porque, no meu entender, o Congresso só pode anistiar crimes políticos e os conexos e isto não é político nem conexo, apenas um crime comum. No mérito não há a menor dúvida. De qualquer modo, como o Senado da República poderia aprovar anistia para aqueles que tenham inscrito, fraudulentamente, o eleitor e para aqueles que fizeram falsa declaração? Se há um sentimento profundo, se há uma necessidade absoluta, é essa da pureza do voto, para que, sendo pura a origem, seja puro o representante.

Por isso, Senhor Presidente e Senhores Senadores, o Senado Federal não pode aprovar o projeto. Devemos tomar atitude contrária às declarações fraudulentas e às declarações falsas, para que se aperfeiçoe o sistema democrático do País. Espero, assim, que o Senado Federal, nessa constante, que é o seu apanágio, da defesa do sistema democrático, vote conscientemente contra o projeto. Só assim estará zelando pela pureza do nosso regime. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Continua em discussão o projeto.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente subscrevi o parecer do Relator, Senador Melo Braga, da Comissão de Constituição e Justiça e o discurso do nobre Líder Daniel Krieger.

Em verdade, no momento em que se votam medidas a fim de serem evitadas máculas no processo eleitoral, medidas objetivando erradicar vícios que deformam o resultado dos pleitos, não seria possível esta Casa aceitar um projeto anistando cidadãos que cometeram fraude eleitoral. A manifestação do nobre Líder, o parecer da Comissão de Constituição e Justiça e a opinião que tenho ouvido de vários colegas, tranquilizam-me porque dão a certeza de que essa medida que se aprovada, seria um incentivo futuro a novas fraudes e a novos vícios, não passará nesta Casa do Congresso. (Muito bem.)

O SR. WILSON GONÇALVES:

Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Tem a palavra o nobre Senador Wilson Gonçalves.

O SR. WILSON GONÇALVES:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, fui um dos subscritores do requerimento de urgência e me parece oportuno esclarecer o Plenário que o não o propósito de acelerar o conhecimento da matéria que, segundo informação que obtive, existe uma apreciação mais rápida.

Agora, através das manifestações do Relator da Comissão de Constituição e Justiça e dos nobres Senadores Daniel Krieger e Arthur Virgílio, sinto que o projeto não é daqueles que merecem a mais rápida apreciação. Como se tem a impressão de que a representação do Estado de Amazonas numa época em que se procura aprimorar o sistema eleitoral no País teria uma incoerência, de não a parte, estivéssemos aqui a anistiar principalmente aqueles que, fraudulentamente colocaram-se à margem da Lei Eleitoral.

Evidentemente, ao subscrever o requerimento de urgência, supus que a anistia se referisse apenas aqueles que, por motivos diversos e, muitas vezes, pelas peculiaridades do território nacional, como a notória dificuldade de transporte dos eleitores, não pudessem ter votado nas eleições passadas.

Agora, esclarecida suficientemente a matéria, acompanho aqueles que aqui se manifestaram pela rejeição do projeto. (Muito bem!)

O SR. OSCAR PASSOS:

Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Tem a palavra o nobre Senador Oscar Passos.

O SR. OSCAR PASSOS:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Senhores Senadores, em face do esclarecimento prestado ao Plenário pelos demais subscritores do requerimento de urgência, sinto-me também no dever de informar que após a minha assinatura aquele documento, com o objetivo único de trazer o projeto mais rapidamente à discussão e decisão deste Plenário.

Quanto ao mérito da questão, acompanhando, sem discrepância, o parecer do nobre Relator da Comissão de Constituição e Justiça, nosso companheiro de bancada, Senador Melo Braga. (Muito bem!)

O SR. EDMUNDO LEVI:

Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Com a palavra, para a discussão, o nobre Senador Edmundo Levi.

O SR. EDMUNDO LEVI:

(Não foi revista pelo orador) — Sr. Presidente, inegavelmente, se compreende, na competência privativa do Congresso decretar anistia. Dai por que o eminente Relator do projeto em discussão opinou, acertadamente, que se trata de proposição de natureza constitucional, de aspecto constitucional. Sabentou contudo — e aí não só interpretando o pensamento da Comissão de Constituição e Justiça, mas, em particular, o da bancada do PTB nesta Casa — que se trata de projeto inviável, projeto cuja provação só viria fazer com que os inimigos do Senado em especial, e do Congresso em geral, tivessem razões para, mais uma vez, inventir contra a instituição.

Acentuou o eminente Líder, Senador Daniel Krieger, com quem me congratulo pela maneira como se expressou, que se trata não de um crime político, mas de um crime comum. Assim é que não precisaria que o antigo Código Eleitoral previasse o crime, porque ele já estava capitulado no

Código Penal, Art. 298, como falsidade ideológica.

Trata-se, portanto, de pretender anistiar crime comum, crime que, já capitulado no Código Penal, apenas por uma questão, talvez, de referência figurou no Código Eleitoral. E seria Sr. Presidente, Srs. Senadores, abramos sombras e nós, contra a própria "anistia" e o seu significado histórico e constitucional, voltarmos pela aprovação de um projeto que feriria todas as consciências jurídicas nacionais.

A anistia no Brasil provocou, em melhor, notou-se uma página imoral do eminente Ruy Barbosa que, naquele seu artigo magnífico "Anistia Inversa" — Caso de Falsidade Ideológica — tal bem desenvolveu o assunto, apontando a todos nós, que procuramos estudar as coisas do Direito através dos mestres insubstituíveis magníficos do que se deve entender por anistia e quando o Congresso deve concedê-la.

Dai por que Sr. Presidente, certo já da manifestação unânime do Senado contra a proposição, quero congratular-me com o eminente Líder, Senador Daniel Krieger, pela sua manifestação e apoiar, mais uma vez, o parecer do Relator, nosso colega Senador Melo Braga. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Continua em discussão o projeto. (Pausa.)

Mais nenhum dos Srs. Senadores desejando discutí-lo, vou declarar encerrada a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o Projeto queiram conservar-se sentados. (Pausa.)

Foi rejeitado.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

E o seguinte o projeto rejeitado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 33, DE 1965

(Nº 229-A-65, na Casa de origem) Concede anistia por infração eleitoral

Art. 1º São anistiados os eleitores incurso nas sanções dos ns. 4 e 5 do art. 175 da Lei nº 1.164, de 24 de julho de 1950.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Refogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Vou encerrar a sessão, convocando os Srs. Senadores para uma extraordinária, hoje, às 18,30, com a seguinte

ORDEN DO DIA

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Economia sobre a Mensagem nº 339, de 1965 (nº de origem 627-65), de 20 de agosto, pela qual o Sr. Presidente da República submete ao Senado a escolha do Sr. Antônio Delfim Neto para o Conselho Nacional de Economia.

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Economia sobre a Mensagem nº 346, de 1965 (número de origem 642-65), de 23 de agosto, pela qual o Sr. Presidente da República submete ao Senado a escolha do Sr. José Bonifácio Coutinho Nogueira para o Conselho Nacional de Economia.

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Finanças, sobre a Mensagem nº 335-65 (nº de origem 613-65), pela qual o Senhor Presidente da República submete ao Senado a escolha do Sr. Adalberto Bandeira Moura para o cargo de Diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.

O SR. PRESIDENTE:

Está encerrada a sessão. (Levanta-se a sessão às 18,03 horas)

ATA DA 132ª SESSÃO, EM 1º DE SETEMBRO DE 1965

(Extraordinária)

PRESIDÊNCIA DO SR. GUIDO MONDIN

As 18 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Goldwasser Santos
José Guionard
Oscar Passos
Vivido Lima
Edmundo Levi
Arthur Virgílio
Martins Junior
Pedro Carneiro
Moura Palma
Eugenio Barros
Joaquim Parente
Siegfredo Pacheco
Menezes Pimentel
Wilson Gonçalves
José Bezerra
Manoel Vilaga
Pessoa de Queiroz
Ermirio de Moraes
Silvestre Péricles
Heribaldo Vieira
Júlio Leite
José Leite

Aloysio de Carvalho
Josephat Marinho
Paulo Barros
Raul Giuberti
Vasconcelos Torres
Afonso Arinos
Aurélio Vianna
Gilberto Marinho
Benedicto Valladares
Lino de Mattos
José Elias
Flinto Müller
Gastão Müller
Adolpho Franco
Melo Braga
Celso Branco
Atílio Fontana
Guido Mondin
Daniel Krieger
Mem de Sá

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — A lista de presença acusa o comparecimento de 4 Srs. Senadores. Havendo número legal, declaramos aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Não há expediente para leitura. Tem a palavra o nobre Senador Melo Braga orado inscrito.

O SR. MELLO BRAGA:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente, há poucos dias, quando saí sobre as enchentes no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, er aparte ao eminente Senador Melo de Sá, tive oportunidade de dizer que a ponte sobre o Rio Pelotas havia ruído e que era grande o número de caminhões que se encontravam ali e além daquela ponte. Disse ainda que a Empresa Nossa Senhora da Fátima, que faz a ligação Rio — Porto Alegre, tinha, em convênio com Varig, estabelecido uma ponte aérea entre Curitiba e Porto Alegre. Assim os seus ônibus levavam os passageiros do Rio de Curitiba e dali em avião à capital do Rio Grande. Esta viagem é feita em ônibus confortáveis também em ônibus-leito, que proporciona conforto maior.

Hoje ouvimos pelo rádio que o DNRE construiu uma ponte provisória sobre o referido rio Pelotas e temos assim esperança que as comunicações

brevemente se restabeleçam para satisfação geral.

Sabemos ainda que o DNER está mobilizando meios para um ataque maior na antiga BR-59, que liga Curitiba a Florianópolis e Porto Alegre, na área do litoral, e que é a velha reivindicação dos catarinenses e da economia do sul do país.

Pelas medidas tomadas, podemos notar o dinamismo do ilustre Marechal Ministro Juarez Távora, cuja capacidade de trabalho e honradez todos nós de sua consciência podemos proclamar, visto que sua Excelência faz destes princípios quase que uma religião.

Infelizmente Sua Excelência não pode ver tudo que se passa em setores que até certo ponto lhe é subordinado e que por ignorar e por informações errôneas de pessoas interessadas deixa passar providências que seriam simpáticas e justas.

Queremos nos referir à concessão de linhas de ônibus em cima de linhas já concedidas, sem a devida cautela ditada por decretos e normas que manda consultar previamente as concessionárias, bem assim medidas impeditivas de circulação de veículos mais confortáveis em determinadas regiões.

Uma grande massa da população de Brasília, constituída de funcionários públicos, comerciantes e comerciantes, vendedores, bancários, advogados e estudantes, mantêm contatos indissolúveis com suas famílias e seus centros de atividades, situados no Rio de Janeiro.

Grande parte do programa e do desenvolvimento fomentado na atual Capital da República deve-se aos serviços de transportes rodoviários. Esta é uma afirmação irrefragável.

Eis por que, Sr. Presidente, as Empresas de Transportes que mourejam neste mister são os verdadeiros obreiros do progresso de Brasília e da Pátria e, infelizmente, não só estão na expectativa dos aplausos dos representantes do povo, como, ainda, a clamarem por sua ajuda na solução de problemas ingentes à sua sobrevivência.

Refiro-me, particularmente, ao caso das empresas de transportes coletivos de passageiros, que proporcionam um meio de condução confortável, seguro e ao alcance dos recursos da população menos favorecida, afivelados pela contenção das despesas públicas, nestes dias de forçadas economias em que vivemos.

O esforço dessas empresas de ônibus que trafegam a linha Rio-Brasília, tem sido grande, cada vez maior, no afã de bem servir e proporcionar o maior conforto aos seus usuários, embora arrostando inúmeras dificuldades.

Quem ignora o preço astronômico de um veículo de transportes coletivos de passageiros? Um ônibus "Mercedes Benz", do tipo "monobloco" para 36 passageiros, está custando, hoje, trinta e cinco milhões de cruzeiros, e não se pode saber quanto custará daqui a mais alguns meses.

Os habitantes de Brasília sabem perfeitamente, o serviço que lhe prestam as duas empresas, Expresso Real S. A. e Brasília Imperial Turismo e Transportes Ltda., que realizam o itinerário daqui para o Rio de Janeiro e vice-versa.

Poderia esta população usuária de tais transportes dele prescindir? Evidentemente não. Os preços de uma passagem de avião em confronto com a média geral de ganho de quaisquer atividades remuneradas, tornaram-se impeditivos do transporte de pessoas, que necessitam ir ao Rio em gozo de férias, visitação às suas famílias, ou demanda de seus negócios e atividades.

Assim, pode-se dizer, sem receio de errar, que essas empresas têm percorrido, sobremaneira, para a consolidação da nova Capital e não se pode, de sua consciência, obscurecer o esforço dispendido na manutenção de linha tão longa e, por isso mesmo, cheia de percalços.

No entanto, é do conhecimento geral, e ainda outro dia o Correio Braziliense assinalava a estranheza do que vem ocorrendo em relação a falta de tráfego dos ônibus de leite, os quais foram colocados à exposição nos habitantes de Brasília, na Freira de Arcostrás e até agora não trafegam.

Sente-se palpável a ansiedade deste serviço, que já funciona com grande receptividade na linha Rio-Rio Grande do Sul. Portanto, não se compreende porque ainda não foi concedida a permissão para o funcionamento dos carros-leitos.

Seria falar sobre o óbvio, a respeito das vantagens que esses ônibus proporcionam. Veículos desse gênero já foram adquiridos pelas empresas, que se ocupam da linha Brasília-Rio, há quase seis meses, por preços elevadíssimos, representando enorme investimento de Capital e se encontram parados, na garagem, sofrendo a deterioração do tempo, à espera de uma licença que lhes permitam circular.

Ao que se desprende, as empresas esgotaram todos os recursos possíveis na esfera administrativa, malograram os seus apelos às autoridades, inclusive ao Ministério da Viação e Obras Públicas, e isto o sabemos pela repercussão que tais providências tiveram na Câmara dos Deputados, quando obtiveram o apoio da palavra de ilustres Deputados. Tudo em ao. Os carros-leitos permanecem parados.

O pioneirismo destas empresas, Senhor Presidente, por si só, é um atestado veemente da capacidade que possuem para manter um serviço regular, de alto padrão, e do interesse geral, sendo, portanto, do próprio interesse público. Por que lhes cortar a iniciativa?

Desentrevê-se a máquina burocrática, e atende-se aos anseios da população brasileira. Este é o apelo que, nesta altura, endereçamos ao Excelentíssimo o Senhor Presidente da República e ao honrado Ministro da Viação, uma vez que se esgotaram os pedidos às autoridades do DNER.

Senhor Presidente, é oportuno, neste ensejo, que eu traga ao conhecimento de V. Ex.^a assunto de eminente relevância relativamente à tese em foco.

A inconcebível e nefasta campanha que vem sendo encetada por accessor do Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas, inexplicavelmente, tumultua e tolhe qualquer solução favorável ao tráfego do ônibus-leito.

Em pleno regime democrático, não podemos atinar com tão pernicioso atitude que provém de um Ministério que tem por titular um homem de bem e que está dilacerando o alto conceito que sempre mereceu uma Pasta de Estado de tão grande importância e tanta significação para uma Nação como a nossa que, a passos largos, desbrava as nossas fronteiras estatais e se destaca entre outros países num exuberante e admirável conceito internacional.

Espero, Senhor Presidente, que as minhas palavras não sejam em vão e quando chegarem ao conhecimento do Senhor Presidente da República e do Senhor Ministro da Viação as providências sejam tomadas de maneira drástica, para um maior conforto da população de Brasília e que normal e legalmente os ônibus-leito passem a circular entre esta Capital e o Rio de Janeiro, a exemplo de Rio-Porto Alegre e Rio-São Paulo.

Não vamos, Senhor Presidente, pretender que estes ônibus vão para outra linha ou que amanhã se liguem que foram criadas dificuldades para vender facilidades, ou que sejam toram citados com a sua ficha e que estavam interessados no assunto.

Era o que tinha e dizer. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Tem a palavra o Sr. Senador Vasconcelos Torres.

O SR. VASCONCELOS TORRES:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, não quero retardar a votação. Entretanto, sinto-me no dever de dar conta do êxito da 1.ª Exposição Agro-Pecuária realizada no Município de Itacara, no norte do Estado do Rio de Janeiro.

Representou alguma exposição um estímulo para os criadores e agricultores, que ali reuniram os melhores exemplares de gado e de produtos agrícolas.

A produção industrial representou um avanço e criou uma atmosfera de entusiasmo, de vez que em competição desta natureza há sempre verdadeira emulação. Tendo assistido a essa reunião de agricultores e pecuaristas, daqui do Senado, cumprindo meu dever de representante do Estado do Rio de Janeiro, manifesto meu júbilo diante de tão admirável mostra.

Apesar da hora avançada não dessejava que se me fugisse a oportunidade de, desta tribuna, levar meus aplausos a todos os agricultores particularmente aos do Município de Itacara, de Padua, de Miracema, de São Fidélis, de Cambuci, e em um de todo o Norte fluminense, augurando que a mostra se repita muitas vezes. Para o agricultor, tão desamparado, e o pecuarista, tão desassistido na comunhão de interesses e esforços, tudo isso representa um entusiasmo extraordinário e incentivo muito grande.

Felicitto-os — repito — pelo que tive a oportunidade de assistir no Município de Itacara. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE (Guido Mondin) — O Sr. 1.º Secretário vai proceder à leitura de Comunicações encaminhadas à Mesa.

São lidas as seguintes comunicações:

COMUNICAÇÃO

Em 1 de setembro de 1965

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, de acordo com o disposto no art. 38 do Regimento Interno, que me ausentarei do País no dia 6 do corrente pelo prazo, aproximadamente, de um mês, a fim de participar dos trabalhos da Conferência da União Interparlamentar, em Ottawa, Canadá, missão com que me distinguiu essa Presidência.

Atenciosas saudações. — Manoel Vilela.

COMUNICAÇÃO

Em 1 de setembro de 1965

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, de acordo com o disposto no art. 38 do Regimento Interno, que me ausentarei do País no dia 6 do corrente pelo prazo, aproximadamente, de um mês, a fim de participar dos trabalhos da Conferência da União Interparlamentar, em Ottawa, Canadá, missão com que me distinguiu essa Presidência.

Atenciosas saudações. — Sigfredo Pacheco.

COMUNICAÇÃO

Em 1 de setembro de 1965

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência de acordo com o disposto no art. 38 do Regimento Interno, que me ausentarei do País no dia 6 do corrente, pelo prazo aproximadamente, de um mês, a fim de participar dos trabalhos da Conferência da União Interparlamentar, em Ottawa, Canadá, missão com que me distinguiu essa Presidência.

Atenciosas saudações. — Joaquim Parente.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — O Sr. 1.º Secretário vai proceder à leitura de projetos de resolução.

São lidos os seguintes

PROJETO DE RESOLUÇÃO

Nº 85, de 1965

Prorroga, por um ano, a licença concedida a Antônio Augusto Gentil Cabral, Noticiarista da Secretaria do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Artigo único. É prorrogada, por um ano, a licença concedida pela Resolução nº 33, de 1964, que pôs à disposição do Governo do Ceará, sem vencimentos, nos termos do art. 300, item I, do Regulamento da Secretaria do Senado Federal, o Noticiarista de Radiodifusão PL-8, Antônio Augusto Gentil Cabral.

Justificação

A fim de atender a pedido formulado pelo Governador do Estado do Ceará, que alega a necessidade da colaboração do Noticiarista Antônio Augusto Gentil Cabral, a Comissão Diretora submete à consideração do Plenário o presente Projeto de Resolução.

Sala das Sessões, em 1 de setembro de 1965. — Auro Moura Andrade — Joaquim Parente — Guido Mondin — Vasconcelos Torres — Raul Giuberti.

PROJETO DE RESOLUÇÃO

Nº 86, de 1965

Põe à disposição do Governo do Estado do Ceará a Oficiala Legislativa, PL-6, Moema Fernandes Távora.

O Senado Federal resolve:

Artigo único. É posta à disposição do Governo do Estado do Ceará, sem vencimentos, pelo prazo de 17 meses, nos termos do art. 300, item I, do Regulamento da Secretaria, a Oficiala Legislativa, PL-6, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Moema Fernandes Távora.

Justificação

Atendendo a pedido formulado pelo Senhor Governador do Estado do Ceará, a Comissão Diretora oferece à apreciação do plenário o presente projeto.

A aludida servidora foi requisitada a fim de prestar sua colaboração no Serviço de Assistência Social, que ali vem desenvolvendo o Governador.

Sala das Sessões, em 1 de setembro de 1965. — Auro Moura Andrade — Joaquim Parente — Guido Mondin — Vasconcelos Torres — Raul Giuberti.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) Os projetos lidos são de autoria da Comissão Diretora. Não dependem por isso, de apeloamento nem de parecer. Serão publicados

o, oportunamente incluídos na Ordem do Dia.

Sobre a mesa requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte:

REQUERIMENTO

Nº 603, de 1965

Nos termos dos arts. 211, letra p e 315, do Regulamento Interno, requereiro dispensa de publicação para a imediata discussão e votação da redação final do Projeto de Resolução nº 82, de 1965, que apóienta Leilah de Góes Cardoso, Oficial Legislativo PL-3, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Sala das Sessões, em 1º de setembro de 1965. — Goldwasser Santos.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) Em votação a redação final do Projeto de Resolução nº 82, de 1965, de autoria da Comissão Diretora.

Os Srs. Senadores que aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovada. Vai à promulgação.

É a seguinte a redação final aprovada:

PARECER

Nº 1.058, de 1965

Redação final do Projeto de Resolução nº 82, de 1965, que apóienta Leilah de Góes Cardoso, Oficial Legislativo, PL-3, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução de 1965, nos seguintes termos:

RESOLUÇÃO Nº ..., DE 1965

O Senado Federal resolve:

Artigo único. É aposentada, com os vencimentos integrais e a gratificação adicional a que faz jus, nos termos do art. 191, item I, da Constituição Federal, combinado com o art. 341, item III, da Resolução nº 6, de 1960, a Oficial Legislativo, PL-3, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Leilah de Góes Cardoso.

Sala da Comissão Diretora, em 1º de setembro de 1965. — Auro Moura Andrade — Gilberto Marinho — Guido Mondin — Vasconcelos Torres — Raul Giuberti.

ATO DA COMISSÃO DIRETORA

A Comissão Diretora resolve designar nos termos do art. 139, nº 1, alínea d, da Resolução nº 6, de 1960, Paulo Augusto Nunes de Figueiredo, Assessor Legislativo, PL-2, para substituir o Diretor da Assessoria, Hercúlio Rui Vaz Carneiro, durante seu impedimento.

Senado Federal, 31 de agosto de 1965. — Auro Moura Andrade.

ATOS DO DIRETOR-GERAL

PORTARIA Nº 88, DE 1 DE SETEMBRO DE 1965

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve designar Dalmir Geraldo Lacerda, Guimarães, Auxiliar Legislativo, PL-8, para ter exercício na Diretoria do Patrimônio.

Secretaria do Senado Federal, 1º de setembro de 1965. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) Sobre a mesa outro requerimento, que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte:

REQUERIMENTO

Nº 604, de 1965

Nos termos dos arts. 211, letra b e 315, do Regulamento Interno, requereiro dispensa de publicação para a imediata discussão e votação da redação final do Projeto de Resolução número 83, de 1965, que apóienta Francisco Louzada, Inspetor de Segurança, PL-8, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Sala das Sessões, em 1º de setembro de 1965. — Goldwasser Santos.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) Em votação a redação final do Projeto de Resolução nº 83, de 1965.

Os senhores Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovada. Vai à promulgação.

É a seguinte a redação final aprovada:

PARECER

Nº 1.059, de 1965

Redação final do Projeto de Resolução nº 83, de 1965, que apóienta Francisco Louzada, Inspetor de Segurança, PL-8, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 83, de 1965, nos seguintes termos:

RESOLUÇÃO Nº ..., DE 1965

O Senado Federal resolve:

Artigo único. É aposentado, com os vencimentos integrais e a gratificação adicional a que faz jus, nos termos do art. 191, item I, da Constituição Federal combinado com o art. 341, item III, da Resolução nº 6, de 1960, o Inspetor de Segurança, PL-8, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Francisco Louzada.

Sala da Comissão Diretora, em 1º de setembro de 1965. — Auro Moura Andrade — Gilberto Marinho — Guido Mondin — Vasconcelos Torres — Raul Giuberti.

ATAS DAS COMISSÕES

PORTARIA Nº 89, DE 1º DE SETEMBRO DE 1965

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve designar Evandro Mesquita, Auxiliar Legislativo, PL-7, para ter exercício na Diretoria do Arquivo.

Secretaria do Senado Federal, 1º de setembro de 1965. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

PORTARIA Nº 90, DE 1º DE SETEMBRO DE 1965

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve designar José Benício Tavares da Cunha Melo, Redator de Atos e Documentos Parlamentares, Gilberto Fernandes, Oficial Legislativo e José Celestino Passos, Chefe do Serviço de Transportes, para, sob a presidência do primeiro, constituir em uma Comissão de Sindicância incumbida de apurar a causa do desastre ocorrido com o

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Sobre a Mesa requerimento, que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte:

REQUERIMENTO

Nº 605, de 1965

Nos termos dos arts. 211, letra p e 315, do Regulamento Interno, requereiro dispensa de publicação para a imediata discussão e votação da redação final do Projeto de Resolução nº 84, de 1965, que apóienta Geraldo Teodoro Ferreira, Auxiliar de Portaria, PL-8, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Sala das Sessões, em 1º de setembro de 1965. — Goldwasser Santos.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Em votação a redação final do Projeto de Resolução nº 84, de 1965, de autoria da Comissão Diretora.

Os Senhores Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovada. Vai à promulgação.

É a seguinte a redação final aprovada:

PARECER

Nº 1.060, de 1965

Redação final do Projeto de Resolução nº 84, de 1965, que apóienta Geraldo Teodoro Ferreira, Auxiliar de Portaria, PL-8, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 84, de 1965 nos seguintes termos:

RESOLUÇÃO Nº ..., DE 1965

O Senado Federal resolve:

Artigo único. É aposentado, com os vencimentos integrais e a gratificação adicional a que tiver direito, nos termos do art. 191, item I, da Constituição Federal combinado com o art. 341 item III, da Resolução nº 6, de 1960, o Auxiliar de Portaria, PL-8, Geraldo Teodoro Ferreira.

Sala da Comissão Diretora, em 1º de setembro de 1965. — Auro Moura Andrade — Gilberto Marinho — Guido Mondin — Vasconcelos Torres — Raul Giuberti.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Passa-se a

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Economia sobre a Mensagem nº 357, de 1965 (número de origem 613-65), de 20 de agosto, pela qual o Senhor Presidente da República submete ao Senado a escolha do Senhor Antonio Delfim Neto, para o Conselho Nacional de Economia.

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Economia sobre a Mensagem nº 358, de 1965 (número de origem 612-65), de 23 de agosto, pela qual o Senhor Presidente da República submete ao Senado a escolha do Senhor José Benício Coutinho Nogueira para o Conselho Nacional de Economia.

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Finanças, sobre a Mensagem nº 335-65 (nº de origem 613-65), pela qual o Sr. Presidente da República submete ao Senado a escolha do Sr. Adalberto Bandeira Moura para o cargo de Diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.

As matérias constantes da Ordem do Dia exigem sessão secreta.

Solicito aos Srs. funcionários que tomem as providências devidas.

(A sessão torna-se secreta às 18 horas e 50 minutos e volta a ser pública às 19 horas e 10 minutos).

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Está reaberta a sessão pública.

Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Não há oradores inscritos.

Lembro aos Srs. Senadores que hoje, às 21 horas e 30 minutos, as duas Casas do Congresso Nacional se reunirão para apreciação de veto presidencial.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão, designando para a de amanhã a seguinte:

Audiência do Sr. Ministro do Trabalho e Previdência Social.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Está encerrada a sessão.

— Levanta-se a sessão às 19 horas e 15 minutos.

Nº DP-620-65 de Hílton José de Oliveira, Motorista, PL-10, em que solicita contagem de tempo de serviço prestado à Caixa Econômica Federal de Brasília, num total de 197 dias;

DP-702-65 de Cláudio Carlos Rodrigues Costa, Auxiliar Legislativo, PL-10, em que solicita contagem de tempo de serviço prestado ao Tiro de Guerra nº 173, num total de 341 dias;

Nº DP-803-65 de Nestor Gomes dos Santos, Ajudante de Portaria PL-7, em que solicita contagem de tempo de serviço prestado ao Exército Nacional, num total de 351 dias;

DP-832-65 de Jupy de Oliveira Pereira, Auxiliar de Limpeza em que solicita contagem de tempo de serviço prestado ao Ministério da Educação e Cultura, num total de 3.305;

DP-789-65 de Helena de Moura Lara Resende, Auxiliar Legislativo, PL-2, em que solicita anistia de faltas com base no Decreto Legislativo nº 18, de 1961, num total de 735 dias;

DP-838-65 de José Pereira, Ajudante de Portaria, PL-7, em que solicita férias relativas ao exercício de 1963, a partir de 16-8-1965;

carro Sinca, placa nº 147, a serviço do Senador José Feliciano.

Secretaria do Senado Federal, 1º de setembro de 1965. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 160, itens 9 e 11 das Resoluções nº 6, de 1960, deferiu os seguintes requerimentos:

DP-105-65 de João Martins de Sousa, Motorista, PL-9, em que solicita contagem de tempo de serviço prestado ao Exército Nacional, num total de 465 dias;

DP-821-65 de Sebastião Duarte Gomes, Motorista, PL-10, em que solicita contagem de tempo de serviço prestado ao Exército Nacional, num total de 283 dias;

DP-109-65 de Maria Inez Brown, Oficial Legislativo, PL-6, em que solicita contagem de tempo de serviço prestado à Prefeitura do ex-Distrito Federal, num total de 977 dias para todos os efeitos legais, exceto o de licença especial;

DP-868-65 de Helena Carneiro Leite, Auxiliar de Secretaria Substituto, FT-5, em que solicita férias relativas ao exercício de 1963, a partir de 11 de setembro de 1965;

DP-855-65 de Victor Rezende de Castro Calado, Auxiliar Legislativo, PL-8, em que solicita férias relativas ao exercício de 1964, a partir de 16 de agosto de 1965;

DP-833-65 de José Soares de Oliveira Filho, Oficial Legislativo, PL-3, em que solicita férias relativas ao exercício de 1963, a partir de 16-8-65;

DP-916-65 de Arthur Levy Segueira Schutte, Redator de Radiodifusão, PL-4, em que solicita férias relativas ao exercício de 1963, a partir de 16 de agosto de 1965;

DP-886-65 de José Ney Passos Dantas, Auxiliar Legislativo, PL-7, em que solicita férias relativas ao exercício de 1963, a partir de 30-8-1965;

DP-893-65 de Amaury Gonçalves Martins, Auxiliar de Secretaria Substituto, FT-5, em que solicita férias relativas ao exercício de 1963, a partir de 30-8-1965;

DP-838-65 de José Pinto Carneiro Lacerda, Assessor Legislativo, PL-2, em que solicita férias relativas ao exercício de 1963, a partir de 19 de agosto de 1965;

DP-842-65 de Hiron de Moura Saldanha, Auxiliar de Secretaria Substituto, FT-5, em que solicita férias relativas ao exercício de 1963, a partir de 30-8-1965;

DP-846-65 de Aleixo Ramirez Gonzalez, Auxiliar de Limpeza, PL-11, em que solicita férias relativas ao exercício de 1963, a partir de 16-8-1965;

DP-652-65 de Francisco Antônio Baptista Campos, Auxiliar Legislativo, PL-10, em que solicita férias relativas ao exercício de 1964, a partir de 6-7-1965; a que tinha direito em outra repartição, de Valdemir Silva Monte, Elevadorista, FT-7, em que solicita férias relativas ao exercício de 1964, a partir de 15-8-1965;

DP-461-65 de Adelia Leite Coelho, Oficial Bibliotecário, PL-3, em que solicita férias relativas ao exercício de 1964, a partir de 21-6-1965;

DP-814-65 de Mário Freire Barboza, Motorista, PL-9, em que solicita férias relativas ao exercício de 1963, a partir de 7-8-1965;

Concedeu férias aos seguintes funcionários:

Amâncio Lima, Guarda de Segurança, PL-9, relativas ao exercício de 1964, a partir de 1-7-1965; (DP-672 de 1965);

Roberto das Neves, Guarda de Segurança, PL-9, relativas ao exercício de 1963, a partir de 2-8-1965. (DP-783-65);

Manoel Elias Sobrinho, Guarda de Segurança, PL-9, relativas ao exercício de 1964, a partir de 1 de julho de 1965 (DP-671-65).

Deferiu, ainda, os seguintes requerimentos:

DP-839-65 de Walter Braga, Auxiliar de Portaria, PL-9, em que solicita segunda via de carteira funcional;

DP-895-65 de João Batista Costa, Auxiliar de Portaria, PL-9, em que solicita segunda via de carteira funcional;

DP-888-65 de Roberto Salerno, Auxiliar Legislativo, PL-10, em que solicita abono de falta do dia 12 de agosto de 1965, por motivos escolares;

DP-697-65 de Roberto Velloso, Redator de Anais e Documentos Parlamentares, PL-2, em que solicita Nível Universitário, 25%.

De Ronaldo Ferreira Dias, Oficial Legislativo, PL-8, em que solicita abono de faltas nos dias 16, 18, 22, 23, 25 e 30 de junho de 1965, e no dia 1 de julho de 1965, por motivos es-

colares: (DP-686-65) — (DP-697-65) (DP-689-65) — (DP-690-65);

DP-703-65 de José Procópio Drummond, Motorista, PL-10, em que solicita horário especial de trabalho — de 12,00 às 18,00 horas — a fim de frequentar as aulas noturnas do Curso Madureza;

DP-684-65 de José Gervásio Torres Parente, Auxiliar de Secretaria Substituto, FT-5, em que solicita abono de falta no período de 21 a 30-8-1965, por motivo de "Gala";

DP-601-65 de Maria Fé e Silva Stival, Telefonista, PL-14, em que solicita 8 dias de "Gala", a partir de 31 de maio de 1965;

DP-600-65 de Maria Fé e Silva, Telefonista, PL-14, em que solicita alteração do seu nome para Maria Fé e Silva Stival;

DP-884-65 de Walter Baptista Lage, Ajudante de Portaria, FT-7, em que solicita abono de faltas no período de 14 a 21-6-1965, por motivo de luto;

DP-749-65 de Mary Salete Belo, Auxiliar de Secretaria Substituto, FT-5, em que solicita a inclusão do nome de sua avó, Felismina da Conceição como sua dependente, para fins de assistência junto ao IPASE;

DP-526-65 de José Albuquerque, Motorista Substituto, FT-5, em que solicita a inclusão do nome de seu irmão Gamaliel Barbosa de Albuquerque em sua declaração de dependentes, para efeito de assistência médica do IPASE;

Concedeu, nos termos do art. 310 e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 160, item 35 da Resolução nº 6, de 1960, salário-família aos seguintes funcionários:

Juarez Abdulmassih, Médico, PL-3, em relação a sua esposa Sueli Resende Abdulmassih, a partir de agosto de 1965. (DP-857-65);

José Farani, Médico, PL-3, em relação a sua esposa Maria Luzia e a seus filhos Maria Nazareth, Marco, Ricardo e Grace Farani, a partir de agosto de 1965. (DP-858-65);

Old Sebastião da Franca Brugger, Auxiliar Legislativo, PL-8, em relação a sua esposa Maria Tereza, a partir de março de 1965. (DP-786-65);

Hélio Carvalho da Silva, Oficial Legislativo, PL-6, em relação a seu filho Sérgio Teixeira da Silva, a partir de agosto de 1965. (DP-837-65);

Amaro Corrêa de Oliveira, Auxiliar de Limpeza, em relação a sua esposa Ana de Melo Oliveira e suas filhas Sueli e Selma de Melo Oliveira, a partir de janeiro de 1965. (DP-872 de 1965);

Moacyr Medeiros Costa, Guarda de Segurança, PL-9, em relação a seu filho Marcelo Sampaio Costa, a partir de julho de 1965. (DP-848-65);

Pedro de Alcântara Rangel, Emendador, FT-2, em relação a sua filha Antonia Maria do Carmo Rangel, a partir de outubro de 1964 (DP-705 de 1965);

Edson Fernandes Cavalcante, Auxiliar de Limpeza, em relação a sua filha Edilma Fernandes Cavalcante, a partir de junho de 1965. (DP-704 de 1965);

Sylvio José da Silva, Auxiliar de Portaria, PL-9, em relação a sua filha Daisy Gouvêa da Silva, a partir de fevereiro de 1965. (DP-875-65);

Deferiu os seguintes requerimentos:

De Dilermando Louzada, Guarda de Segurança, PL-9, em que solicita seja cancelado salário-família referente a seu filho Marco Antonio Maia Louzada. (DP-773-65).

De Newton Maia Rodrigues, Auxiliar de Portaria, PL-10, em que solicita cancelamento de salário-família relativo a sua esposa Leni Batista Maia Rodrigues. DP-693-65.

Deferiu, nos termos do art. 270, item I, e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 160, itens 11 e 37 da Resolução nº 6, de 1960, os seguintes requerimentos:

De Evandro Mesquita, Auxiliar Legislativo, PL-7, em que solicita licença para tratamento de saúde, no período de 7 a 14-6-1965, num total de 8 dias. (DP-609-65);

Deferiu, licenças para tratamento de saúde, concedida pela Junta Médica do Senado Federal, aos seguintes funcionários:

Licurgo Manoel Corá, Expedidor, FT-8, no período de 8 a 18-6-1965, num total de 11 dias. (DP-615-65);

Alfredo Rodrigues Teixeira Neto, Emendador, FT-2, no período de 19 de julho de 1965 a 17 de agosto de 1965, num total de 30 dias. (DP-826 de 1965);

Virgílio José da Silva, Auxiliar de Portaria, PL-8, no período de 9 de julho de 1965 a 1º de agosto de 1965, num total de 24 dias. (DP-828-65);

Itu Pery de Lauro Faria, Auxiliar Legislativo, PL-9, no período de 2 a 11 de agosto de 1965, num total de 10 dias. (DP-870-65);

Deferiu, de acordo com o art. 158 da Resolução nº 6, de 1960, requerimento de Raimunda Pompeu de Sábola Magalhães Oficial Legislativo, PL-6, em que solicita abono de falta no período de 24 de junho de 1965 a 5 de julho de 1965.

Deferiu requerimento de José Fábio de Andrade Mendes, Assessor Legislativo, PL-2, em que solicita conste de seus assentamentos a homologação de seu desquite, e, ainda, a devolução do salário-família recebido em relação a sua ex-esposa. (DP-763 de 1965).

Concedeu, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 160, itens 11 e 37 da Resolução nº 6, de 1960, e de acordo com os atestados médicos, abono de faltas aos seguintes funcionários:

No mês de agosto de 1965:

Geraldo Sobral Rocha, Auxiliar Legislativo, PL-9, no dia 2;

Evandro Fonseca Paranaçu, Redator de Radiodifusão, PL-4, no dia 2;

Victor Resende de Castro Calado, Auxiliar Legislativo, PL-8, no dia 2;

Daiva Bastos Lopes, Enfermeira, PL-7, nos dias 2 e 3;

Lea Augusta da Silveira L. R. Castro, Oficial Legislativo, PL-6, nos dias 2 e 3;

Luiz Fernando de Sá Mendes Vianna, Redator, PL-2, no dia 3;

Luiz Valdevino de Lima, Auxiliar de Portaria, PL-10, no dia 3;

Genoveva Ayres Ferreira Dias, Auxiliar Legislativo, PL-7, no dia 3;

Otto Mares, Ajudante de Portaria, FT-7, nos dias 3 e 11;

Newton Clenato de Campos, Ajudante de Porteiro, PL-7 no dia 3, saída antecipada;

João Carlos Gomes, Auxiliar de Limpeza, PL-11, nos dias 3, 4 e 5;

levando a conta de licença para tratamento de saúde os dias 6 e 7;

Clarindo Vieira da Silva, Atendente de Enfermagem, FT-3, no dia 4;

Francisco Antônio Batista Campos, Auxiliar Legislativo, PL-10, nos dias 5 e 6;

Ivan Braga, Ajudante da Portaria, FT-7, no dia 6; levando a conta de licença para tratamento de saúde os

7, 8, 9 e 11;

Ramiro Manoel e Silva, Auxiliar de Secretaria Substituto, FT-5, nos dias 9 e 10;

Manoel Porfírio Bezerra, Eletricista Substituto, FT-3, nos dias 9 e 10;

Antônia de Souza França, Ajudante de Portaria, FT-7, dias 9 e 10;

Paulo Weguelin Delpech, Conservador de Documentos, PL-6, no dia 10;

Maria Judith Rodrigues, Oficial Arquivologista, PL-3, no dia 10;

José Benedito Brandão, Auxiliar de Limpeza, nos dias 10, 13 e 14;

Oscar Farinha Neto, Auxiliar de Secretaria Substituto, FT-5, nos dias 10 e 16;

Diva Falconi de Carvalho, Auxiliar Legislativo, PL-8, no dia 10;

José Nunes da Silva, Paginador, FT-3, nos dias 10, 11 e 12;

Leda Maria Cardoso Naud, Pesquisadora, PL-8, nos dias 10, 11 e 12;

Jairo Barbosa Mattos, Ajudante de Portaria, FT-7, no dia 11.

Ruth de Souza Castro, Redator de Anais e Documentos Parlamentares, PL-2, no dia 11, saída antecipada;

Renato Medeiros, Auxiliar de Portaria, PL-9, no dia 11;

José Soares Cavalcante, Auxiliar de Portaria, PL-9, no dia 11;

Sérgio Otero Ribeiro, Auxiliar Legislativo, PL-10, nos dias 11 e 12;

Fernando Urbano, Auxiliar de Limpeza, no dia 12;

José Ribeiro dos Santos, Servente de Administração, FT-8, no dia 12;

Hélio de Pessoss, Auxiliar de Secretaria Substituto, FT-5, no dia 12;

Manoel Isidoro Pereira, Auxiliar de Portaria, PL-9, no dia 12;

Dinah Martins Perácio, Auxiliar Legislativo, PL-8, no dia 12.

Ary Leonardo Vianna, Redator de Anais, PL-2, no dia 12;

Severino Jorge Trindade da Silva, Auxiliar de Limpeza, PL-11 no dia 12, saída antecipada;

Hiron de Moura Saldanha, Auxiliar de Secretaria Substituto, FT-5, no dia 12, atraso;

Indeferiu os seguintes requerimentos:

DP-477-65 de Delmiro Saldanha Ramalho, Motorista, PL-9, em que solicita contagem de tempo de serviço prestado ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários, por falta de amparo legal;

DP-1.092-64 de Suzy Cunha e Cruz, Auxiliar Legislativo, PL-9, em que solicita seis meses de licença especial, por falta de amparo legal;

DP-771-65 de Veríssimo Torres dos Reis, Motorista, PL-9, em que solicita segunda via de carteira funcional;

DP-724-65 de Alfredo Rodrigues Teixeira Netto, Emendador, FT-2, em que solicita pagamento de horas extras;

DP-1.209-64 de Propércio Xavier da Silva, Eletricista, PL-7, em que solicita pagamento de serviços extraordinários de acordo com decisão da Ilustrada Comissão Diretora;

DP-940-65 de Raul de Oliveira Coelho, Auxiliar de Portaria, PL-8 em que solicita abono de ponto referente ao dia 25 de junho de 1965 (atraso).

De Victor Rezende de Castro, Auxiliar Legislativo, PL-8, em que solicita reconsideração de despacho exarado no requerimento publicado no Diário do Congresso Nacional de 2 de julho de 1965.

Republique por haver saído com incorreção no D. C. N. de 13-8-1965;

O Diretor-Geral concedeu abono de falta, conforme atestado médico, a Mary de Faria Albuquerque, Oficial Legislativo, PL-6, no dia 6-7-1965;

O Diretor-Geral deferiu...

DP-746-65 de Manoel Fernandes Coutinho, Motorista, PL-9, em que solicita contagem de tempo de serviço prestado ao Exército Nacional, num total de 333 dias;

Diretoria do Pessoal, 30 de agosto de 1965. — Maria do Carmo Bondon Ribeiro Saraiva, Diretora do Pessoal.

COMISSÕES PERMANENTES**MESA**

Presidente	—	Moura Andrade (PSD)
1º Secretário	—	Nogueira da Gama (PTB)
2º Secretário	—	Dinarte Alariz (UDN)
3º Secretário	—	Gilberto Marinho (PSD)
4º Secretário	—	Adalberto Sena (PTB)
1º Suplente	—	Cattete Pinheiro (PTN)
2º Suplente	—	Joaquim Parente (UDN)
3º Suplente	—	Guido Mondim (PSD)
4º Suplente	—	Vasconcelos Torres (PTB)
	—	Raul Giuberti (PSP)

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA**PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO (PSD) — 22 representantes**

1. Jose Gutomar — Acre	12. Antonio Balbino — Bahia
2. Lobão da Silveira — Pará	13. Jefferson de Aguiar — E. Santo
3. Eugenio Barros — Maranhão	14. Gilberto Marinho — Guanabara
4. Sebastião Archer — Maranhão	15. Aroux A. Ade — São Paulo
5. Victorino Freire — Maranhão	16. A. Fontana — S. Catarina
6. Sigefredo Pacheco — Piauí	17. Guido Mondim — R.G. Sul
7. Menezes Pimentel — Ceará	18. Benedicto Valladares — Minas Gerais
8. Wilson Gonçalves — Ceará	19. Filinto Müller — Mato Grosso
9. Walfredo Gurgel — R.G. Norte	20. Jose Feliciano — Goiás
10. Ruy Carneiro — Paraíba	21. Juscelino Kubitschek — Goiás
11. José Leite — Sergipe	22. Pedro Ludovico — Goiás

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB) — 17 representantes

1. Adalberto Sena — Acre	9. Barros Carvalho — Pernambuco
2. Oscar Passos — Acre	10. Pessoa de Queiroz — Pernambuco
3. Vivaldo Lima — Amazonas	11. Jose Ermirio — Pernambuco
4. Vivaldo Lima — Amazonas	12. Silvestre Pericles — Alagoas
5. Arthur Virgilio — Amazonas	13. Vasconcelos Torres — R. Janeiro
6. Antônio Jucá — Ceará	14. Nelson Maculan — Paraná
7. Dix Huit Rosado — R.G. Norte	15. Mello Braga — Paraná
8. Argemiro de Figueiredo, Paraíba	16. Nogueira da Gama — M. Gerais
	17. Bezerra Neto — Mato Grosso

UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL (UDN) — 16 representantes

1. Zacharias de Assumpcao — Pará	9. Afonso Arino — Guanabara
2. Joaquim Parente — Piauí	10. Padre Calazans — São Paulo
3. Jose Cândido — Piauí	11. Adolpho Franco — Paraná
4. Dinarte Mariz — R.G. Norte	12. Irineu Bornhausen — S. Catarina
5. João Agripino — Paraíba	13. Antônio Carlos — S. Catarina
6. Rui Palmeira — Alagoas	14. Daniel Krieger — R.G. Sul
7. Heribaldo Vieira — Sergipe	15. Milton Campos — Minas Gerais
8. Eurico Rezende — E. Santo	16. Lopes da Costa — Mato Grosso

PARTIDO LIBERTADOR (PL) — 2 representantes

1. Aloysio de Carvalho — Bahia
2. Mem de Sá — Rio Grande do Sul

PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN) — 2 representantes

1. Cattete Pinheiro — Pará
2. Lino de Mattos — São Paulo

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA (PSP) — 2 representantes

1. Raul Giuberti — Espírito Santo
2. Miguel Couto — Rio de Janeiro

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB) — 1 representante

1. Aurélio Viana — Guanabara

MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR) — 1 representante

1. Aarão Steinbruch — Rio de Janeiro

PARTIDO REPUBLICANO (PR) — 1 representante

1. Júlio Leite — Sergipe

PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (PDC) — 1 representante

1. Arnon de Mello — Alagoas

SEM LEGENDA

1. Josephat Marinho — Bahia
2. Heribaldo Vieira — Sergipe

RESUMO

Partido Social Democrático (PSD)	22
Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	17
União Democrática Nacional (UDN)	16
Partido Libertador (PL)	2
Partido Trabalhista Nacional (PTN)	2
Partido Social Progressista (PSP)	2
Partido Socialista Brasileiro (PSB)	1
Partido Republicano (PR)	1
Partido Democrata Cristão (PDC)	1
Movimento Trabalhista Renovador (MTR)	1
Sem legenda	65
	1
	66

BLOCOS PARTIDARIOS**BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE**

PSP	2 Senadores
PTN	2 Senadores
PSB	1 Senador
PR	1 Senador
MTR	1 Senador
PDC	1 Senador
Sem legenda	2 Senadores

LIDERANÇAS

Lider do Governo	Vice-Lider
Daniel Krieger (UDN)	Mem de Sá

BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE

Lider	Josaphat Marinho (sem legenda)
Lino de Mattos (PTN)	Aarão Steinbruch (MTR)
Vice-Líderes	Miguel Couto (PSP)
Aurélio Vianna (PSB)	Arnon de Mello (PDC)
Júlio Leite (PR)	Dilton Costa (PR)

II PARTIDOS**PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO (PSD)**

Lider
Filinto Müller
Vice-Líderes
Wilson Gonçalves
Sigefredo Pacheco
Walfredo Gurgel
Victorino Freire

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB)

Lider
Barros Carvalho
Vice-Líderes
Bezerra Neto
Oscar Passos
Antônio Jucá
Edmundo Levi

UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL (UDN)

Lider
Daniel Krieger
Vice-Líderes
Eurico Rezende
Adolpho Franco
Padre Calazans
Heribaldo Vieira

PARTIDO LIBERTADOR (PL)

Lider
Mem de Sá
Vice-Lider
Aloysio de Carvalho
Lider
Miguel Couto
Vice-Lider
Raul Giuberti

PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN)

Lider
Lino de Mattos
Vice-Lider
Cattete Pinheiro

III — PARTIDOS DE UM SO REPRESENTANTE**MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR)**

Representante
Aarão Steinbruch
PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (PDC)

PARTIDO REPUBLICANO (PR)

Representante
Júlio Leite
PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB)
Representante
Aurélio Vianna

AGRICULTURA

Presidente: José Ermirio
Vice-Presidente: Eugênio Barros

TITULARES	SUPLENTE
Eugênio Barros	1. José Leite
José Feliciano	2. Atílio Fontana
José Ermirio	PTB
Nelson Maculan	1. Dix-Huit Rosado
	2. Antônio Jucá
	UDN
Lopes da Costa	1. Daniel Krieger
Antônio Carlos	2. João Agripino
	BPI
Dylton Costa	1. Aurélio Vianna

Secretário: J. Ney Passos Dantas
Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Presidente: Afonso Arinos
Vice-Presidente: Wilson Gonçalves

TITULARES	SUPLENTE
Jefferson de Aguiar	1. Menezes Pimentel
Antônio Balbino	2. José Feliciano
Wilson Gonçalves	3. Filinto Müller
Ruy Carneiro	4. Benedicto Valladares

PTB

Edmundo Levi
Benezerra Neto
Arthur Virgílio

1. Argemiro Figueiredo
2. Mello Braga
3. Oscar Passos

UDN

Afonso Arinos
Heribaldo Vieira
Aloysio de Carvalho

1. Daniel Krieger
2. Eurico Rezende
2. João Agripino

BPI

Josaphat Marinho

1. Aarão Steinbruch

Secretária: Maria Helena B. Brandão

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas

DISTRITO FEDERAL

Presidente: Aurélio Vianna

Vice-Presidente: Pedro Ludovico

PSD

TITULARES
Pedro Ludovico
Walfredo Gurgel

SUPLENTE

1. José Feliciano
2. Eneclito Valladares

PTB

Arthur Virgílio
Mello Braga

1. Bezerra Neto
2. Antonio Jucá

UDN

Eurico Rezende
Heribaldo Vieira

1. Zacarias de Assunção
2. Lopes da Costa

BPI

Aurélio Vianna

1. Lino de Barros

Secretário: Alexandre Mello.

Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

ECONOMIA

Presidente: Atílio Fontana

Vice-Presidente: José Ermírio

PSD

TITULARES
Atílio Fontana
José Feliciano
José Leite

SUPLENTE

1. Jefferson de Aguiar
2. Sigefredo Pacheco
3. Sebastião Archer

PTB

José Ermírio
Nelson Maculan

1. Bezerra Neto
2. Mello Braga

UDN

Adolpho Franco
Lopes da Costa
Irineu Bornhausen

1. Zacharias de Assunção
2. José Cândido
3. Mem de Sá

BPI

Miguel Couto

1. Aurélio Vianna

Secretária: Aracy O'Reilly de Souza

Reuniões: Quintas-feiras, às 16.30 horas.

EDUCAÇÃO E CULTURA

Presidente: Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Padre Calazans

PSD

TITULARES
Menezes Pimentel
Walfredo Gurgel

SUPLENTE

1. Benedicto Valladares
2. Sigefredo Pacheco

PTB

Antonio Jucá
Arthur Virgílio

1. Edmundo Levi
2. Mello Braga

UDN

Padre Calazans
Mem de Sá

1. Afonso Arinos
2. Faria Tavares

BPI

Arnon de Mello

1. Josaphat Marinho

Secretária: Aracy O'Reilly de Souza

Reuniões: Quintas-feiras, às 15.30 hs.

FINANÇAS

Presidente: Argemiro de Figueiredo

Vice-Presidente: Irineu Bornhausen

TITULARES

Victorino Freire
Lobão da Silveira
Sigefredo Pacheco
Wilson Gonçalves
Walfredo Gurgel

Argemiro Figueiredo
Bezerra Neto
Pessoa de Queiroz
Antonio Jucá

Faria Tavares
Irineu Bornhausen
Eurico Rezende

Mem de Sá

Aurélio Vianna
Lino de Matos

Secretário: Hugo Rodrigues de Figueiredo
Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Presidente: José Feliciano

Vice-Presidente: Nelson Maculan

PSD

TITULARES
José Feliciano
Atílio Fontana

SUPLENTE

1. Lobão da Silveira
2. Sebastião Archer

PTB

Nelson Maculan
Barros Carvalho

1. Vivaldo Lima
2. Oscar Passos

UDN

Adolpho Franco
Irineu Bornhausen

1. Lopes da Costa
2. Eurico Rezende

BPI

Dilton Costa

1. Aarão Steinbruch

Secretária: Maria Helena B. Brandão

Reuniões: Quintas-feira, às 16,30 horas

LEGISLAÇÃO SOCIAL

Presidente: Vivaldo Lima

Vice-Presidente: Walfredo Gurgel

PSD

TITULARES
Ruy Carneiro
Walfredo Gurgel
Atílio Fontana
Eugênio Barros

SUPLENTE

1. José Guilomard
2. Sigefredo Pacheco
3. José Leite
4. Lobão da Silveira

PTB

Vivaldo Lima
Edmundo Levi

1. Antônio Jucá
2. Pessoa de Queiroz

UDN

Eurico Rezende
Heribaldo Vieira

1. Lopes da Costa
2. Zacharias de Assunção

BPI

Aarão Steinbruch

1. Dilton Costa

Secretário: Cláudio I. Carneiro Leal

Secretário Cláudio I. Carneiro Leal

MINAS E ENERGIA

Presidente: Josaphat Marinho

Vice-Presidente: José Ermírio

PSD

TITULARES
Benedicto Valladares
Jefferson de Aguiar

SUPLENTE

1. Pedro Ludovico
2. Filinto Müller

PTB

José Ermírio
Argemiro Figueiredo

1. Nelson Maculan
2. Antônio Jucá

UDN
 1. José Cândido
 2. Afonso Arinos

BPI
 1. Arnon de Mello

Secretário: Cláudio D. Carneiro Leal.
 Reuniões: Quartas-feiras, às 14.30 hs.

POLIGONO DAS SÊCAS
 Presidente: Ruy Carneiro
 Vice-Presidente: Aurelio Vianna

TITULARES
 Ruy Carneiro
 Sebastião Archer

SUPLENTE
 1. Sigefredo Pacheco
 2. José Leite

PTB
 1. José Ermirio
 2. Antônio Jucá

UDN
 1. Lopes da Costa
 2. Antônio Carlos

BPI
 1. Dilton Costa

Secretário: Cláudio D. Carneiro Leal
 Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas

PROJETOS DO EXECUTIVO

Presidente: João Agripino
 Vice-Presidente: Jefferson de Aguiar

TITULARES
 Wilson Gonçalves
 José Guimard
 Jefferson de Aguiar

SUPLENTE
 1. Walfredo Gurgel
 2. José Feliciano
 3. Ruy Carneiro

PTB
 1. Mello Braga
 2. Edmundo Levi

UDN
 1. Daniel Krieger
 2. Adolfo Franco

BPI
 1. Aurelio Vianna

PL
 1. Aloysio de Carvalho

Secretário: José Soares
 Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas

REDAÇÃO

Presidente: Dix-Huit Rosado
 Vice-Presidente: Antônio Carlos

TITULARES
 Walfredo Gurgel
 Sebastião Archer

SUPLENTE
 1. Lobão da Silveira
 2. José Feliciano

PTB
 1. Edmundo Levi

UDN
 1. Eurico Rezende

BPI
 1. Dilton Costa

Secretária: Sarah Abrahão
 Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

RELAÇÕES EXTERIORES

Presidente: Benedicto Valladares
 Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

TITULARES
 Benedicto Valladares
 Flinto Müller
 Menezes Pimental
 José Guimard

SUPLENTE
 1. Ruy Carneiro
 2. Victorino Freire
 3. Wilson Gonçalves
 4. José Leite

PTB
 1. Nelson Maculan
 2. Antônio Jucá
 3. Mello Braga

UDN
 1. Padre Calazans
 2. João Agripino
 3. Mem de Sá

BPI
 1. Arnon de Mello

Secretário: J. B. Castejon Branco
 Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas

SAUDE

Presidente: Sigefredo Pacheco
 Vice-Presidente: José Cândido

TITULARES
 Sigefredo Pacheco
 Pedro Ludovico

SUPLENTE
 1. Walfredo Gurgel
 2. Eugênio Barros

PTB
 1. Antônio Jucá

UDN
 1. Lopes da Costa

BPI
 1. Lino de Matos

Secretário: Alexandre Mello
 Reuniões: Terças-feira, às 16 horas

SEGURANÇA NACIONAL

Presidente: Zacarias de Assunção
 Vice-Presidente: José Guimard

TITULARES
 José Guimard
 Victorino Freire

SUPLENTE
 1. Ruy Carneiro
 2. Atílio Fontana

PTB
 1. Dix-Huit Rosado
 2. José Ermirio

UDN
 1. Adolpho Franco
 2. Eurico Rezende

BPI
 1. Josaphat Marinho

Secretário: Gerardo Lima de Aguiar
 Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas

SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

Presidente: Padre Calazans
 Vice-Presidente: Victorino Freire

TITULARES
 Sigefredo Pacheco
 Victorino Freire

SUPLENTE
 1. José Feliciano
 2. Flinto Müller

PTB
 1. Antônio Jucá
 2. Dix-Huit Rosado

UDN
 1. Antônio Carlos
 2. Mem de Sá

BPI
 2. Miguel Couto

Secretário: J. Ney Passos Dantas
 Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas